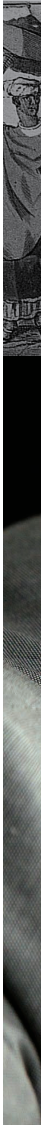
NAU SOLITÁRIA

SENADOR **PAULO PAIM**



NAU SOLITÁRIA

SENADOR **PAULO PAIM**

Brasília – DF

SENADO FEDERAL

Coordenação editorial
Paulo André Louzada e Susi Closs

Capa
Marcel Scherz

Impressão e acabamento
Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF

Fotos
Agência Senado, Liderança do PT no Senado, André Corrêa e Asthego Carlos

Projeto gráfico
Mateus Leal

Programação visual
Ana Farias

Revisão
Assessoria do Senador Paulo Paim e Segraf

Paim, Paulo.
Nau solitária / Paulo Paim – Brasília : Senado Federal, Gabinete do Senador Paulo Paim, 2014.
263 p.

1. Política e governo, coletânea, Brasil. I. Título.

CDD 320.981

BREVES PALAVRAS

Os anos me mostraram que as coisas acontecem ao seu tempo, no seu devido lugar, na paciência das horas e dos dias. Eu percorri muitos caminhos, deixei muitas pegadas. Eu vivi, sobrevivi, continuo sobrevivendo. Sim! Talhando no presente a pedra da sabedoria, esculpindo sonhos e esperança para firmar novos passos rumo ao futuro.

Renasço todos os dias, a cada pôr do sol, a cada frio das madrugadas, a cada gota d'água. Sou de carne e osso: choro, rio, canto, grito, bato palmas. Se a causa for justa, contem comigo. Já recebi muitas críticas e em todas guardei as pedras para refinar a paciência, como fez Fernando Pessoa, que as guardou para construir um castelo.

Em *Nau Solitária* você encontrará algumas das pegadas que venho deixando ao longo deste meu renascer. Trata-se de uma coletânea de artigos de minha autoria publicados em jornais, revistas, *sites,* com ampla circulação nas redes sociais nos primeiros anos (2011-2014) do meu segundo mandato de senador da República. Vários

assuntos de interesse da vida dos brasileiros e do nosso País aqui são tratados.

Minha intenção é refletir este momento e pensar o agora, dando cor às imagens, vida às palavras. Por isso, meu querido leitor, você está convidado a tomar posse desta obra e navegar atentamente por suas páginas. Esse mundo que agora lhe apresento é somente e tão somente todo alma e coração.

Boa leitura!

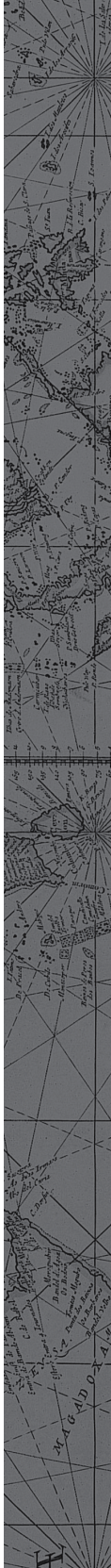
Senador **Paulo Paim**

SUMÁRIO

13 “Descascando abacaxis”
15 A violência em nosso cotidiano
18 Pílulas para a economia
20 Mercosul cidadão
22 Oxigenando a democracia
24 Orçamento: um olhar para o futuro
27 Pensando em John Lennon
30 Modelo esgotado
32 Secreto por quê?
35 Na ponta da lança e dos cascos
37 Aprendendo com Thiago de Mello
41 *Roma locuta, causa finita*... Até quando?
45 Ouvidos em cena
47 O estigma da mentira
49 Cora Coralina
51 Chamamento à indignação
53 Devagar com o andor
55 Repensando os precatórios
59 Em respeito à memória
62 A importância das eleições locais
65 Reforma da Previdência?
68 Uma questão de direitos humanos
72 Dinheiro da Seguridade é da Seguridade
74 Carta de Aparecida
76 A omissão em tempos de democracia
79 Vigiai e orai

82 Memórias reveladas
87 Desaposentadoria mais perto
89 #VetaDilma #TôNessa
91 Procura-se um relator
94 Libertem Paul Watson
97 Avançar sempre, sem retrocesso
100 Estamos dispostos a erradicar a pobreza?
104 Falta-nos uma postura firme
107 Novos ares, novos rumos (1ª parte)
112 Um divisor de águas
116 Novos ares, novos rumos (final)
121 O voto pela acessibilidade
124 A grave assimetria dos planos de saúde
127 Uma luta histórica
131 Justiça aos filhos do vazio social
134 O "x" das cotas
136 Educação: buscando uma realidade inclusiva
139 Reflexões sobre mobilidade urbana
141 CLT: Não vamos nos omitir
143 Ganhos reais para todos
146 O federalismo e o novo pacto federativo
149 Direito de greve
151 Sobre trabalho infantil e consciência mundial
153 Dedo na moleira
156 Um dia para sentir
158 Democracia e intolerância

162 Sobre a alienação parental (1ª parte)
165 Guerra fiscal, até quando?
167 Um grande passo ao encontro da juventude
175 Sobre a alienação parental (final)
178 Desenvolvimento sustentável na ótica dos direitos humanos
181 Escolas especiais: direito à escolha
183 Eternamente Getúlio
186 Orçamento impositivo evita negociatas
189 25 anos da Constituição
192 Libertem Ana Paula Maciel
195 Palavras aos jovens
197 Dívida dos estados: buscando uma solução
199 Fator previdenciário: um ponto final
203 Congresso, mostra tua cara!
205 Meu coração chora
208 Vidas perdidas e racismo
211 Mais pressão popular...
213 Aerus: questão de justiça
216 Pessoas com deficiência: sim à Lei de Cotas
218 Ensino técnico no Brasil: uma revolução silenciosa
221 Gritos que pedem respostas
224 Seguridade Social é superavitária
226 Carga tributária e sonegação fiscal (1ª parte)
231 Sim, um outro sistema prisional é possível (1ª parte)



236 Carga tributária e sonegação fiscal (final)
239 Sim, um outro sistema prisional é possível (final)
245 Planeta Terra: a nossa casa
250 Sim ao voto facultativo
254 Aposentadoria especial para pescadores: reparando uma injustiça
257 Pelo fim do fator previdenciário
261 Publicações

Sou nau solitária que navega por rios caudalosos e bravios em busca do mar.

"Descascando abacaxis"

O fator previdenciário envergonha todo homem público que se diz do bem.

QUANDO DE SUA POSSE no Ministério da Previdência Social, o Senador licenciado Garibaldi Alves Filho, disse terem lhe confiado ao pé do ouvido que o "abacaxi" seria enorme. Mas, ao olhar mais atentamente para o assunto, percebeu que "descascá-lo" não seria tão difícil assim. O que eu concordo.

Diferentemente do que tem sido dito, é importante destacar que a Seguridade Social não é deficitária. Há um estudo da ANFIP (Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal) e da COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) que mostra claramente essa realidade. Por exemplo: somente em 2009 a Pasta teve um *superavit* de R$21 bilhões.

O fator previdenciário envergonha todo homem público que se diz do bem. No momento em que o cidadão se aposentar, a incidência do fator pode diminuir em até 45%, no caso dos homens, ou 50%, no caso das mulheres, o benefício salarial a ser recebido, o que, convenhamos, é uma verdadeira covardia.

Quem tem a pena e a tinta para decidir sobre a extinção do famigerado fator não é atingido por ele. Ou seja, aqueles do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, que recebem os mais altos salários, não sofrem os males do fator. Quem "paga o pato" são os trabalhadores celetistas do Regime Geral da Previdência. Isso porque a fórmula de cálculo usada leva em consideração a idade, a alíquota e o tempo de contribuição, e a expectativa de sobrevida, conforme tabela do IBGE. Ou seja, quanto maior a expectativa de vida do brasileiro menor o valor do benefício a ser recebido pelo trabalhador ao se aposentar.

O Senado fez o que tinha que ser feito. Em dezembro de 2008 aprovou, por unanimidade, projeto de nossa autoria que põe fim ao fator previdenciário. Inclusive na época fizemos várias vigílias com o apoio da sociedade. Hoje, o texto tramita na Câmara dos Deputados e está pronto para ser votado no Plenário Ulysses Guimarães. Outras duas propostas de nossa autoria que valorizam os benefícios dos aposentados e pensionistas também foram aprovadas e encaminhadas à Câmara para votação.

Creio que um dos maiores desafios para os próximos anos é a consolidação de uma previdência universal, com direitos e deveres iguais para os trabalhadores da área pública e privada, sejam eles urbanos ou rurais. É nosso dever, enquanto isso, seguir lutando por meio do diálogo, do entendimento e demonstrando que o "abacaxi" não é tão ácido quanto alguns apregoam.

1º-2-2011 – *Zero Hora*

A violência em nosso cotidiano

Preocupado com a violência que assola a vida dos nossos jovens, apresentei projetos que podem mudar sua perspectiva de vida.

O BRASIL INTEIRO ESTÁ ASSUSTADO com as diversas formas de violência que estão sendo vivenciadas dia a dia. O medo tem aprisionado as pessoas. Uma das causas que pode ser apontada para essa realidade que enfrentamos é o êxodo rural. Muitas pessoas saem de sua terra com a ilusão de que a vida na cidade grande será como ganhar na loteria. Sabemos que o que acontece não é isso. A falta de emprego, de moradia, de salários que garantam uma vida mais digna, de educação e de acesso à saúde são barreiras que se impõem de pronto.

É fato que a criminalidade não é um ônus exclusivo dos grandes centros urbanos do País, entretanto o seu crescimento é muito maior do que nas pequenas cidades. Os bairros marginalizados das principais cidades respondem por aproximadamente 35% da população nacional. É justamente nesses locais onde pelo menos a metade das mortes é provocada por causas violentas, como agressões e homicídios. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, por exemplo, 21% de todas as mortes são provenientes de atos violentos.

Estudo feito a pedido do governo suíço demonstrou que o Brasil responde por 10% de todos os homicídios no mundo. Lamentavelmente, algumas cidades do País apresentam um percentual de mortandade, proveniente de atos violentos, que equivale aos do Iraque, um país em guerra. A média de mortes no trânsito já chegou a 200 por dia. O uso de drogas também é um fator determinante nos índices de violência. O Rio Grande do Sul vem adotando práticas de enfrentamento à droga e hoje lidera a mobilização contra o *crack* no País. Preocupado com a violência que assola a vida dos nossos jovens, apresentei projetos que podem mudar sua perspectiva de vida, como a PEC nº 24/05, do Fundep, um fundo para incentivo à educação profissionalizante.

Para cuidar da violência que tem percorrido as escolas, apresentei dois projetos de lei, um deles (PLS nº 191/09) contra a violência aos professores e outro (PLS nº 178/09) que prevê a paz nas escolas. É importante que cada cidadão assuma a tarefa de se autoanalisar para que a menor violência que se tem feito seja eliminada a fim de que grandes violências sejam suprimidas pela raiz.

14-2-2011 – *Jornal do Comércio*

Pílulas para a economia

Faz-se necessário desenvolver estratégias para formalização dos empreendedores individuais, criar linhas especiais de crédito, proporcionar capacitação...

A IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS na economia brasileira é indiscutível. Elas representam quase 99% das empresas do País, já são seis milhões de estabelecimentos formais e 10 milhões informais com representação de 95% das empresas do setor industrial. Porém, contribuem com apenas 30% do PIB brasileiro. Decorre daí a necessidade de alavancar a produtividade do setor e fomentar as exportações. As maiores dificuldades enfrentadas pelos micro e pequenos empresários dizem respeito justamente à falta de estratégia de negócios, às boas praticas de gestão e ao acesso a fontes de financiamento de longo prazo com juros reduzidos. Reconhecidas pela sigla MPEs, elas são as maiores empregadoras, pois detêm 60% da oferta de emprego formal do Brasil, e se destacam pelo grande potencial para a criação de riquezas.

Importante salientar que no Senado Federal discutimos e aprovamos a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e o Supersimples, diplomas legais que trouxeram avanços recla-

mados pelo setor há anos. As MPEs têm contribuído para o desenvolvimento da Nação e foram muito importantes no enfrentamento brasileiro à crise econômica mundial. Preocupado com esse segmento, apresentei o PLS nº 376/2008, que institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas – FFMPME, uma proposta discutida com diversos segmentos sociais. Quando aprovado, o fundo proporcionará recursos para alavancar políticas de desenvolvimento estratégico para essas empresas.

A decisão da Presidenta Dilma Rousseff em cumprir uma promessa de campanha de criar um órgão voltado especialmente para a micro e pequena empresa reafirma o alinhamento do Governo Federal com o setor. Já era tempo de fomentar políticas públicas focadas nas MPEs, tal o dinamismo e relevância econômica empregados pelo segmento. Faz-se necessário desenvolver estratégias para formalização dos empreendedores individuais, criar linhas especiais de crédito, proporcionar capacitação, fomentar núcleos industriais no País e ainda fortalecer os APLs – Arranjos Produtivos Locais, como forma de promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, estimulando processos locais de desenvolvimento. Tenho certeza de que esta nova pasta será estratégica para o desenvolvimento do País. Fortalecer as MPEs é uma medida saudável não só para economia, mas para o desenvolvimento social no Brasil, como uma pílula que irá gradativamente contribuir para o crescimento, o dinamismo e o fortalecimento do setor.

8-3-2011 – Revista *Em Evidência*

Mercosul cidadão

UM DOS SINAIS DE AMADURECIMENTO do Mercosul é a discussão gradativa de temas ligados à educação, saúde, emprego, previdência e direito trabalhista. E isso tem gerado boas notícias para a nossa cidadania. Exemplo é o Acordo Multilateral de Seguridade Social em que "os países reconhecem aos trabalhadores que tenham prestado serviços em qualquer deles, assim como a seus familiares, os mesmos direitos e obrigações em matéria de Seguridade Social que aos seus nacionais".

Outro avanço foi a criação de uma comissão tripartite formada por governos, empresários e trabalhadores com o objetivo de colocar em prática a harmonização da legislação, a fim de evitar as discrepâncias legislativas que prejudicam, no final das contas, apenas os próprios países integrantes. O objetivo é melhorar no conjunto as condições dos trabalhadores para que haja efetiva melhoria das condições de vida em cada um dos países.

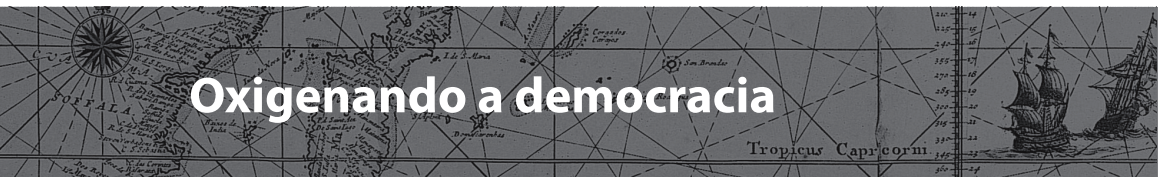
Além disso, é importante destacar a aprovação, em dezembro de 2010, do Estatuto da Cidadania, que objetiva facilitar as viagens na região, o reconhecimento de diplomas universitários, a livre circulação de pessoas, a criação de documento de identidade unificado, placas de automóveis iguais, eleições diretas para o legislativo do bloco etc.

Nestes vinte anos de Mercosul tivemos avanços significativos. Demos passos importantes para uma verdadeira integração que estão garantindo ao mesmo tempo desenvolvimento econômico com justiça social. Por isso, eu entendo que não é possível pensar um sem o outro. Até porque isso é próprio do processo econômico. Na medida em que surgem novas oportunidades de crescimento, surgem também geração de riqueza e distribuição de renda.

Como membro indicado pelo Partido dos Trabalhadores para integrar o Parlasul, tenho como meta, além de defender com carinho os interesses do Rio Grande do Sul, aprofundar a discussão de assuntos ligados aos direitos humanos, às pessoas com deficiência, aos idosos, aos negros, aos brancos, aos ciganos, aos indígenas, às mulheres, aos jovens, às crianças, aos que lutam pela livre orientação sexual, aos defensores da liberdade religiosa, entre outros. Também tomarei a iniciativa de defender a entrada democrática de outros países no bloco.

Nós, brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios percebemos que as velhas rivalidades deveriam ser superadas e substituídas pela parceria e amizade. E isso está dando certo, mesmo sabendo que muita coisa ainda precisa ser feita para a consolidação do cidadão mercosulino.

7-4-11 – *Zero Hora*



Oxigenando a democracia

Pretendemos colaborar para o debate de uma verdadeira reforma política.

CANDIDATURA SEM VÍNCULO PARTIDÁRIO, por que não? Esse questionamento me foi feito por um grupo de estudantes secundaristas logo que assumi, pela primeira vez, uma cadeira no Senado. A ideia foi discutida, amadurecida e no início de 2006 apresentei uma proposta de emenda à Constituição (PEC nº 21). Recentemente a Comissão de Reforma Política aprovou candidatura avulsa em pleito municipal, contemplando assim um item do meu projeto, que era mais abrangente.

As candidaturas independentes não representam novidade, uma vez que são aceitas pela grande maioria dos países democráticos. Nove, em cada dez, utilizam esse sistema. Cerca de 37% aceitam candidatos avulsos em eleições legislativas e presidenciais; perto de 40% apenas para eleições legislativas; e outros 13% apenas para eleição de presidente da República.

O Brasil faz parte da minoria que exige o vínculo partidário, ao lado, entre outros, da Argentina, Uruguai, Peru, México, Costa Rica, Guatemala, Suécia e África do Sul. A Itália admite a candidatura avulsa mediante a chamada

Lista Cívica. Nos Estados Unidos, casos há em que "candidatos independentes" chegam a pleitear a presidência do país, além de candidatarem-se às vagas nos parlamentos estaduais e federais.

Deixo claro que esse sistema não implicará o enfraquecimento dos partidos. Estou apenas defendendo o princípio da democracia plena e o alargamento da expressão das lideranças populares.

É obvio que as candidaturas avulsas terão que se sujeitar a regras específicas. Devem também ser observados critérios, como a ficha limpa, por exemplo.

Infelizmente as liberdades da Constituição de 1988 assustaram a muitos, e vemos hoje um movimento regressivo, tendente a engessar o sistema partidário e político, em evidente desfavor da renovação democrática e da facilitação necessária a que os cidadãos tomem parte da vida política.

Pretendemos colaborar para o debate de uma verdadeira reforma política que tenha como norte não apenas o reforço da governabilidade, mas também a ampliação da participação cidadã na ainda nascente democracia brasileira. Afinal, não é esse o horizonte que buscamos?

29-4-2011 – *Jornal do Comércio*

Orçamento: um olhar para o futuro

Alio-me àqueles que pensam e sonham com um orçamento sustentável, um orçamento capaz de satisfazer as atuais necessidades econômicas, ambientais e sociais da população brasileira.

O DESAFIO DE PROMOVER E GARANTIR A APLICAÇÃO de direitos assegurados na Constituição de 1988, como saúde, educação, moradia, segurança, entre outros, passa também por um orçamento público com equilíbrio e voltado para o desenvolvimento social.

No Orçamento Geral da União (OGU) de 2011 foi aprovado o total de R$13 milhões para cada parlamentar distribuir nos seus estados. É importante salientar que esses valores serão repassados diretamente do caixa do Tesouro Nacional depois de ser feita uma análise criteriosa. A União, através de alguns órgãos, irá fiscalizando e liberando os valores na medida em que for ficando comprovada a execução da obra, dos projetos apresentados aos ministérios competentes. Na minha opinião, esses recursos devem ser distribuídos seguindo critérios democráticos e de justiça social. Por isso no meu primeiro mandato indiquei emendas a todos os 496 municípios gaúchos, independentemente de sua administração

política, ou seja, de forma igualitária e que levasse em conta principalmente a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Pretendo da mesma maneira perseguir esse ideal neste segundo mandato.

As emendas parlamentares são receitas importantes e necessárias para os municípios. Podem servir de instrumento democrático de participação popular, com a população opinando sobre como deverá ser aplicado o dinheiro. O Orçamento Participativo é um exemplo disso. As emendas podem significar escolas, postos de saúde, quadras de esporte, máquinas agrícolas etc. Além do que, elas podem modificar a realidade social de uma determinada comunidade, funcionando como instrumento de inclusão e de redução das desigualdades.

Não tenho dúvidas de que a população deve exercer seu direito ao controle social. Os recursos públicos são do povo, o próprio nome "públicos" fala por si só. Por isso, apoio as emendas participativas, especialmente quando a população debate com o administrador as prioridades para aquela comunidade em todos os níveis federativos: União, estados e municípios. Nesse sentido, tenho uma proposta de emenda à Constituição, a PEC nº 23/2005.

O especialista em orçamento público Marcelo de Carvalho, em sua monografia "Efeitos das emendas parlamentares ao Orçamento na redução às desigualdades regionais" conclui que: "Os resultados encontrados indicam que as emendas parlamentares ao Orçamento Federal têm propensão de reduzir as desigualdades regio-

nais, refletida na melhoria dos indicadores de saúde dos estados".

Havia uma insegurança em relação a vários convênios e contratos, a grande maioria procedente das emendas parlamentares, no sentido de que os mesmos poderiam ser cancelados, o que traria um prejuízo de aproximadamente R$350 milhões ao Rio Grande do Sul, mas a Presidenta Dilma Rousseff, muito acertadamente, reverteu a situação. Parlamentares, prefeitos, vereadores e articuladores entraram em campo para defender o não cancelamento. Fui o primeiro parlamentar a levar o assunto à tribuna do Senado Federal e aprovei requerimento na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa convocando audiência pública para tratar do assunto. Os Restos a Pagar, ou seja, aquelas despesas empenhadas e não pagas, somam hoje R$128 bilhões, um verdadeiro orçamento paralelo ao Orçamento da União. Entendo que é necessário reduzir o montante de Restos a Pagar, mas isso não pode prejudicar os acordos já firmados.

Alio-me àqueles que pensam e sonham com um orçamento sustentável, um orçamento capaz de satisfazer as atuais necessidades econômicas, ambientais e sociais da população brasileira, mas com um olhar no futuro, protegendo e garantindo os recursos necessários tanto para a atual quanto para as próximas gerações. Fico torcendo para que essa ideia atraia força nas áreas técnicas do Governo Federal e também no Congresso Nacional.

11-5-2011 – www.senadorpaim.com.br

Pensando em John Lennon

Imagine todas as pessoas vivendo a vida em paz.

QUANDO ASSUMI PELA SEGUNDA VEZ a presidência da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, em março deste ano, construímos um calendário de audiências públicas para discutir e debater as diversas formas de violência, seja contra os idosos, mulheres, negros, homossexuais, pessoas com deficiência, entre outros.

Dia desses o tema focalizado foi o *bullying* que pode se revelar tanto em forma de violência física quanto verbal, moral, psicológica e que atinge – para além dos estudantes os professores, os funcionários das escolas e acaba alcançando também as famílias dessas pessoas.

Esse problema persistirá se não houver uma mudança de mentalidade por meio do fortalecimento e da ampliação dos investimentos na educação por parte do Poder Executivo. Paralelamente a isso, é fundamental a criação de estratégias de prevenção com a participação de pais e a formação de comitês *antibullying* nas escolas, como foi sugerido recentemente em audiência na comissão.

Há três anos apresentamos dois projetos que já foram aprovados pelo Senado e atualmente tramitam na

Câmara. O PLS nº 178 estimula cultura da paz nas escolas. As medidas de combate à violência que são descritas no projeto vão constar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. E o PLS nº 191, que estabelece procedimentos de socialização, amparo jurídico e prevê medidas de proteção para os casos de violência contra os professores.

Essas medidas têm por objetivo ajudar e contribuir na modificação da dura e cruel realidade vivenciada nas escolas brasileiras. Sabemos que não é uma tarefa fácil. Mas temos que perseverar diariamente em todos os níveis da sociedade e do Congresso se nossa meta é alcançar um novo patamar nessas relações sociais.

Antes de iniciar uma audiência na Comissão de Direitos Humanos eu sempre lembro de coisas da minha mocidade que continuam ressoando no meu peito, como o direito de sonhar e acreditar na paz. E, dia desses cheguei a pensar em John Lennon: imagine todas as pessoas vivendo a vida em paz. Talvez se tirássemos alguns minutos do nosso dia para refletir sobre a paz pudéssemos efetivamente construí-la.

12-5-2011 – jornais do interior

Modelo esgotado

Apresentei em 2004 uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 35) para que o processo legislativo seja revisto.

QUAIS SÃO, DE FATO, OS PAPÉIS de Executivo, Legislativo e Judiciário? A questão confunde não apenas leigos, mas também as pessoas que compõem essas três esferas. Isso tem duas razões: a primeira é que os três poderes, por vezes, possuem funções comuns, tal como determina a Constituição Federal. Já a segunda é em consequência de, ultimamente, o Executivo estar atuando também como legislador.

Um exemplo prático disso é a edição excessiva de medidas provisórias (MPs). Somente no ano passado foram 42. A técnica, adotada pelos governos a partir da Constituinte de 88, tranca a pauta de matérias importantes em discussão no Congresso Nacional, além de jogar por terra o trabalho de parlamentares.

O que vemos é que, em muitos casos, as medidas de iniciativa do Governo são semelhantes (e por vezes iguais, cópias) a projetos já em tramitação nas duas Casas. O Governo não deixa que as matérias apresentadas pelos parlamentares sejam aprovadas e, de uma hora para outra, baixa uma medida provisória do mesmo teor. E

o trabalho do parlamentar, que, juntamente com sua equipe, faz todo um estudo, prepara o projeto, discute com as classes, com entidades envolvidas e com a sociedade, é simplesmente atropelado.

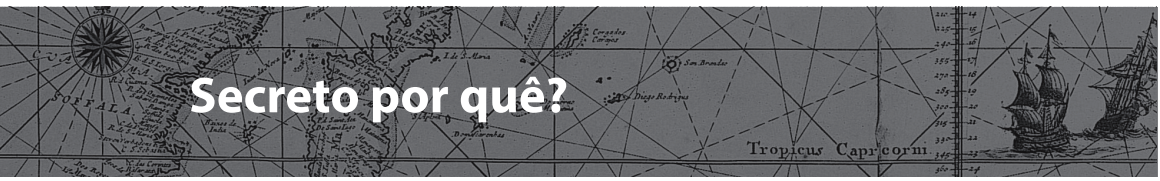
Assim, para dar maior agilidade ao processo legislativo e evitar a edição de tantas MPs por parte do Executivo, apresentei em 2004 uma proposta de emenda à Constituição (PEC nº 35) para que o processo legislativo seja revisto. A proposta está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A ideia é que, sempre que o Governo editar uma MP, caso haja matéria de mesmo teor em tramitação na Câmara ou no Senado, essa proposta tenha prioridade de discussão, seja votada rapidamente. Assim, teremos valorizado o trabalho de todos os parlamentares e não haverá tantos problemas relacionados ao trancamento da pauta.

Proponho ainda que a análise das MPs seja feita de forma alternada. Hoje ela se inicia pela Câmara e, depois, passa à apreciação dos senadores. O objetivo é dar rotatividade a esse processo: uma MP entraria pela Câmara, outra pelo Senado, e assim sucessivamente. Importante destacar que o relatório aprovado do Senador Aécio Neves à PEC nº 11/2011 assegura prazo para apreciação das MPs no Senado Federal.

Acreditamos que o modelo legislativo atual está completamente esgotado, por descrédito e ineficiência comprovados. Isso exige por parte do Congresso Nacional a adoção de uma atitude decidida rumo ao seu aprimoramento.

13-5-2011 – *Zero Hora*



Secreto por quê?

O CONGRESSO ESTÁ PRESTES A APRECIAR mais de mil vetos presidenciais a projetos aprovados. Somente nos últimos quatro anos foram mais de dois mil vetos apreciados e nenhum derrubado. É preciso que se diga que a forma como isso ocorre é por meio do voto secreto.

O processo se dá de maneira que um projeto é aprovado via votação aberta e com a opinião do parlamentar exposta aos quatro cantos do País. No entanto, quando ele recebe o veto presidencial, esse veto é submetido a uma votação no Congresso, mas desta feita a votação é secreta. O que ocorre então é que o veto é aceito pelos parlamentares e o que havia sido apalavrado lá atrás com a população e a opinião pública cai por terra, desmoronando feito castelo de areia. É só checar os números.

Não concordo com a argumentação de que esse tipo de procedimento é para proteger o parlamentar contra possíveis represálias. Pelo contrário, o voto secreto permite que acusações, muitas vezes sem fundamento, sejam feitas "a torto e a direito" como uma "metralhadora giratória" gerando disputas desleais entre forças políticas, pois ninguém sabe e nunca saberá do voto que foi dado.

O voto secreto é tão injusto que pode se tornar um instrumento para condenar inocentes ou absolver culpados,

tanto no caso de julgados como no de julgadores. É essa trama nebulosa e obscura que temos o dever de combater com as armas do diálogo e da argumentação.

O parlamentar recebe uma procuração lavrada nas urnas pela população para ser seu legítimo representante. Há uma cumplicidade entre eleitos e eleitores que fundamentalmente não pode, de jeito nenhum, contemplar a ocultação de opiniões e decisões.

Algumas Assembleias Legislativas já liquidaram com o voto secreto, como as de Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, entre outras. Essa iniciativa dá transparência e propicia que todos votem de acordo com suas convicções e as confirmem, fortalecendo assim a relação de eleitos e eleitores, mas, essencialmente, com o Poder Legislativo.

Vários parlamentos do mundo não utilizam o voto secreto para apreciação de vetos, leis, emendas, nomeações, indicações. Nos EUA, ocorreu o famoso caso do *impeachmen*t do então Presidente Bill Clinton, que acabou absolvido inclusive com votos dos republicanos. Dessa forma todos ficaram sabendo como foi o voto de cada parlamentar.

Dia desses, o relatório do Senador Aécio Neves à PEC nº 11/2011, de autoria do Senador José Sarney, sobre medidas provisórias foi aprovado, assegurando assim prazo para apreciação das mesmas. Isso é bom para o aprimoramento da democracia. Creio que é esse tipo de gesto que está faltando ao Congresso: ousadia.

Mesmo que, por um pequeno momento, ousamos, por que não aproveitarmos o "cavalo encilhado" que está à nossa frente e votarmos a PEC nº 50/2006, de nossa autoria, que acaba de vez com todas as votações secretas no Congresso? Ela já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e está pronta para o Plenário do Senado.

O voto secreto é um instrumento da ditadura e não do Estado democrático. Nós vivemos numa democracia, então já não está mais do que na hora de nos perguntarmos: a quem interessa a votação secreta?

Neste momento, valeria muito uma campanha nacional com a participação da sociedade civil organizada, independentemente de posições políticas ou partidárias, que exigisse o fim do voto secreto. Pois se os tambores não forem tocados nas ruas, praças, campos e florestas do nosso País dificilmente o seu rufar será ouvido pelo Congresso Nacional.

27-5-2011 – *O Globo* e *O Sul*

Na ponta da lança e dos cascos

Dentro do meu peito sempre haverá um luzeiro
iluminando e buscando boas-novas para o
nosso querido Rio Grande do Sul.

UM DOS MAIORES ORGULHOS QUE TENHO é ouvir brasileiros de outros estados dizerem que "quando a gauchada quer uma coisa não tem quem segure". Por isso eu entendo que neste momento, em que se discute um novo aeroporto internacional para o nosso Estado, nós temos a obrigação de deixar para trás as nossas diferenças e de estar unidos e "afiados na ponta da lança e dos cascos". Há estudos que comprovam que o Salgado Filho, mesmo com as obras previstas, dentro de pouco tempo terá sérios problemas que dificultarão o sistema aeroportuário da Região Metropolitana e, por conseguinte, do estado. E olhe que estamos em véspera de Copa das Américas, Mundial 2014 e Olimpíadas do Rio. Além do mais, o estado tem todas as condições de ser a porta de entrada do Mercosul. Várias regiões têm condições de receber o Aeroporto 20 de Setembro, como está sendo chamado. Mas, por questões técnicas que me foram apresentadas, eu me detenho a um espaço de 16 quilômetros quadrados, entre as cidades de Nova Santa Rita e Portão. Com

essa alternativa atenderíamos a demanda aeroportuária gaúcha por mais de quatro décadas.

Eu não tenho dúvidas de que o 20 de Setembro será uma alavanca para o desenvolvimento econômico e social, capaz de atender 85% do PIB estadual. A questão é também de importância nacional: o Brasil é hoje a oitava economia do mundo e deverá ser a quinta até 2024. Para suportar esse crescimento é indispensável uma infraestrutura sólida e moderna. O espaço reservado permite a construção de um aeroporto muito amplo, moderníssimo, dentro dos mais avançados conceitos de sustentabilidade e preservação ambiental. Creio também que no mesmo local poderá ser instalada outra demanda do nosso estado, que é o Polo Aeronáutico do Rio Grande, aliás, uma necessidade estratégica. Não sou contra as reformas do Salgado Filho. Até porque acredito que são necessárias e não inviabilizam o 20 de Setembro. Mas temos que avançar. Olhar para o futuro. Percorrer o caminho das estrelas. Podem até me chamar de sonhador. Talvez eu o seja. Mas podem ter certeza de que dentro do meu peito sempre haverá um luzeiro iluminando e buscando boas-novas para o nosso querido Rio Grande do Sul.

30-5-2011 – *Jornal do Comércio*

Aprendendo com Thiago de Mello

FOI NUM DESSES INTERVALOS entre audiências públicas e sessões plenárias, quando os parlamentares ficam conversando com jornalistas, que me foi perguntado qual o meu maior orgulho nesses trinta anos de vida pública. De pronto, respondi que talvez essa palavra em si não seja a mais adequada e, sim, aquilo que mais me deu e continua dando alegria e forças para seguir lutando. Para essa pergunta a resposta é: nunca ter deixado fugir do meu peito, nem por frágeis segundos ou tormentas que o destino nos aplica, as minhas profundas convicções deixadas como herança pelos meus pais.

O embate pelo fim do fator previdenciário e a valorização das aposentadorias e pensões é uma luta que venho travando há anos tanto no Congresso Nacional como nas assembleias legislativas, câmaras de vereadores e em todos os espaços da sociedade que nos chamam e que se dispõem a participar do processo deixando de lado querelas pessoais, políticas e ideológicas. Tenho aqui o dever de reconhecer que tem estado junto conosco, na mesma trincheira, a Confederação de Aposentados e Pensionistas (COBAP), o Fórum Sindical dos Trabalhadores, as confederações, as federações e as centrais sindicais.

Todos os projetos "linha de frente" que beneficiam os trabalhadores brasileiros, aposentados e pensionistas, têm a nossa marca e a nossa autoria. Uns iniciaram tramitando

na Câmara dos Deputados durante os trabalhos da Constituinte, ainda quando estava naquela Casa. Outros estão no Senado. Muitos já foram aprovados nas comissões e estão prontos para votação no plenário. Mas há de se lembrar que o fim do fator previdenciário já foi aprovado por unanimidade pelos senadores (PLS nº 296/2003) e atualmente está na Câmara (PL nº 3.299/2008), nas mãos dos deputados.

O grande valor do processo democrático é o espaço proporcionado para o debate, o diálogo e também a cobrança, tanto no Legislativo como no Executivo. Agora temos que ter consciência que o caminho não é de mão única como nos tempos de exceção, da ditadura militar. Existem aqueles que são favoráveis a determinadas posições, como o fim do fator previdenciário, e há aqueles contrários, mas esses últimos não impedem, e muito menos inibem, a nossa atuação, tendo em vista que estamos muito bem embasados com argumentos que apontam que o fator previdenciário é um verdadeiro crime institucionalizado contra os trabalhadores.

Depois de tanto alertar a população sobre a gravidade da incidência do fator previdenciário nas aposentadorias e de tantas andanças pelo País, percorrendo as mais interioranas comunidades, conhecendo e abraçando a nossa gente, tenho a alegria de saber e de dizer que a sociedade como um todo compreendeu a nossa luta e nos tem dado total apoio. Tanto isso é verdade que o próprio Governo Federal também já entende que é fundamental a construção de uma alternativa ao fator previdenciário,

bem como a valorização dos aposentados e pensionistas. O resultado de tudo isso, eu espero, seja o melhor para todos e para o País.

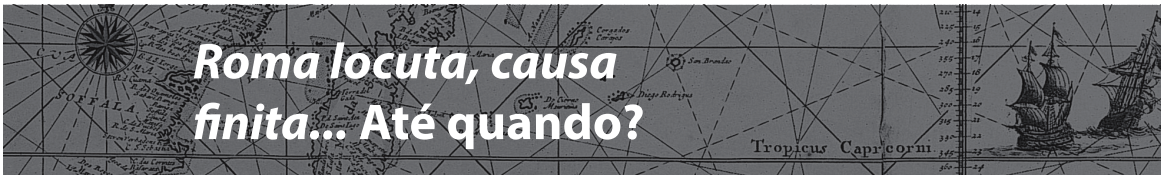
Desde meados do mês de abril vêm ocorrendo reuniões, quase que diárias, entre técnicos do meu gabinete e técnicos do Ministério da Previdência Social e representantes da Cobap. Já participei de algumas junto com o Ministro Garibaldi Alves e só não fui a todas elas em virtude de outras responsabilidades, como a de presidir a Comissão de Direitos Humanos e atuar nas Comissões de Educação, Assuntos Sociais, Desenvolvimento Regional, Ciência e Tecnologia, e de ser indicado pelo meu partido para integrar o Parlamento do Mercosul.

Por uma questão de justiça defendo ainda uma Previdência universal onde os direitos e benefícios dos servidores públicos sejam estendidos aos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Portanto, a fórmula é simples: fim do fator previdenciário = criação de uma idade mínima para os trabalhadores da iniciativa privada = regras de transição semelhantes aos dos servidores públicos. Tudo está previsto na proposta de emenda à Constituição (PEC nº 10/2008), de nossa autoria, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Com a mesma paixão dos meus quinze anos e com a pureza dos sentimentos de uma criança que se sente importante perante Deus, eu acredito entusiasticamente que a nossa luta não é e nunca será em vão. Os nossos cabelos brancos até podem demonstrar que as braçadas nos deixaram can-

sados. Mas a nossa convicção ainda é a mesma. Se o tempo e os anos me permitem, eu trago para junto de mim e ofereço a vocês as sábias palavras do poeta sem fronteiras Thiago de Mello: "Não tenho caminho novo. O que tenho de novo é o jeito de caminhar".

1º-7-2011 – *O Sul*



Roma locuta, causa finita... Até quando?

Os senadores e os deputados não podem mais abrir mão das funções para as quais foram eleitos.

RESPEITO QUEM PENSA O CONTRÁRIO, mas há muito tempo o Congresso Nacional vem aceitando passivamente a máxima do *Roma locuta, causa finita:* se Roma decidiu, a questão está encerrada. Isso tem causado a paralisia da ação legislativa, retirando desse poder a sua independência e dificultando o processo harmônico, como diz a Constituição de 1988.

Enquanto projetos que foram discutidos com a sociedade ficam adormecidos à espera de votação, e, diga-se de passagem, com a anuência da maioria dos parlamentares, entra em cena aquilo que veio substituir os decretos-leis, as tais medidas provisórias, instrumento criado para ser usado de forma excepcional, em casos de urgência e relevância. O excesso de MPs é o maior exemplo de desvirtuamento das funções legislativas e de esterilização dessas funções.

O STF também vem tomando decisões em resposta à sonolência do Congresso Nacional. Temos aí o direito de greve, a aposentadoria especial para pessoas com

deficiência e a desaposentadoria. Esses são temas de projetos de lei que apresentei ao longo dos últimos 25 anos, que já poderiam, se houvesse vontade política, ter sido votados. Como isso não aconteceu, mais recentemente o STF entendeu que deveria fixar regras, seguindo recomendação da OIT, para que o aviso prévio seja proporcional ao tempo de serviço. O Ministro Ricardo Lewandowski chegou a citar o PLS nº 112/09, de nossa autoria, que prevê o pagamento de 60 dias de aviso prévio para quem está há mais de 10 anos na mesma empresa, aumentando mais 30 dias a cada cinco anos, atingindo 180 dias.

A partir da nova ordem constitucional, o Judiciário foi se fortalecendo e tornando-se protagonista das decisões nacionais. É o chamado fenômeno de judicialização das decisões. Isso não é uma crítica, é apenas uma constatação. Acredito que acertadamente o Judiciário tem se preocupado em tutelar os direitos fundamentais que podem ser promovidos por meio de sua atuação.

Os senadores e os deputados não podem mais abrir mão das funções para as quais foram eleitos: legislar e aprovar propostas e projetos que vão fazer a diferença na vida dos cidadãos brasileiros. Exemplo maior disso foi a aprovação, em 2003, do Estatuto do Idoso, que hoje é lei federal e beneficia cerca de 30 milhões de pessoas.

Os novos tempos que avistamos no horizonte já estão clamando por mais ousadia da nossa parte. Temos de ousar, de dar quantos passos e lapidar quantas pedras forem

necessários. Pois, como bem disse Slavoj Zizek: "Temos de agir, porque as consequências de não agir podem ser catastróficas".

12-7-2011 – *Zero Hora*

Ouvidos em cena

VOCÊ SABE O QUE É AUDIODESCRIÇÃO? Pois bem, muita gente se faz essa pergunta. Conversando com pessoas com deficiência visual fiquei sabendo que se trata de um caminho para que as paisagens, os detalhes, as ações de um filme se materializem pela narração de seus elementos. Isso é algo fantástico. Pude perceber também a diferença que elas sentem com o uso desse recurso. É essa a lacuna que a audiodescrição veio preencher.

Desde 1º de julho, passou a vigorar portaria que prevê que as televisões brasileiras que operam em sistema digital disponibilizem pelo menos duas horas de sua programação semanal com audiodescrição, aumentando gradativamente o tempo, até que em 10 anos chegue a 20 horas semanais. Algumas emissoras já definiram o uso do recurso, como SBT, Globo e Record.

Em países como Alemanha, Reino Unido, França, Espanha, Estados Unidos e Uruguai o sistema já é, há muito, uma realidade em cinemas, teatros, museus, programas de televisão e DVDs. No Brasil, temos exemplos recentes de sua utilização nos DVDs Chico Xavier e Ensaio sobre a cegueira.

Fico muito feliz quando o meu querido Rio Grande do Sul se mostra na vanguarda de iniciativas e dá exemplos

para o resto do País, como o da Associação de Cegos (ACERGS) que, recentemente, promoveu o primeiro concurso Miss Deficiente Visual do Estado com o recurso da audiodescrição.

O acesso à informação e ao lazer através da audiodescrição é fundamental para a garantia da plena acessibilidade e do exercício da cidadania. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, de nossa autoria, também incluiu em seus artigos esse direito. O texto já foi aprovado no Senado e tramita na Câmara dos Deputados.

Outros direitos também estão assegurados no estatuto. Podemos citar, por exemplo, a reserva de um percentual de unidades residenciais nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, ou ainda, a garantia de um salário-mínimo para a pessoa com deficiência cuja renda mensal familiar *per capita* seja inferior a meio salário mínimo, para que ela consiga viver com dignidade.

5-8-2011 – www.senadorpaim.com.br

O estigma da mentira

AO LONGO DESTA MINHA VIDA parlamentar, e lá se vão 25 anos, defendi e demonstrei, por diversas vezes, que a seguridade social é superavitária. Argumento este que tenho usado para defender a viabilidade dos projetos que apresentei e que julgo relevantes para garantir direitos aos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Ideia essa rebatida com argumentos nada convincentes e dados construídos para demonstrar um *deficit* inexistente.

Hoje, mais do que nunca, os resultados têm sido bastante animadores.

Segundo dados da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (ANFIP), constantes na publicação *Análise da Seguridade Social 2010*, no ano passado o resultado entre receitas e despesas da seguridade foi de R$58 bilhões. Mais expressivo que os R$32,9 bilhões de 2009. Isso se deve ao crescimento econômico do País.

A previdência caminha no mesmo sentido, este ano o resultado nominal (receita menos o pagamento de benefícios) já superou os R$11 bilhões. Se observarmos a evolução dos dados previdenciários, poderemos perceber que os resultados vêm se mantendo positivos há anos.

Então, pergunto: a quem interessa divulgar que a previdência e a seguridade são deficitárias? A quem inte-

ressa defender que o Governo Federal retira recursos do Tesouro para custear os benefícios sociais?

A verdade é que a seguridade social (saúde, previdência e assistência) é de toda a sociedade e suas fontes de custeio têm previsão constitucional. Ela deve ser "financiada por todos de forma direta e indireta", assim está previsto e assim funciona.

A previdência é patrimônio do trabalhador, é um seguro para eventos como acidente, morte, idade etc. Ela tem caráter contributivo e filiação obrigatória. Todos colaboram, todos usufruem – essa é a lógica!

A famosa frase "uma mentira dita muitas vezes se torna uma verdade" acabou virando provérbio popular e continua sendo utilizada para esconder verdades. Já é tempo de iniciarmos uma campanha nacional de divulgação dos dados positivos da seguridade social. Já é hora de defendermos esse valioso patrimônio do trabalhador; já passou da hora de acabarmos com essa vergonhosa mentira.

Ninguém tira nada de onde não tem. A recente desoneração da folha, as renúncias fiscais e o repasse de 20% da DRU demonstram que existem recursos para pôr fim ao fator previdenciário e garantir reajustes reais às aposentadorias e pensões.

12-8-2011 – *Zero Hora*

Cora Coralina

Homenagem às mulheres brasileiras.

Cora Coralina... Cora brasileira... é uma das minhas inspirações na vida e na política. Não a conheci, nem a sua casa. Não toquei as suas mãos, nem beijei a sua face. Apenas li os seus poemas com sabor de gente, de mel e de esperança.

Da janela ela olhava o mundo. Mirava o rio e os seus cristais. Uma ponte de pedra e madeira com pilares de saudade. O sol, a lua, o vento, a chuva... A terra em flor pedindo semente. Um beija-flor, uma andorinha, uma aquarela nos olhos de Cora Coralina.

Oh! Serenas horas, dias e anos que passam como se não existisse o tempo.

Toma menino verde, come esta cocada, como se fosse o tesouro desta casa velha. Não vê que nascemos velhos e envelhecemos jovens?

A mocidade ou a velhice estão aqui nas nossas mentes e em nossos corações. Então decide o teu destino como fazem os pássaros nas manhãs do Brasil. Não vê que somos assim: cheiro de terra molhada e mãos calejadas?

Ouve os cantares da nossa gente, os falares do nosso povo, o rir, o chorar, o abraçar, os gemidos dos humilhados.

Cora Coralina... Cora brasileira. Coralina do cotidiano, Cora do nosso sonhar.

Dá-me a tua mão irmão, pois o que nos resta nesta sagrada geografia é a amizade.

"Chegaste hoje, meu amiguinho? Já ias tardando. Não tinhas saudades dos teus amigos? Nem de leve podes imaginar como tudo cobriu-se de pesar com a tua prolongada ausência".

Cora Coralina... Cora amplidão...

Fizeste a "escalada da montanha da vida removendo pedras e plantando flores". Assim disseste, assim fizeste, e assim deixaste a tua herança para nós outros, com palavras d'alma e coração em serenos de lua e prata.

23-8-2011 - www.senadorpaim.com.br

Chamamento à indignação

CREIO QUE UMA DAS PRIMEIRAS MEDIDAS PARA combater a corrupção e a impunidade é acabarmos com as votações secretas no Congresso Nacional. A população tem o direito de saber como os senadores e deputados se posicionam e votam.

O parlamentar recebe uma procuração lavrada nas urnas. Nesse momento, é firmado um acordo implícito entre eleitos e eleitores que fundamentalmente não pode, de jeito nenhum, contemplar a ocultação de decisões.

O voto secreto faz sentido nos regimes de exceção, para proteger os parlamentares de perseguições em caso de voto contrário aos interesses do Governo. No Estado Democrático de Direito, não há argumento para que se continue votando secretamente.

Com o voto secreto, acusações muitas vezes infundadas podem ser feitas como uma metralhadora giratória, gerando disputas desleais entre forças políticas, pois ninguém sabe e nunca saberá do voto que foi dado.

O voto secreto é tão injusto, que pode se tornar um instrumento para condenar inocentes ou absolver culpados, tanto no caso de julgados como no de julgadores. É essa trama nebulosa e obscura que temos o dever de combater com as armas do diálogo e da argumentação.

Algumas assembleias não utilizam esse sistema, como as do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Essa iniciativa dá transparência, expondo as convicções do parlamentar e obrigando-o a confirmá-las, fortalecendo, assim, o acordo firmado entre eleitos e eleitores quando do momento da urna eletrônica.

Vários parlamentos do mundo não utilizam o voto secreto para apreciação de vetos, leis, emendas, nomeações, indicações. Nos EUA, ocorreu o famoso caso do *impeachment* do então Presidente Bill Clinton, que acabou absolvido inclusive com votos de republicanos. Dessa forma, todos puderam ter conhecimento da posição de cada parlamentar em relação ao assunto.

Quando fui deputado, apresentei projeto para acabar com o voto secreto e, logo depois que assumi uma cadeira no Senado, apresentei uma proposta de emenda à Constituição (PEC nº 50) nesse sentido. Ela já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e está pronta para votação no plenário.

Creio que é necessário que resgatemos a nossa capacidade de indignação, e aqui, em especial, em relação ao voto secreto, e que sigamos o chamamento de um dos redatores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Stéphane Hessel de 93 anos: "Indignai-vos!".

28-9-2011 – *Zero Hora*

Devagar com o andor

Os senadores gaúchos estão trabalhando para chegar a um acordo que contemple todos os estados dentro dos princípios de igualdade e de justiça.

ALGUNS DIAS ATRÁS a Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizou uma audiência pública sobre as possíveis perdas que o Rio Grande do Sul terá caso seja aprovado, sem modificações, o Projeto de Lei nº 289/2011, do Senador Randolfe Rodrigues, que altera o Fundo de Participação dos Estados (FPE). A previsão é de R$250 a R$500 milhões anuais, trazendo sérios prejuízos aos cofres gaúchos.

O FPE é a transferência, da União aos estados, de 21,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esses recursos representam importante fonte de receitas para a execução de muitas políticas públicas. Eu diria que o FPE e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) são os mais importantes instrumentos de repartição de renda nacional.

Porém, como o FPE é repassado em cotas fixas, mediante um coeficiente individual de participação, o entendi-

mento é de que não traz a devida justiça aos estados. Após diversas ações de inconstitucionalidade (ADIn), o Superior Tribunal Federal (STF), em fevereiro de 2010, declarou inconstitucional a forma de partilha e determinou que o Congresso aprovasse novas regras até 31 de dezembro de 2012.

O nosso estado passa por grandes dificuldades, e isso vem de anos e anos. A dívida estadual alcançou R$44 bilhões. Com a exclusão do carvão da matriz energética poderemos perder investimentos em torno de R$6 bilhões. Vale lembrar também que estamos perdendo representatividade nas vendas de alguns produtos de exportação, como tabaco, soja em grãos, calçados e frango.

Os senadores gaúchos estão trabalhando para chegar a um acordo que contemple todos os estados dentro dos princípios de igualdade e de justiça e para que, assim, o nosso Rio Grande não seja ainda mais penalizado. O próprio Randolfe Rodrigues já sinalizou com uma solução. Da mesma forma entendemos que qualquer mudança no FPE deve ser discutida em conjunto com a reforma tributária e a divisão dos *royalties* do Pré-Sal. Esperamos que a agenda desse tema no Senado viabilize uma repartição mais justa e igualitária.

21-10-2011 – www.senadorpaim.com.br

Repensando os precatórios

NOS TEMPOS DO BRASIL COLÔNIA, quando estávamos sob o domínio de Portugal, a liquidação das dívidas da Coroa era regulada pelas Ordenações Filipinas e se processava da mesma forma que a execução contra devedores particulares, cabendo penhora e alienação de bens para pagamento aos credores. Posteriormente vieram leis que excluíram da penhora os bens e rendas dos nobres e em seguida os bens da Fazenda Nacional.

Essa "figura" do precatório remonta, de fato, longa data, persistindo até hoje e ela nada mais é que o direito de um crédito, devido e não pago.

Essa forma de pagamento dos débitos estatais tem trazido grande constrangimento para a sociedade e para os que dependem da quitação dos débitos públicos, além de aumentar o volume da dívida das próprias instituições públicas.

Há que se considerar que, se ao cidadão, quando executado, lhe é imposto prazo exíguo para o pagamento da dívida, o mesmo deve ocorrer com a Fazenda Pública da União, dos estados e dos municípios.

Em países como os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e França, não existe a "figura" do precatório e, a realidade é que, a sociedade brasileira tem se mostrado nitidamente incomodada com esta situação. Não pode-

mos continuar com este sistema que conduz à descrença das pessoas nas instituições públicas e, principalmente no Judiciário, uma vez que a espera enfrentada pelo cidadão, para receber o que lhe cabe, é muito longa e, nem sempre ocorre, aumentando o volume dos precatórios judiciais descumpridos.

Em face disto a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) trouxe ao meu gabinete duas propostas de alteração da redação do artigo 100 da Constituição Federal. Decidi então, dar entrada à Proposta de Emenda à Constituição nº 104/2011, ou seja, a PEC dos Precatórios que, modifica a redação daquele artigo extinguindo o modelo vigente de precatório e instituindo novo modelo de execução em face da Fazenda Pública, pois, hoje, os pagamentos de precatórios ocorrem na ordem cronológica de apresentação. Com essa PEC terão prioridade os créditos de natureza alimentar, assim entendido todo o rendimento do trabalho assalariado ou de outra fonte, mas que se destine a prover o sustento do trabalhador e de sua família, caso em que o pagamento da Fazenda deve ocorrer em até noventa dias a contar do recebimento da requisição judicial de pagamento. Os demais créditos serão liquidados até o final do prazo de um ano.

Outra PEC, também sugerida pela Anamatra e por mim apresentada, segue a mesma linha, porém com teor mais específico. É a de nº 100, de 2011, que visa alterar o parágrafo 13 do art. 100 da Constituição Federal, incluindo nele a possibilidade de utilização de precatórios para o

pagamento de financiamentos habitacionais. Com isso atenuaríamos algumas dessas situações de injustiça, particularmente de pessoas que têm precatórios a receber e precisam de financiamento habitacional. Por exemplo, especialmente junto à Caixa Econômica Federal, poderíamos incluir a cessão de créditos oriundos de precatórios para pagamento de financiamentos habitacionais entre as possibilidades previstas no art. 100. Isto não é concessão de benefício ou subsídio, mas sim uma permissão ao cidadão credor do Poder Público de utilizar seus próprios recursos para pagar suas dívidas. Ou seja, trata-se de fazer justiça.

Ainda no sentido de buscar equidade, pensei e apresentei a PEC nº 84/2011, que acrescenta o § 17 ao art. 100 da Constituição Federal, concedendo aos dependentes e pensionistas dos credores de precatórios o direito de serem pagos com preferência no caso de morte do titular. O contexto individual e social que fundamenta a concessão de prioridade no pagamento de precatórios às pessoas com 60 anos de idade ou mais na data da expedição do precatório deve ser aplicado, pelas mesmas razões, a quem depende dessa pessoa para viver. Ou seja, os seus dependentes e, eventualmente, seu (ou sua) pensionista.

Ao somarmos estas propostas de emendas ao dispositivo legal conferido na Constituição Federal que trata sobre o regime de pagamento de precatórios, estaremos contemplando os credores da Fazenda Pública e também os interesses da sociedade.

2-12-2011 – *O Sul*

Em respeito à memória

O BRASIL ENFRENTA UM ENORME DESAFIO, que repõe na ordem do dia a história e a memória do regime militar. As ditaduras latino-americanas não podem ser compreendidas como fenômenos totalitários clássicos, caracterizados por apoios coletivos e maciços, traduzidos em práticas partilhadas e aceitas, de grave desrespeito aos direitos humanos.

Elas constituíram sistemas políticos bem menos enraizados. Por isso, enfrentaram resistência aberta, havendo enorme dificuldade por parte dos militares em reconhecer publicamente a prática da tortura e da eliminação de oponentes políticos. Foram diferentes, portanto, não apenas por questões de escala.

A abertura política brasileira se fez na vigência do regime de exceção. É certo que, em 1979, quando o Governo do General Figueiredo aprovou a Lei da Anistia, a ditadura estava cambaleante. A pior crise da história econômica recente do País afastava os grupos econômicos influentes e incentivava a insatisfação de amplas parcelas da população, que se expressou em derrotas dos militares nas eleições de 1974 e de 1976.

A contestação mais contundente veio do movimento operário, que revelou, nesse período, uma das lideran-

ças políticas mais importantes do País, Lula. O chão das fábricas forçou a abertura do regime, pois evidenciou a crise das estruturas de repressão na desobediência aberta e vitoriosa das grandes greves de 1978 e de 1979.

Nesse contexto de abertura forçada, a Lei da Anistia representou a primeira etapa para a reconstituição do Estado de direito e a reconciliação da Nação com o seu passado. O Senador Teotônio Vilela, relator da Lei da Anistia, muito bem definiu o seu significado naquele momento, ao considerar que a anistia "é o reencontro da Nação consigo mesma, depois de tantos erros e animosidades. Procura-se, pelo esquecimento dos fatos, restabelecer, através da respeitabilidade da Lei, a convivência de homens desavindos em torno dos altos interesses que consolidam a unidade nacional".

Não se pode diminuir, com os olhos de hoje, o significado daquela vitória. O seu resultado foi o possível, não obstante certo sentimento de frustração que se sucedeu. Era o princípio de uma duríssima luta, que continuaria com o movimento Diretas Já e da eleição de Tancredo Neves, e confluiria na Constituinte de 1987/1988. Como toda luta, envolveu avanços, mas também concessões.

O Governo da Presidenta Dilma Rousseff retomou o debate e encaminhou a proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade, cujo objetivo consiste em esclarecer casos de graves violações de direitos humanos, promovendo o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres e as suas autorias.

Isso simboliza "um extraordinário avanço na experiência brasileira", nas palavras de Flávia Piovesan, pois consagra o direito irrenunciável à memória e à verdade, permitindo a reconstrução histórica de graves casos de violações de direitos humanos.

Entendo que a comissão não deva possuir caráter persecutório ou ser confundida com qualquer ideia de revanchismo. É um passo indispensável para promover a reconciliação nacional, e visa a garantir que estes fatos não venham a se repetir. A experiência do passado, nesse sentido, deve balizar as perspectivas de futuro.

9-12-2011 – *Deutsche Welle (Alemanha)*

A importância das eleições locais

JÁ ESTAMOS SENTINDO OS VENTOS das próximas eleições municipais, a serem realizadas em outubro de 2012, em que serão escolhidos os prefeitos e os vereadores.

Os mandatários locais tomam decisões que nos afetam diretamente, por serem responsáveis pelas políticas mais específicas que interferem no nosso dia a dia, nas nossas atividades mais rotineiras.

O mundo está passando por uma crise, e é ingenuidade imaginar que ela não se irradie para todas as direções, trazendo consequências preocupantes para as atividades econômicas de alguns municípios.

Os eleitores brasileiros, por sua vez, vêm passando por um longo e sofrido aprendizado democrático, com decepções marcantes em relação a diversos mandatários escolhidos.

Por isso, é bom refletir sobre alguns aspectos importantes do exercício da cidadania na escolha dos governantes e representantes locais.

As candidaturas ainda se acham em estado embrionário, e nomes sobre os quais hoje há fortes especulações correm o risco de não serem confirmados. Os partidos devem munir-se de cautela na indicação de seus candi-

datos, porque, em 2012, não haverá motivo para contestação da Lei da Ficha Limpa.

Essa lei se deve a uma iniciativa popular e a sugestão resultou na Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. O principal avanço é a proibição de que pessoas condenadas pela Justiça em decisões colegiadas ou que renunciaram a cargo eletivo para não se submeterem a processo de cassação disputem um cargo eletivo. Ainda que se adote o entendimento de que qualquer lei de cunho eleitoral deva ser publicada um ano antes, ela já terá preenchido plenamente esse requisito para as eleições de 2012.

Pode-se afirmar que a Lei da Ficha Limpa representa um grande passo no sentido da moralização e da ética na administração pública. Tem razão o Ministro do STF Joaquim Barbosa quando afirma que se trata do Estatuto da Ética e da Moralidade da Cidadania Política Brasileira.

Ainda falta, porém, avançar na regulamentação do financiamento das campanhas, para evitar o predomínio do poder econômico nas disputas eleitorais. A enorme discrepância entre gastos dos candidatos leva a séria distorção da representatividade.

Apesar de ser um tema controverso, pois o financiamento privado das campanhas ainda encontra defensores, o financiamento público traria grandes benefícios à coisa pública. Quando as empresas financiam um candidato, entendem que o "investimento" deve retornar na forma de grandes obras, regulamentação favorável às suas atividades etc.

O ideal é chegar a um consenso que imponha apenas o financiamento público das campanhas, para que possamos esperar governos mais isentos e menos dependentes dos interesses das grandes corporações.

7-1-2012 – *Zero Hora*

Reforma da Previdência?

Continuarei sempre defendendo uma Previdência mais justa e uma seguridade cada vez mais ampla aos cidadãos e cidadãs deste País, de forma responsável e republicana.

FALA-SE MUITO SOBRE REFORMA da Previdência no Brasil. A meu ver, um grande equívoco. Não precisamos de uma reforma previdenciária. O Brasil possui um sistema previdenciário muito bem estruturado que, com alguns ajustes, é capaz de converter as regras perversas em vantagens aos segurados. Vale lembrar que em nosso País o conceito previdência é amplo, abarca uma gama de seguros para o cidadão e sua família em caso de doença, de acidente, de gravidez, prisão, morte e velhice.

Ressalta-se ainda que a projeção para daqui a 40 anos é que tenhamos cerca de 4,2 milhões de idosos com 90 anos e mais de 400 mil centenários. Se os ajustes necessários forem feitos, o sistema previdenciário poderá gerir esta nova realidade de forma muito tranquila.

O Brasil é um dos poucos países que não exige carência para pensões por morte, por exemplo. Basta uma contribuição previdenciária para que o falecido(a) deixe pensão para os seus dependentes. Essa é uma das distorções

que eu apontaria como passíveis de ser alterada. Outra sugestão é a exigência de idade mínima. Apresentei uma PEC (PEC nº 10/2008) que compõe idade com tempo de contribuição para a concessão de aposentadoria. Baseada na famosa Regra 85/95, mas com um prazo bem longo para evitar injustiças e assegurar os direitos daqueles que já estão no sistema. Trata-se, na verdade, de igualar o RGPS à situação existente no regime próprio de previdência dos servidores públicos, como mais um passo na direção de aproximar as regras de concessão de benefícios nos dois regimes, continuando o que foi feito pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Confesso que se o Governo me pedisse para escolher uma alteração a ser feita no sistema previdenciário, sem dúvidas, eu diria que seria o fim do fator previdenciário. Esse é o mais cruel meio de prejudicar quem contribuiu para o sistema. E mais, não teve o efeito desejado de retardar os pedidos de aposentadorias. Creio que podemos construir um sistema mais favorável que o fator e que realmente seja efetivo para a saúde das receitas da seguridade social, em especial da Previdência.

Uma delas eu já mencionei, a aprovação da PEC nº 10/2008. A PEC tem regra de transição, só quem entrasse no sistema a partir da aprovação teria que ter 55 anos de idade, no caso da mulher, e 60 anos, no caso do homem. Todos teriam direito à aposentadoria integral. Esta proposta foi uma via alternativa encontrada, que foi bem aceita pelo movimento sindical.

Continuarei sempre defendendo uma Previdência mais justa e uma seguridade cada vez mais ampla aos cidadãos e cidadãs deste país, de forma responsável e republicana.

22-1-2012 – jornais do interior

Uma questão de direitos humanos

Nos campos verdes, és campo de primavera,
de onde crescem as faunas, e antes de morrer
espero, cantar em versos minha alma...

LOUVÁVEL. ASSIM EU DEFINO a declaração da Presidenta Dilma Rousseff feita nesta semana, diante do Memorial José Martí, em Cuba, de que a questão dos direitos humanos deve ser tratada de forma abrangente e não apenas localizada. Ela lembrou que os Estados Unidos mantêm a base naval de Guantánamo na ilha, com diversos presos detidos há 10 anos e sem julgamento.

A Presidenta Dilma Rousseff tratou de forma universal os direitos humanos, como deve ser feito. Parabéns, minha presidenta. A senhora foi certeira, correta e justa. No meu entendimento uma declaração de estadista. Sem preconceito ideológico. Creio que Raúl Castro e seu irmão Fidel, agora afastado da presidência, entenderam... Só há um "direitos humanos": aquele que respeita e luta pela dignidade da vida das pessoas.

No Brasil, por exemplo, milhões de aposentados e pensionistas amargam reajustes pífios nos seus benefícios. Isto vem acontecendo nos últimos 25 anos. Sem dúvida nenhuma, esta também é uma questão de direitos huma-

nos e, como tal, não é localizada, é abrangente. Ela envolve todo o nosso País, nossas crianças, nossos jovens e nossos adultos, pois eles serão os aposentados de amanhã. Aliás, nos próximos anos o nosso País terá a maior população de idosos do mundo.

Há anos venho defendendo os direitos dos aposentados e pensionistas. Às vezes, esta luta causa angústia, faz chorar, pois me deixa impossibilitado de agir. Fico de mãos amarradas, sozinho, tentando subir a montanha mesmo com desmoronamentos. Mas, vejam bem, jamais vou desistir.

A questão dos aposentados e pensionistas, esses mesmos que muitas vezes são figurinhas carimbadas dos comediantes e chargistas do nosso País, é de direitos humanos, sim! Sim, minha gente, direitos humanos porque todos conhecem a aquarela de tintas derretidas que é a situação deles. Eles, que deram o suor pelo desenvolvimento do País, que têm marcas nas mãos e sulcos no rosto, fazem das "tripas coração" para sobreviver. Muitos morrem, por não terem dinheiro para comprar medicamentos ou nas filas dos hospitais. Portanto, creio que está na hora de o Poder Executivo avançar e dar uma atenção maior à situação do fundo Aerus e aos projetos que propus, e que já aprovamos no Senado, para acabar com o fator previdenciário e para corrigir os benefícios dos aposentados e pensionistas pelo mesmo índice do salário mínimo.

E assim, podem crer, continuarei sempre cantarolando José Martí: Nos campos verdes, és campo de primavera, de onde crescem as faunas, e antes de morrer espero,

cantar em versos minha alma, meu verso de verde-claro,
que sobre as cinzas da vida, meu verso é um ser ferido,
que busca no monte, amparo.

2-2-2012 – *Zero Hora*

Dinheiro da Seguridade é da Seguridade

A CADA ANO MILHÕES DE REAIS saem oficialmente dos cofres da Seguridade Social (Previdência Social, Saúde e Assistência Social) para serem aplicados em outros fins. Entra governo e sai governo e as coisas continuam como estão. E isso não é uma crítica a esse ou aquele, é apenas uma constatação.

Há vários estudos que comprovam isso. Um deles é um minucioso documento elaborado pela ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) sobre o qual, inclusive, reportei-me na tribuna. Nos últimos quinze anos, mais de R$100 bilhões da Seguridade saíram pelo "gargalo".

E diante disto vale perguntar: a situação dos aposentados e pensionistas como fica? Como estão eles no seu dia a dia? Tendo que engolir aumentos pífios que fazem seus vencimentos crescerem como "rabo de cavalo", para baixo! E isso que ainda nem mencionei o malfeitor dos tempos modernos, o fator previdenciário.

No ano de 2003, após longo debate com o movimento sindical e social, apresentamos uma proposta de emenda à Constituição (PEC nº 24) com o objetivo de impedir que o Orçamento da Seguridade Social tenha seus recursos bloqueados ou retidos pela Desvinculação de Recei-

tas da União (DRU), ou pelos contingenciamentos promovidos pelo Governo Federal.

Não temos dúvidas alguma e batemos nesta mesma tecla quase todos os dias. O dinheiro arrecadado pela Seguridade Social, por meio da contribuição suada dos trabalhadores brasileiros, é suficiente para cobrir todos os gastos da própria Seguridade, principalmente com os nossos aposentados e pensionistas que clamam por justiça, simplesmente justiça!

É importante destacar que a PEC nº 24/2008, recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do então Senador Walter Pereira. Atualmente, ela aguarda inclusão na Ordem do Dia do plenário. Digo isso porque é fundamental que o movimento social, as centrais, confederações, federações e sindicatos de base se mobilizem para exigir a votação da proposta.

10-2-2012 – jornais do interior

Carta de Aparecida

Engana-se quem acredita que este brado se esgotou, que nós estamos calados, que os aposentados estão abatidos vendo a banda passar.

NO DIA 29 DE JANEIRO CERCA DE três mil aposentados e idosos participaram da Missa de Ação de Graças ao Dia Nacional do Aposentado. Ela foi celebrada na Basílica de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida do Norte, São Paulo. Logo após foi realizada uma manifestação, nas duas pistas da Via Dutra, que parou o trânsito por mais de duas horas. O evento foi organizado pela COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) e contou com o apoio de centrais sindicais, confederações, federações e movimentos sociais. Deu gosto de ver as cabeças prateadas exigindo seus direitos e cobrando mais empenho de quem tem a caneta na mão. Foi uma cena de dar inveja a muitos jovens pela garra e vontade demonstradas. Na oportunidade foi lançada a Carta de Aparecida, documento oficial respaldado pelos religiosos, que denuncia o sofrimento dos aposentados e idosos brasileiros. O texto aponta a falácia da falta de recursos públicos para solucionar os problemas da categoria e dá apoio aos projetos de nossa autoria que beneficiam milhões de brasileiros.

São eles: o que reajusta as aposentadorias e pensões com o mesmo índice dado ao salário mínimo, o que acaba com o fator previdenciário e o que recompõe o valor das aposentadorias e pensões. Aliás, esses projetos já foram aprovados por unanimidade no Senado Federal e atualmente tramitam na Câmara, esperando apenas que os deputados façam a sua parte e os pautem para votação. As entidades que representam os aposentados estão se mobilizando e programando outras manifestações pelo País. A participação de todos é fundamental, seja por meio de cartas, telefonemas e até mesmo abaixo-assinados para serem entregues aos deputados. Estamos cada vez mais atentos, municiando-nos com mais fôlego, e vamos dar continuidade a esta luta mais do que justa. Engana-se quem acredita que este brado se esgotou, que nós estamos calados, que os aposentados estão abatidos vendo a banda passar.

12-2-2012 – *Jornal do Comércio*

A omissão em tempos de democracia

O Congresso Nacional precisa assumir, de fato, as suas atribuições e prerrogativas. Precisa ser, cada vez mais, a caixa de ressonância de indignação da sociedade.

CREIO EU QUE, NA VERDADE, O CONGRESSO vem atuando, nos últimos 20 anos, apenas de forma pontual, baseado em interesses pessoais, corporativos ou mediante negociatas com os governantes e com o poder econômico. Isso deixa um refém do outro.

O Congresso tem se omitido, na maioria das vezes, em relação aos grandes temas nacionais, como segurança, saúde, educação, trabalho e previdência.

Essa falta de ação contribui de maneira decisiva para as sucessivas crises que temos vivenciado nessas áreas. Por que até hoje não se enfrentou as questões do fator previdenciário e do reajuste das aposentadorias e pensões?

A responsabilidade do Congresso se refere a vários temas. Quantos projetos de lei e propostas de emendas à Constituição tramitam há anos, esperando a boa vontade de deputados e senadores para que sejam votados?

Infelizmente, isso leva muitas vezes a situações constrangedoras e desmoralizantes.

O Supremo Tribunal Federal (STF) tomou decisões sobre a aposentadoria especial para pessoas com deficiência, bem como sobre a fidelidade partidária. O Supremo ainda ameaçou o Congresso de regulamentar o aviso prévio proporcional se o mesmo não o fizesse. Só por isso a matéria foi votada.

Com relação à questão da Bahia, e depois do Rio de Janeiro, alguém parou para pensar e tem dúvidas de que ela foi, lembrando o escritor Gabriel García Marquez, uma "crônica de uma greve anunciada"?

E isso vale para todo o País, pois sabemos que a qualquer momento outras greves podem estourar. Se existem culpados, eles estão em ambos os lados. Mas há um terceiro culpado, que eu acrescento: até hoje o Congresso não regulamentou o direito de greve. E não foi por falta de propostas ou oportunidades. Todos nós sabemos disso!

O Brasil não pode, sobremaneira, proibir o direito de greve para os servidores públicos. A categoria não pode simplesmente ser impedida de fazer paralisações. Seria um erro grosseiro da nossa parte.

Agora, sejamos honestos, é preciso, sim, que exista regulamentação para que esses brasileiros, trabalhadores que prestam serviços essenciais, sejam capazes de manter as suas atividades, para não prejudicar a sociedade como um todo.

Após um longo debate, iniciado lá no começo do nosso primeiro mandato, chegamos a um texto: o Projeto de Lei do Senado nº 84/2007.

Pela proposta, serão considerados essenciais: os serviços caracterizados como de urgência médica, necessários à manutenção da vida; os serviços de distribuição de medicamentos; as atividades de necropsia, liberação de cadáver e exame de corpo de delito; as atividades policiais relacionadas à segurança pública e penitenciária, assim como as perícias; e o tráfego aéreo.

A ideia é que, em caso de greve nessas áreas, os responsáveis pelo movimento também se responsabilizem pela manutenção dos serviços, organizando escalas especiais, os chamados plantões de emergência. Ou seja, eles terão direitos, mas também terão limites, como diz a a nossa Carta Magna.

O Congresso é o palco das vozes das ruas, dos movimentos sociais e empresariais. É palco daqueles que buscam a verdadeira igualdade de escolhas e de oportunidades.

Nós, muito mais do que uma obrigação, temos a missão de estar em sintonia com os direitos humanos. Isso deve acontecer não só em tempos esparsos, mas na luta diária, pois é aí que se desenvolvem os debates e os pensamentos, aparando as arestas e abrindo os caminhos para o entendimento coletivo. É preciso que cada um assuma as suas responsabilidades.

19-2-2012 – *Folha de S.Paulo* e *Sul 21*

Vigiai e orai

A CLT é patrimônio do nosso povo e foi forjada a duras penas cotidianas.

NO PERÍODO PÓS 1930, com a quebra do ciclo café com leite, nosso País começou a dar os primeiros passos para deixar de ser uma economia exclusivamente agrícola, buscando um patamar cada vez mais industrial.

Outros perfis de trabalhadores surgiram nos grandes centros urbanos e, nessa leva andarilha para o futuro, como queria Getúlio Vargas, muitas foram as leis criadas para regulamentar o trabalho.

A principal delas foi criada pelo próprio Vargas por meio de decreto assinado em 1º de maio de 1943: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ela começou a vigorar em novembro do mesmo ano, portanto, em 2013 completará 70 anos de existência.

As conquistas asseguradas por ela, como carteira de trabalho, previdência social, vale-transporte, férias, adicional noturno, salário mínimo, licença-paternidade, 13º salário, FGTS, PIS, entre outras, influenciam diretamente a vida dos trabalhadores e suas famílias.

É claro que, ao longo dessas décadas, muitos pontos foram modificados. O ex-Presidente do Instituto dos

Advogados Brasileiros Benedito Bonfim constatou a existência de mais de duzentas alterações desfigurando o texto original.

Entendo que a CLT é patrimônio do nosso povo e foi forjada a duras penas cotidianas. Por isso, devemos vigiar e orar. Sim, pois o que se avizinha, mais uma vez, é um processo para flexibilizar a CLT e os artigos que tratam dos direitos sociais na Constituição, a exemplo da tentativa feita no ano de 2001.

Não é de graça que tramitam no Congresso várias propostas nesse sentido, como o PL nº 951/11, que cria o Simples Trabalhista, o PL nº 4.330/04, que trata da terceirização, e o PL nº 1.463/2011, que cria um novo código do trabalho. A própria Associação Nacional dos Magistrados (ANAMATRA) considera esses textos "um grande retrocesso nos direitos trabalhistas no Brasil e uma afronta à Constituição Federal".

Em Brasília também está em gestação uma proposta que cria duas novas formas de contratação: a eventual e por hora trabalhada. Na prática, e eu respeito opiniões contrárias, isso vai ser um retrocesso, abrindo espaço para não se cumprir a CLT e os direitos sociais da Constituição.

O País atravessa o mais importante ciclo de desenvolvimento econômico e social da sua história. Estamos em período de, praticamente, pleno emprego. Agora, convenhamos, não podemos flexibilizar leis toda vez que há uma crise econômica mundial. Os trabalhadores e aposentados não podem ser chamados para novamente pagar a conta.

Não vamos nos omitir. Não é o nosso feitio. Se tivermos que escrever novos horizontes com a ponta das estrelas, nós o faremos com a mesma fé e paixão que a vida nos deu.

14-3-2012 – *Zero Hora* e *O Dia (RJ)*

Memórias reveladas

UMA DAS PERGUNTAS MAIS FREQUENTES que tenho recebido é porque o Brasil não seguiu os exemplos da Argentina, do Chile, do Peru ou da África do Sul, que deram poderes mais amplos às suas comissões da verdade.

A África do Sul versou sobre passado recente de segregação racial e criou sistema de troca da verdade pela anistia, em uma situação social de busca de reconciliação. Nós já temos a anistia, mas muitos desejam a punição dos autores de tortura e desaparecimento, e o negacionismo militar demanda o resgate público da memória. Portanto, a necessidade é por outro modelo.

O Peru não estava circunscrito por uma lei de anistia; ao contrário, desejava a punição de suas autoridades recentes, como Fujimori. Esse não é nosso caso, que trabalhamos com fatos de décadas atrás e que passamos por um processo de democratização simbiótico e não de rompimento.

Já o Chile e a Argentina tiveram suas comissões da verdade com poderes mais limitados e, posteriormente, construíram outra realidade pela posição do Legislativo e do Judiciário.

Entretanto, a nossa Comissão da Verdade tem alguns poderes herdados dessas comissões, que são interessantes e devem ser explorados ao máximo, como o de nomear autores, fazer audiências públicas, determinar perícias e diligências e colaborar com órgãos públicos para apuração dos crimes.

Outra pergunta constante é o que a Comissão da Verdade brasileira vai fazer concretamente, e o que acontecerá com os resultados.

A comissão tem o papel crucial de construir uma memória coletiva, para todos. Existem casos emblemáticos que precisam ser desvendados. Precisamos apurar o destino dos desaparecidos com afinco; dar voz pública às vítimas e a seus familiares; apurar a participação não só de militares, mas também de civis na manutenção do aparelho repressivo.

Sobre os resultados, vale acrescentar que o material irá para o projeto Memórias Reveladas e, igualmente, deve ser remetido ao Ministério Público.

Recentemente uma revista alemã me perguntou se há algo que o Brasil poderia aprender da forma como a Alemanha revisou seu passado depois da Segunda Guerra e depois da Reunificação em 1989.

É claro que podemos aprender muito com a Alemanha, a começar por destruir a negação: lá, a do holocausto e, aqui, a da ditadura.

Para isso, memoriais, monumentos, material didático, datas comemorativas, nomes de ruas, de praças e de

pontes deveriam ser repensados. A construção da memória na Alemanha é um exemplo a ser seguido.

Muito já foi apurado pela Comissão da Anistia e pela de Mortos e Desparecidos. Dificilmente, o número de violações conhecido será ampliado de modo significativo. Até dezembro de 2010, a Comissão de Anistia apreciou 59.163 pedidos, tendo aprovado 65% (38.025) deles. Ainda restam aproximadamente 15 mil pedidos a serem apreciados. A Comissão de Mortos e Desaparecidos concluiu 475 casos.

A Comissão não deve ser medida pela descoberta de novos casos, mas por sua capacidade de desvendar casos emblemáticos (Rubens Paiva), aclarar sistemas de repressão, apontar vínculos com outros países (Operação Condor), denunciar participação de empresas e civis, nomear autores etc.

O Brasil tem em mãos um instrumento que ajudará ainda mais a gerar a cultura da prática democrática e da paz, que não convive com a impunidade e com o esquecimento de violações graves de direitos humanos.

Não tenho dúvidas de que precisamos, cada vez mais, produzir fartos e substanciais documentos que sirvam para a reparação às vítimas, à justiça em sentido amplo e à consciência coletiva.

Assim, o nosso País seguirá em frente, como um País cuja memória não teme o enfrentamento de suas dores, de seus momentos mais obscuros; pelo contrário, sua memória fortalece a convicção de que, ao abrirmos

nossos corações para a verdade, estamos prontos para construir um novo caminho.

29-3-2012 – *O Sul* e *Sul 21*

Desaposentadoria mais perto

HÁ MUITO TEMPO O CONGRESSO NACIONAL vem se omitindo quanto às questões relacionadas aos interesses da grande maioria da população. Exemplo desse descaso é o "fechar de olhos" ao projeto de lei de minha autoria e do Deputado Cléver Verde que prevê a "desaposentadoria". Esse mecanismo garante ao trabalhador usar o tempo de contribuição atual com a contribuição anterior para novo cálculo do beneficio. Nos últimos anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu uma enxurrada de ações solicitando a "desaposentadoria", já que o fator previdenciário, em vigor desde 1999, tem reduzido o valor do benefício para quem se aposentou. Isso levou o Supremo a reconhecer esse direito com parecer favorável do Ministro Marco Aurélio de Mello. A expectativa é de que o processo seja votado o quanto antes.

Vale lembrar que o direito à renúncia da aposentadoria já é assegurado aos servidores públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário, mas não ao trabalhador do Regime Geral de Previdência Social. Por isso, é mais do que justo que todos tenham direitos iguais, que não haja tanta disparidade e que se acabe de vez com o famigerado fator previdenciário.

O Governo Federal encaminhou projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para 2013, com previsão de

R$49,1 bilhões para cobrir os custos da "desaposentadoria", tendo em vista, como já disse aqui, a expectativa de que o Supremo julgue a questão o quanto antes, dando vitória a milhares de segurados do INSS. Conforme dados que constam na LDO, existem 480 mil contribuintes com direito à "desaposentadoria" ansiosos por trocar a aposentadoria por um benefício maior. Eu creio, e esta é também a opinião da maioria dos especialistas na matéria, que a "desaposentadoria" é um instituto que vai levar justiça social a milhares de brasileiros que deram suas vidas pelo País e que a cada ano, infelizmente, têm seus benefícios previdenciários reduzidos pela falta de uma política de reajuste real e acima de um salário mínimo.

2-5-2012 – *Jornal do Comércio*

#VetaDilma #TôNessa

O nosso País não pode pagar o mico de mostrar aos outros povos que não temos responsabilidade socioambiental.

A PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF tem até o dia 25 de maio para vetar, total ou parcialmente, o novo Código Florestal. Há, inclusive, uma campanha nas redes sociais pedindo o veto (#VetaDilma). Outra movimentação está varrendo o nosso País de Sul a Norte e já alcançou mais de 1,3 milhão de assinaturas.

No ano passado, após um amplo debate, o Senado Federal votou e aprovou o relatório do Senador Jorge Viana e, logo em seguida, em dezembro, o texto do novo código foi encaminhado para tramitação na Câmara dos Deputados. Como eu bem disse naquela época, "temos um relatório equilibrado que foi fruto da boa discussão, mesmo com a não concordância de parte dos ambientalistas".

Ocorre que, por pressão do poder econômico, o texto foi alterado em 30 itens. E o pior: foi aprovado. Aqui, há de se dizer que o Governo Federal já havia dado aval para que a Câmara dos Deputados seguisse os passos do Senado Federal.

Para o internauta ter uma ideia do retrocesso, foram retirados oito princípios do Código, incluindo o

reconhecimento das florestas e das demais formas de vegetação nativa como bens de interesse comum a todos os brasileiros.

Com relação à agricultura familiar, foi excluído o dispositivo que previa, para propriedades familiares que desenvolvem atividades consolidadas em margem de rios com mais de dez metros de largura, a obrigação de recompor faixas de vegetação correspondentes à metade da largura do rio, observando o mínimo de 30 metros e o máximo de 100 metros.

As alterações causaram várias críticas de diversos setores da sociedade brasileira, integrantes da comunidade científica e de entidades ambientalistas. O próprio Senador Jorge Viana disse que "é importante que a Presidenta possa vetar, mas que, imediatamente, inspirada no Senado Federal, dê segurança jurídica a quem quer criar e plantar e com um olhar para os pequenos produtores".

Não tenho dúvidas de que o texto aprovado pelo Senado Federal garante preservação ambiental e produção de alimentos. É, portanto, fundamental para o desenvolvimento do nosso País.

Estamos às vésperas da maior conferência ambiental do mundo, a Rio+20, que será realizada em junho, no Rio de Janeiro. Creio que o nosso País não pode pagar o mico de mostrar aos outros povos que não temos responsabilidade socioambiental. Por isso eu #TôNessa. #VetaDilma.

14-5-2012 – *Sul 21*

Procura-se um relator

A ideia do PLS nº 209/05 é tornar inafiançáveis e insuscetíveis de liberdade provisória os crimes de corrupção ativa e passiva.

NOS ÚLTIMOS ANOS, o nosso país foi invadido, com razão, por um manancial de publicações que tratam de corrupção, impunidade, improbidade e relações "nada transparentes" entre o setor público e o privado. O livro *Quem Mandamos para a Prisão,* da socióloga Laura Frade, traz a opinião de alguns parlamentares sobre criminalidade e criminosos. As referências incluem "pé de chinelo", "o outro" e assim por diante, ou seja, não existe a identificação dessas pessoas. Paralelamente, a autora chama a atenção para o fato de que somente negros, pobres e prostitutas vão para a cadeia.

É fato que os criminosos do chamado "colarinho branco" não recebem o mesmo tratamento de outros criminosos. Provavelmente isso se deve a polpudas contas bancárias e a seu *status* social.

No período mapeado pela socióloga, foram encontrados somente dois projetos de lei que tratam diretamente do crime de "colarinho branco". Um, o PLC nº 1.489/03, de autoria do ex-Deputado Carlos Nader, e já arquivado na

Câmara, e o outro, de minha autoria, o PLS nº 209/05. Esse texto aguarda há mais de um ano a indicação de relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

A ideia do PLS nº 209/05 é tornar inafiançáveis e insuscetíveis de liberdade provisória os crimes de corrupção ativa e passiva, assim como ocorre em relação aos hediondos, como o tráfico de entorpecentes, o terrorismo e a tortura, entre outros.

O crime de corrupção ofende a nossa sociedade por ser um dos principais obstáculos ao desenvolvimento social, à erradicação da pobreza, à redução das desigualdades sociais. Ele retira do bolso de milhões de brasileiros a materialização de direitos relativos à seguridade social, à educação, à saúde pública, à habitação, à segurança etc.

Entre 2002 e 2008, segundo órgãos públicos, a corrupção no Brasil desviou o equivalente ao PIB boliviano, ou seja, R$40 bilhões, uma média de R$6 bilhões por ano. Parte deste dinheiro poderia ter sido aplicada na recomposição e reajuste das aposentadorias e pensões, na política do salário mínimo, em escolas técnicas profissionalizantes e assim por diante.

Recentemente foi criada, no Senado Federal, uma Comissão Especial de Juristas com o intuito de propor mudanças no Código Penal. Esperamos que ela inclua o PLS nº 209/05 em sua pauta.

É sabido que grandes temas de interesse do nosso povo não têm recebido a devida atenção, e isso não é de agora.

Por exemplo, vocês devem estar se perguntando por que até hoje meu projeto não foi aprovado.

Podem ter certeza de que me faço essa pergunta todos os dias!

14-5-2012 – *Zero Hora*

Libertem Paul Watson

UM DOS MAIS IMPORTANTES ATIVISTAS do planeta está preso, em Frankfurt, na Alemanha. O capitão canadense Paul Watson, líder da ONG internacional Pastores do Mar – Sociedade de Conservação, focada na defesa dos oceanos e da vida marinha no mundo inteiro.

Watson foi eleito pela revista *Time* como um dos heróis da ecologia do século XXI. Também foi cofundador da ONG internacional Greenpeace. É responsável direto pela preservação de diversas espécies marinhas, muitas delas em extinção.

O motivo de sua captura é no mínimo duvidoso, ou curioso. O mandado para a prisão foi emitido na Costa Rica, em outubro de 2011. Tal mandado refere-se a um processo que havia sido arquivado e, curiosamente, foi reaberto poucos dias depois de o Instituto de Pesquisa de Cetáceos iniciar um processo civil contra a Sociedade de Conservação – Pastores do Mar, nos Estados Unidos. Resumindo: o mandado de prisão não tem mais nenhuma valia legal. Prescreveu.

Segundo o governo costa-riquenho, Paul Watson teria abalroado (ato de jogar uma embarcação em direção a outra) um navio pesqueiro em suas águas. Porém, as águas onde, supostamente, ocorreu este fato pertencem

à Guatemala e a ação foi autorizada pelo governo Guatemalteco, pois tratava-se de impedir que fosse cometido um crime ambiental previsto em lei Guatemalteca.

O fato de a Costa Rica pedir a prisão do capitão Watson é, no mínimo, estranho, senão suspeito de armação para aprisionar uma pessoa que planeja as ações que provocam os maiores prejuízos econômicos às empresas que obtêm seus lucros praticando crimes contra a fauna marinha ao redor do mundo.

A Interpol publicou uma nota em seu *website* dizendo que não emitirá um alerta vermelho de busca e apreensão ao capitão Watson, porque seu escritório de processos jurídicos não está satisfeito com o pedido da Costa Rica, que não está em conformidade com as constituições e regras da Interpol. Ou seja, a Interpol considera esta prisão abusiva e ilegal.

Jogada política, interesses econômicos, pressão de países que praticam a pesca ilegal e a caça de baleias e golfinhos. A indústria pesqueira no Japão, na Noruega, Rússia, Coreia do Sul e China, países de forte influência internacional e que encontram na pesca uma forma de ganho econômico, certamente comemorou esta prisão.

Não podemos acusar ninguém, nenhum país, mas parece claro que a Costa Rica está servindo de instrumento para defender interesses de outros países, mais potentes e influentes.

Mais de 158 mil e-mails foram enviados para o ministério da justiça alemão. O mundo se mobiliza para a libertação de Watson. O Brasil não pode se calar diante deste fato.

Temos um dos litorais mais ricos em diversidade marinha do globo. As águas brasileiras despertam o interesse da indústria pesqueira mundial. Nada contra a pesca, de forma alguma. Porém, tudo contra a pesca ilegal e a destruição da biodiversidade marinha. Repito: não podemos calar, pois essas verdadeiras máfias já estão atuando em águas brasileiras, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Não por acaso a apreensão de barbatanas de tubarão, que seriam contrabandeadas para a Ásia, está se tornando mais frequente no Brasil. Existem diversos questionamentos que devemos fazer acerca desta questão; um deles é: gostaríamos de ver nossos humildes e honestos pescadores artesanais serem "engolidos" por grandes corporações pesqueiras internacionais?

Este homem, capitão Paul Watson, luta para que isso não ocorra. A libertação desse ativista é de interesse brasileiro, sim. A Sociedade de Conservação Pastores do Mar possui um braço em solo brasileiro, responsável pela proteção da costa brasileira e de sua diversidade marinha, atuante frente a questões relacionadas a pesca ilegal, derrames de petróleo e agressões ao meio ambiente nacional.

Se deixarmos que a prisão e a extradição desse homem realmente ocorram, estaremos abrindo um precedente para que isso também aconteça em nosso País. Não podemos calar!

18-5-2012 – *Sul 21*

Avançar sempre, sem retrocesso

O FATO MAIS IMPORTANTE e louvável da semana foi a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição nº 438/2001, a chamada PEC do Trabalho Escravo, de autoria do ex-Senador Ademir Andrade. Agora a proposta vai tramitar no Senado Federal.

Temos o dever de aprová-la o mais rápido possível e sem alterações, haja vista que, além de ser uma exigência de anos e anos da sociedade brasileira, ela colocará o nosso País na vanguarda mundial da garantia dos direitos humanos e sociais.

Pela proposta fica assegurada a expropriação de imóveis rurais e urbanos em que a fiscalização encontrar exploração de trabalho escravo. Esses imóveis serão destinados à reforma agrária ou a programas de habitação popular.

Sempre é bom lembrar que a Constituição Federal diz que toda propriedade rural ou urbana deve cumprir função social. Não pode ser utilizada como instrumento de opressão ou submissão de qualquer pessoa.

O Código Penal define assim o crime de trabalho escravo: "Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção

em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto".

Quem explora trabalho escravo já está sujeito à reclusão de dois a oito anos e multa, além da pena correspondente à violência praticada. A pena é aumentada da metade se o crime é cometido contra criança ou adolescente, ou por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

É sabido que há milhares de casos de trabalhadores forçados à condição de escravos, tanto no campo como nas cidades. Dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) indicam que, desde 1995, mais de 45 mil pessoas foram libertadas dessas condições pelo Estado brasileiro.

Ainda segundo o Ministério do Trabalho, existem no Rio Grande do Sul cinco fazendas que utilizam o trabalho escravo como mão de obra. Elas estão localizadas em Mostardas, São José do Norte, Bom Jesus e Cacequi, e entre suas atividades estão o corte de *pinus*, a colheita de batata e a extração de madeira.

Paralelamente à boa notícia da aprovação da PEC do Trabalho Escravo, fomos surpreendidos por um possível acordo entre deputados e senadores com o objetivo de apresentar projeto de lei alterando a tipificação de trabalho escravo. A ideia seria retirar os termos "jornada exaustiva", "condições degradantes de trabalho" e "preposto" e incluir a necessidade de ameaça, coação e violência para a caracterização do trabalho escravo.

O Senado Federal não pode se omitir ou ser conivente com essas possíveis alterações. Seria um retrocesso. Afinal, trabalho escravo tem que ser proibido e não regulamentado. Estamos de olho!

30-5-2012 – jornais do interior

Estamos dispostos a erradicar a pobreza?

O CONGRESSO NACIONAL TEM UM GRANDE desafio em sua pauta legislativa: colocar em discussão e votação a taxação das grandes fortunas. Creio que o debate pode ser feito da melhor maneira possível e de forma propositiva. Foi por acreditar nisso que, já em 2008, apresentei proposta com esse objetivo.

Apesar dos avanços na redução da desigualdade social, a concentração de renda no Brasil ainda é muito alta. Figuramos na lista dos países que apresentam os níveis mais altos de desigualdade. Os mais pobres são os mais penalizados pela carga tributária. Para os 10% mais pobres da população, a carga de impostos atinge cerca de 30% da renda e, para os 10% mais ricos, a carga tributária representa 12%.

Considerando que os pobres sofrem com os chamados tributos indiretos, lembramos que, a cada cem reais em produtos alimentícios, R$45 são impostos. Para quem quiser aprofundar o assunto, há um estudo disponível para tanto, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação (CNTA).

Aqui, eu volto a insistir no que tenho dito no plenário do Senado por várias e várias vezes. Nós não podemos mais fechar os olhos para o que está evidente para toda

a sociedade: a injustiça do sistema tributário é uma das responsáveis pela desigualdade social. Para encorpar ainda mais essa discussão, é importante citar que vários países já adotam a taxação das grandes fortunas.

Na Alemanha, o tributo sobre o patrimônio abrange contribuintes que dispõem não apenas de bastante dinheiro, mas também de poder econômico e político. O Código Tributário alemão descreve os critérios e indica a lei de avaliação para a base de cálculo do lançamento.

Na França, o imposto é intitulado de *Robin Hood* e abrange o patrimônio das pessoas físicas, tendo como fato gerador a posse de bens no dia 1º de janeiro. Na Suíça, a incidência se dá sobre o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, com alíquotas até mesmo baixas.

Na Áustria, o imposto é pago sobre a renda, tendo em vista que as alíquotas também são baixas e não superiores a 1%. Enfim, inúmeros países adotam impostos semelhantes.

Em 1999, o bilionário norte-americano Donald Trump propôs um imposto sobre grandes fortunas para que o governo dos Estados Unidos pudesse ter recursos suficientes para saldar a dívida pública.

Passados dez anos, outro bilionário e investidor americano revelou que sua secretária pagava, proporcionalmente, mais imposto que ele. Ele sugeriu, assim, que a taxação de grandes fortunas poderia ser uma resposta aos problemas enfrentados pelos EUA e pela Europa. Com essa sugestão, o Presidente Barack Obama propôs

ao Congresso americano a criação de um novo imposto para taxar os chamados ricos.

Eu estou convicto de que essa discussão está caindo de madura em nosso País. Aliás, lembremos aqui que a Constituição de 88, de cuja construção tive o privilégio de participar, garante a possibilidade de taxação de grandes fortunas por meio de lei complementar (art. 153, VII). Inclusive, gostaria muito que você, leitor, fizesse parte desse debate e nos ajudasse a sustentá-lo, por meio do "boca a boca" e das redes sociais.

"O Futuro que Queremos" é um dos textos de embasamento para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontece agora de 13 a 22 de junho. Uma das contribuições do Brasil para o texto foi expressar sua convicção de que a erradicação da pobreza é elemento indispensável à concretização do desenvolvimento sustentável. Concordamos e vamos além: a taxação das grandes fortunas é fundamental para a erradicação da pobreza.

8-6-2012 – *Portal Luis Nassif*

Falta-nos uma postura firme

A Argentina é o país que mais impõe barreiras às exportações brasileiras. O Governo brasileiro precisa ser enérgico.

NÓS, GAÚCHOS, TEMOS LANÇADO FORTES críticas às barreiras comerciais argentinas. Recentemente realizamos uma audiência pública no Senado para expor a situação e não vamos parar por aí, pois entendemos que a situação é grave. Somente de janeiro a abril deste ano, as exportações do nosso estado para o país vizinho caíram mais de 10%.

A Presidenta Cristina Kirchner tem se utilizado de medidas comerciais intoleráveis pela comunidade internacional. Inclusive, mais de 40 países de todos os continentes estão se mobilizando para denunciar essas práticas protecionistas na Organização Mundial do Comércio (OMC).

É lastimável que o governo argentino venha expandindo a lista sujeita a licença de importação não automática, retardando a entrada dos produtos, afetando inúmeros setores no mundo inteiro. O Brasil é um dos mais atingidos.

Outra barreira é o chamado *one for one*. Por essa regra, a empresa instalada na Argentina pode realizar qualquer importação desde que exporte produto de valor equivalente. Ou seja: o valor da exportação deve seguir pelo menos o mesmo montante da importação.

Tais medidas inibem a competitividade gaúcha e encarecem o nosso produto em torno de 10%. As nossas indústrias acusam um *deficit* de R$2,08 bilhões em 2011, enquanto o Brasil acumulou um *superavit* de US$5,85 bilhões com a Argentina.

Não é somente a redução no fluxo comercial que nos atormenta, mas também a transferência de plantas industriais importantes para o território vizinho. Empresas instaladas aqui, como a AGCO, a Case New Holland e a John Deere, estão investindo em novas instalações que vão gerar mais de dois mil empregos diretos em solo "hermano". São empregos e recursos que deixam de ser gerados aqui e serão transferidos para lá. Perde o Brasil, perde o nosso querido Rio Grande, perdem os gaúchos, perdem os brasileiros.

Depois da implementação da DJAI (Declaração Jurada Antecipada de Importação), em fevereiro deste ano, diversos segmentos vêm apresentando quedas superiores a 50% nas exportações. Os mais afetados são: ferramentas e cutelaria (-74%), móveis (-61%), borracha e suas obras (-40%), máquinas e equipamentos (-37%) e calçados (-30%).

A Argentina é o país que mais impõe barreiras às exportações brasileiras. Atualmente, já são 30 medidas pro-

tecionistas adotadas. O Governo brasileiro precisa ser enérgico, pois o nosso País é um parceiro estratégico para a Argentina.

Defendemos medidas urgentes e paritárias, com um planejamento estratégico que garanta a solidez das relações bilaterais, a viabilidade do Mercosul e a proteção do mercado nacional brasileiro.

14-6-2012 – *Zero Hora*

Novos ares, novos rumos (1ª parte)

NO DIA 15 DE JUNHO, FRANÇOIS HOLLANDE completa trinta dias de sua posse na presidência da França. A vitória desse socialista veio dar novo oxigênio ao debate político não apenas naquele país, mas no continente europeu.

É claro que no contexto de uma crise vivida pelos países da União Europeia, o foco do debate político se concentra na busca do caminho mais adequado para a superação de todas as dificuldades enfrentadas. A questão é o caminho que se vai seguir.

Desde o estouro da crise da dívida soberana, no início de 2010, a receita aplicada foi a do corte de gastos, com o objetivo de reduzir o endividamento público que havia sido inflado no calor da crise financeira de 2008.

O que se pode observar hoje é que aqueles países onde mais severamente essa política foi aplicada – como Grécia, Portugal e Espanha – mergulharam na recessão.

A vitória de François Hollande é a vitória de uma proposta que enfatiza o crescimento como caminho para superação da crise. Reconhecendo a necessidade de que seja mantida a política de saneamento das contas públicas, o socialista ressalta, no entanto, ser necessário também relançar o crescimento.

Hollande não propõe embasar o crescimento na ampliação do crédito. Ele sabe que uma eventual tentativa de relançar o crescimento à custa de elevar a dívida só traria prejuízos aos países europeus, mas tem noção, ao mesmo tempo, que apostar apenas nas políticas de austeridade não levará à superação da crise. Hollande propõe, assim, uma via alternativa combinando a disciplina fiscal a políticas de estímulo à economia.

Já em seu primeiro discurso como presidente – o primeiro socialista a assumir o cargo em 17 anos – tentou transmitir uma mensagem de confiança ao povo francês. Hollande declarou ser chegada a hora de colocar a produção acima da especulação, afirmou que a Europa precisa crescer e prometeu dedicar o seu mandato a trazer a justiça de volta à França.

Dois dias após tomar posse, o novo presidente já colocou em prática a primeira de suas promessas de campanha: o Conselho de Ministros da França, liderado pelo próprio Hollande, anunciou o corte de 30% dos salários do presidente, do primeiro-ministro e dos outros 34 ministros que compõem o governo francês.

A medida tem caráter simbólico, demarcando bem a diferença entre o novo governo e o do ex-Presidente Nicolas Sarkozy, que, ao assumir a presidência, aumentou o salário líquido do presidente em 172%.

Com a medida do novo governo, o salário bruto mensal dos ministros, que hoje é de 14.200 euros por mês, cairá para 9.940 euros. Os salários do presidente e do

primeiro-ministro, por sua vez, recuarão de 21.300 euros para 14.910 euros.

Atento à urgência da agenda europeia, Hollande viajou, no mesmo dia de sua posse, a Berlim, onde reuniu-se com a Chanceler alemã, Angela Merkel, para tratar, entre outros temas, da renegociação do tratado fiscal europeu, uma das principais bandeiras de sua campanha eleitoral.

O novo presidente francês quer renegociar o tratado europeu de equilíbrio financeiro, assinado no início de março passado, por meio da introdução de medidas de estímulo fiscal. Hollande propõe a inclusão de um capítulo com medidas a favor do crescimento no pacto acordado por 25 dos 27 estados da União Europeia, que estabelece, na legislação de cada país, o princípio do equilíbrio orçamentário.

Tal como a Presidenta Dilma Rousseff, Hollande acredita que a redução de gastos deve estar aliada a políticas que favoreçam o crescimento e afirma que os resultados obtidos até aqui deixam claro que a resposta à crise, adotada pelo governo anterior e por outros líderes europeus, não foi adequada.

O presidente francês entende que a superação da crise da dívida europeia tem que passar pela criação de mecanismos de solidariedade que ajudem os estados nacionais em maiores dificuldades a conseguir financiamento a custos suportáveis.

Em relação à Grécia, Hollande expressa com clareza seu desejo de que o país permaneça na Zona do Euro, cum-

prindo seus compromissos, mas com apoio, acompanhado pela Europa, para estimular seu crescimento.

Para a renegociação do tratado de disciplina fiscal europeu, Hollande defende quatro propostas: o lançamento de eurobônus – títulos conjuntos da dívida dos 17 países da Zona do Euro –, não para mutualizar as dívidas, mas sim para financiar projetos industriais e de infraestrutura nos diversos países; a liberação de mais financiamentos em favor das pequenas e médias empresas pelo Banco Europeu de Investimentos; a criação de um imposto sobre transações financeiras para assegurar recursos suplementares para projetos de desenvolvimento; e a mobilização dos remanescentes de fundos estruturais europeus, hoje inutilizados, para apoiar projetos empresariais.

Além dessas medidas, Hollande propõe um diálogo entre os chefes de estado, de governo e o Banco Central Europeu para combater a retomada da especulação e gerar o financiamento da economia real. Para ele, o pacto orçamentário precisa ser completado por esse pacto pró-crescimento, que deve incluir, ainda, prioridade à educação, à pesquisa e à infraestrutura.

O novo presidente francês entende, também, ser prioritário injetar liquidez no sistema financeiro europeu para assegurar que todos os bancos do continente sejam consolidados.

Embora as propostas de Hollande objetivando a retomada do crescimento encontrem forte resistência do governo conservador alemão, que se opõe à renegociação

do pacto fiscal, elas angariam cada vez maior respaldo por parte de diversas autoridades europeias e até estrangeiras. Entre aqueles que, em maior ou menor grau, se alinham às ideias de Hollande estão: o Primeiro-Ministro italiano, Mario Monti; o Presidente da União Europeia, Herman Van Rompuy; o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso; o Comissário de Assuntos Econômicos da União Europeia, Olli Rehn; o Diretor da Organização Mundial de Comércio, Pascal Lamy; o Presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi; o Primeiro-Ministro Britânico, David Cameron, e o Presidente norte-americano, Barack Obama.

No âmbito da política externa, François Hollande decidiu antecipar em um ano a retirada das tropas combatentes francesas do Afeganistão e visitou o país para explicar pessoalmente sua decisão aos militares que lhe são subordinados. Além disso, o novo presidente manifestou seu desejo de reativar as relações bilaterais entre França e Turquia, que estavam degradadas devido à oposição do anterior Presidente francês, Nicolas Sarkozi, à entrada da Turquia na União Europeia.

Também nos assuntos internos – com destaque para as políticas sociais, previdenciárias e trabalhistas –, o governo do Presidente François Hollande assume, desde o início, uma marca muito própria, mas isso eu pretendo abordar em um próximo artigo!

18-6-2012 – *Sul 21*

Um divisor de águas

A QUEM INTERESSA O VOTO SECRETO no Congresso Nacional? Por que manter o voto secreto? Quem tem medo do voto aberto? Quando o Congresso vai acabar com votações secretas? O voto aberto não é um instrumento da transparência e da verdade? Essas indagações eu tenho ouvido há mais de duas décadas. E com razão.

Os senadores têm agora oportunidade única, eu diria de vanguarda, para colocar o Congresso Nacional muito mais perto dos brasileiros. Acabar com as votações secretas em todas as situações é muito mais do que uma necessidade. É uma exigência da nossa democracia que ainda precisa ser aprimorada.

Em recente pesquisa feita pelo Senado, 98% dos brasileiros pediram o fim do voto secreto. Eu mesmo tenho utilizado as redes sociais, como o Twitter e o Facebook, para saber a opinião dos internautas. Óbvio que não há surpresas: 100% são favoráveis ao voto aberto, sem exceções.

Há de se aplaudir o gesto de várias assembleias legislativas que já liquidaram com as votações secretas, como as do Rio Grande do Sul, do Paraná e de São Paulo, entre outras. Centenas de câmaras municipais não pos-

suem voto secreto e outras tantas estão a caminho de extingui-lo.

Vários parlamentos do mundo não utilizam o voto secreto para apreciação de vetos, emendas, nomeações, indicações e cassações. Nos EUA, ocorreu o processo de *impeachment* do então Presidente democrata Bill Clinton. Ele foi absolvido, inclusive com votos de republicanos.

Quando eleitos, recebemos uma procuração lavrada da população. Há, portanto, uma cumplicidade que, fundamentalmente, não pode contemplar a ocultação de opiniões e decisões.

É nossa obrigação prestar contas à sociedade, à opinião pública, aos eleitores, aos nossos conterrâneos, pois, se fomos eleitos, foi por escolha deles. Única e exclusivamente deles.

Há três propostas que acabam com o voto secreto. Uma é de minha autoria, a Proposta de Emenda Constitucional nº 50, de 2006, que é a mais abrangente, mais ampla, em todos os casos. Ela diz que a expressão "por voto secreto" deve ser retirada, de forma definitiva, dos artigos 52, 55 e 66 da Constituição.

Quantas vezes derrubamos vetos presidenciais a projetos de lei que já haviam sido debatidos com a sociedade e aprovados democraticamente com o voto aberto? Nunca. Estou no Congresso há 26 anos e, nesse período, mais de cinco mil vetos foram votados, nenhum foi rejeitado.

Quando o veto é aceito pelos parlamentares, o que havia sido apalavrado lá atrás "cai por terra, desmoronando

feito castelo de cartas". E a sociedade fica com a impressão de que o Congresso Nacional não é um espaço sério, que legitimamente os represente. A população deve ficar se perguntando: "Afinal, se o projeto havia sido aprovado pelos parlamentares, então por que o veto ao projeto foi aceito? Qual dos parlamentares mudou de ideia? Será que foi o meu?".

Respeito, mas não concordo com a argumentação de que esse tipo de procedimento é para proteger o parlamentar contra possíveis represálias. Pelo contrário, o voto secreto permite que acusações sejam feitas a bel-prazer, gerando disputas desleais entre forças políticas, pois ninguém sabe e nunca saberá do voto que foi dado.

Nos outros dois poderes não tem voto secreto. As decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) são tomadas ao vivo, transmitidas pela tevê. A Presidência da República veta um projeto e tem que justificar por que vetou. Ou seja, assume publicamente a posição contra ou a favor.

Já os deputados e senadores não têm que explicar nada para ninguém. Ficam numa posição cômoda, "deitados nos pelegos", como dizem os gaúchos, na camuflagem do voto secreto.

Perdoe-me quem não concordar, mas o voto secreto é um instrumento de ditadura, de estado positivista, centralizador, feudal, que trata o Poder Legislativo como fachada, como mera hospedaria de seus desejos e decisões.

Creio que urge a pergunta: o Congresso Nacional é independente, atua e age com autonomia ou é arremedo cari-

cato do Duma, o parlamento russo subjugado, dominado moralmente pelos *czares*?

A implantação da votação aberta em todas as situações e instâncias no Parlamento brasileiro é fundamental para sua autoafirmação. Será, na expressão latina *divortim aquarium,* um divisor de águas no aprimoramento da sua transparência.

25-6-2012 – *Correio Braziliense*

Novos ares, novos rumos (final)

FRANÇOIS HOLLANDE TORNOU-SE o mais poderoso dirigente socialista da França de todos os tempos, ao obter, no domingo (17), maioria parlamentar absoluta no segundo turno das eleições legislativas, o que lhe dará condições para implantar seu programa de governo.

Ele pretende reorganizar a França com justiça, abrir um novo caminho na Europa e contribuir para a paz mundial e a preservação do planeta. Ele tem afirmado que "a justiça será o único critério para a tomada de decisões públicas. Não pode haver cada vez mais sacrifícios para uns e mais privilégios para outros".

Hollande chega ao poder com prioridades bem definidas e um cronograma previamente apresentado listando a sequência em que as providências serão adotadas. As primeiras medidas que constam nesse cronograma são a elevação do poder aquisitivo das famílias e as reformas imediatas para sanear as contas públicas e o setor industrial.

No contexto do esforço para elevar o poder aquisitivo das famílias, o preço dos combustíveis foi congelado por um período de três meses, dando cumprimento a mais uma promessa de campanha. A medida é importante, sobre-

tudo para as zonas não urbanas, onde não há disponibilidade de transporte público.

Para mais adiante, está prevista a revisão das instituições francesas, o que inclui o direito de voto nas eleições locais aos estrangeiros residentes na França há pelo menos cinco anos. Atualmente, apenas os estrangeiros de países da União Europeia têm direito a voto nas eleições municipais francesas. A proposta de Hollande, incluída em seu programa de governo, amplia esse direito aos estrangeiros que não procedem da União Europeia. É importante registrar que, nas eleições do dia 17, o franco-brasileiro Eduardo Cypel, de 36 anos, nascido em Porto Alegre, foi eleito pelo Partido Socialista para a Assembleia Nacional.

É talvez nas áreas da Previdência Social e da defesa do emprego que os trabalhadores franceses sentirão mais imediatamente a diferença de postura do novo governo. No dia 6 de junho, ele anunciou que os franceses poderão se aposentar aos 60 anos e não mais aos 62. A medida vai beneficiar cerca de 110 mil trabalhadores até o final de 2013.

De acordo com dados do governo, os franceses favorecidos pela mudança são aqueles que começaram a trabalhar antes dos 19 anos e sempre contribuíram com a Previdência Social. A reforma anunciada autoriza, ainda, que as mulheres tenham uma licença-maternidade de seis meses e concede o direito de que os desempregados recebam benefícios por dois trimestres. Essas medidas passam a valer a partir de novembro.

O Primeiro-Ministro, Jean-Marc, anunciou uma grande conferência social, antes de 14 de julho, reunindo integrantes do governo com sindicatos e patrões, para discutir as reformas que deverão ser realizadas nas áreas de emprego, profissionalização, salários e condições de trabalho.

No que se refere à garantia do emprego, o Governo socialista promete adotar uma postura firme em face da onda de demissões em massa que se teme possa atingir a economia francesa nos próximos meses.

Segundo dados fornecidos por sindicatos, os setores bancário, automobilístico, de telecomunicações e de transportes, entre outros, preparam planos de demissão que podem afetar mais de 50 mil trabalhadores.

Determinado a limitar a perda de empregos, o presidente anunciou uma série de medidas para dificultar as demissões. Entre elas estão o aumento dos custos das indenizações aos trabalhadores para as empresas que distribuem dividendos aos seus acionistas e o estímulo à venda das fábricas em dificuldades a algum investidor interessado, ao invés de permitir o seu simples fechamento.

A vitória de François Hollande representa uma mudança importante no debate político naquele país e na Europa. Com a chegada dos socialistas ao poder, ganha força o entendimento de que a superação da crise da dívida europeia tem de passar pela dinamização da economia dos países da região, e que o ônus da crise não pode ser colocado exclusivamente sobre as costas dos trabalhadores.

Não será pela via da redução dos direitos previdenciários e da supressão dos postos de trabalho que as economias dos países europeus conseguirão se reerguer. Muito pelo contrário: o empobrecimento das populações e o encolhimento dos mercados internos dos países somente levarão ao agravamento da crise.

A adoção de um enfoque mais avançado, atento aos interesses da população trabalhadora, na abordagem da crise econômica abre novas perspectivas para sua superação. Por isso, todos aqueles que defendem a melhoria das condições de vida da população, seja na Europa, seja em qualquer parte do mundo, devem saudar a vitória socialista na eleição francesa.

Ninguém ignora que, nos tempos em que vivemos, as dificuldades que afligem um país acabam, fatalmente, por repercutir nos demais. Os trabalhadores brasileiros têm, nessa medida, o maior interesse em que o Velho Continente encontre o caminho para retomar seu crescimento.

Creio que François Hollande tem todas as condições de implantar suas metas de crescimento com igualdade e justiça social no seu país. Neste momento, os olhos do mundo estão voltados para a França.

2-7-2012 – *Sul 21*

O voto pela acessibilidade

AS ELEIÇÕES 2012 SE APROXIMAM e é neste contexto que olhamos para o processo eleitoral brasileiro, um dos mais modernos do mundo, totalmente informatizado. A votação eletrônica acontece em 100% das cidades e é possível saber o resultado das votações em questão de horas.

Mas precisamos atentar para o princípio da acessibilidade universal no processo eleitoral, tema este que passa despercebido para a maioria de nós e que está ligado, também, a aspectos sociais e humanos e não somente a aspectos tecnológicos. São milhões de eleitores com deficiência que querem votar e não basta apenas o direito ao voto, mas dar acessibilidade ao voto.

Nesse sentido, elogiamos a resolução do TSE, que aprovou o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral destinado ao eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida. Essa medida tem como objetivo eliminar barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e de atitudes para dar segurança e autonomia às pessoas com deficiência nas eleições. Um exemplo é o acesso aos locais de votação – os estacionamentos serão liberados e vagas serão reservadas a esse eleitor.

A resolução do TSE prevê também celebração de convênios de cooperação técnica com a administração dos pré-

dios onde vão funcionar as seções eleitorais. Convênios também serão firmados com representantes de pessoas com deficiência para ajudar a aperfeiçoar a acessibilidade na Justiça Eleitoral. Nesse contexto de modernidade, as urnas, que já possuem teclas em Braille, contarão com sistema de áudio para votação de pessoas com deficiência visual.

Os TREs deverão traçar planos para promover a acessibilidade plena nos locais de votação. Deverão, por exemplo, incentivar o cadastramento de mesários e colaboradores habilitados em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e adaptar seus *sites* para o pleno acesso das pessoas com deficiência visual.

O problema da falta de acessibilidade nos locais de votação é maior do que imaginamos. A maioria das seções eleitorais está em locais ou escolas que não são acessíveis.

A promoção da acessibilidade não é algo que irá facilitar a vida apenas das pessoas com deficiência, mas a vida de todos. É uma questão de justiça social! Esse é um assunto que deve estar na pauta, sendo encampado por todos, antes, durante e depois das eleições.

Precisamos ainda mudar nosso olhar em relação aos candidatos com deficiência, um olhar livre de preconceito. Os candidatos podem desempenhar um papel importante, pontuando não só as questões que envolvem as pessoas com deficiência, mas as necessidades de toda a comunidade.

Lembramos que a resolução do TSE vem ao encontro do Estatuto da Pessoa com Deficiência, proposta de nossa autoria que aborda tais pontos. O Estatuto foi aprovado no Senado e atualmente está tramitando na Câmara, aguardando votação dos deputados.

2-7-2012 – www.senadorpaim.com.br

A grave assimetria dos planos de saúde

É DE SAUDAR A RECENTE DECISÃO do Governo Federal, por meio da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de suspender a venda de 268 planos de saúde de 37 operadoras no País. Essa medida é uma punição pelo descumprimento dos prazos máximos de atendimento.

Por diversas vezes levei o assunto "planos de saúde" à tribuna do Senado Federal. Minhas falas foram baseadas em relatos recebidos em e-mails, *tweets* e cartas, bem como notícias veiculadas nos principais jornais do nosso País e na imprensa alternativa.

Em agosto próximo estaremos realizando uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com a participação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para tratar a fundo toda essa questão que envolve a vida de milhões de brasileiros. Pretendemos ouvir todas as opiniões.

É importante neste momento que todos possam dar sugestões para o debate. Por isso, sugiro que os leitores do *Sul 21* também colaborem e enviem suas críticas, ideias e desabafos para paulopaim@senador.gov.br. Nesse sentido, quero aproveitar este espaço para expor aqui algumas reflexões.

A saúde pública continua a ser um dos mais graves problemas do nosso País, principalmente para os brasileiros pobres e os da classe média. O SUS não dispõe de recursos suficientes para atender adequadamente a população que mais necessita de assistência médica.

Inúmeras famílias recorrem ao mercado privado dos planos de saúde. No entanto, as pessoas que os contrataram estão tendo muita dificuldade em mantê-los, em decorrência de reajustes muito elevados. É praticamente impossível para a maioria dos usuários manter esses planos, uma vez que os reajustes praticados superam em muito os concedidos aos salários.

Estudos feitos pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) demonstram que os planos de saúde são campeões de reclamações por diversos motivos: negativa de cobertura, reajuste abusivo de mensalidades e descredenciamento de médicos e hospitais sem prévia informação aos usuários.

Em se tratando dos altos reajustes, podemos destacar que, no período de 2001 a 2012, a variação acumulada do IPCA foi de 115,26%, enquanto o índice de reajuste dos planos, autorizado pela ANS, foi de 160,92%. Isso torna esse processo insustentável ao longo do tempo, pois é impossível para um assalariado de classe média manter um plano que vai consumindo progressivamente uma parcela de seu salário.

Estamos diante de um grave problema social e econômico. São oito milhões de usuários de planos de saúde

individuais e familiares que serão atingidos por reajustes incompatíveis com seu salário e sua renda.

Nos últimos dez anos, os planos de saúde foram reajustados muito acima da inflação medida pelo IPCA, e isto é verdadeiramente insustentável e injustificável.

Temos diante de nós um sério problema de assimetria, de um verdadeiro desequilíbrio nessa relação em que os salários são corrigidos pelo IPCA e os planos de saúde são corrigidos muito acima da inflação.

O problema das mensalidades dos planos de saúde requer atenção especial de todos nós que temos responsabilidade política e, particularmente, das autoridades da ANS e do Ministério da Saúde, por se tratar de assunto da mais alta relevância social: a saúde de nossa população.

Não podemos permitir que essa prática continue, transformando-se numa situação caótica, com os usuários dos planos de saúde sendo obrigados a abandonar seus contratos ou a se tornarem inadimplentes.

Os usuários dos planos de saúde exigem respeito. Não é justo que eles tenham que conviver com essa situação de insegurança no presente e no futuro!

16-7-2012 – *O Sul*

Uma luta histórica

A nossa luta pela derrubada do fator é histórica. No momento em que ele foi aprovado, 1999, apresentamos projeto para extingui-lo.

OS TRABALHADORES CONVIVEM HÁ MAIS DE uma década com o fator previdenciário. Essa fórmula foi criada para adiar as aposentadorias do Regime Geral da Previdência (RGPS) e "oxigenar" o sistema, o que não ocorreu. O efeito foi perverso, pois na hora da aposentadoria os vencimentos dos trabalhadores são reduzidos em mais 50%. É um caso único no mundo inteiro.

A crueldade é tamanha que somente os trabalhadores que recebem até seis salários mínimos, ou R$3.732,00, são atingidos pelo fator previdenciário. Alguma coisa está muito errada. Já para aqueles dos Poderes Executivo, Legislativo (que é o meu caso) e Judiciário, onde o teto salarial é R$27 mil, o fator não é aplicado.

O fator previdenciário tem que acabar definitivamente, tem que ser riscado do mapa, não deve ser aplicado nem para "x", nem para "y", pois é inaceitável mexer no bolso do trabalhador que contribuiu para a Previdência uma vida inteira. É tirar, de forma ultrajante, um direito adquirido. É o maior crime cometido contra a classe tra-

balhadora, em todos os tempos. Por isso é que defendemos uma Previdência universal, com direitos e deveres iguais para todos, sejam da área pública ou privada.

Parece piada, mas mecanismos do tipo fator previdenciário foram recentemente recomendados pelo FMI, que defende a implementação de tais mecanismos para elevar a idade da aposentadoria para cada ano que a longevidade da população de um país aumentar. E no Brasil ainda há quem bata palmas para isso!

Isso é, mais uma vez, o viés econômico tentando atropelar o viés social, pois temos que levar em conta as diferenças regionais, a qualidade de vida de cada país, a real geração de empregos e não a rotatividade, a distribuição de renda, a regra de transição etc.

A nossa luta pela derrubada do fator é histórica. No momento em que ele foi aprovado, 1999, apresentamos projeto para extingui-lo e iniciamos uma caminhada de esclarecimentos à sociedade e de conscientização do Congresso Nacional quanto à gravidade do problema. Em 2008, o Senado Federal aprovou o projeto e, desde então, ele está para ser votado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Já o substitutivo que cria a fórmula 85/95, na qual a aposentadoria seria concedida quando a soma da idade e do tempo de contribuição totalizasse 85 anos para mulheres e 95 anos para homens, ainda não é consenso, apesar de ter o apoio de grande parte dos movimentos sociais e do Congresso. Essa fórmula é melhor que o fator previdenciário, pois vai permitir que a mulher aposente-se com

o salário integral aos 55 anos, e o homem aos 60 anos. Lembrando que hoje tanto o homem como a mulher têm que trabalhar até os 66 anos para obter a integralidade.

Ainda em 2008, apresentei uma outra proposta (PEC nº 10), segundo a qual quem está no sistema se aposenta com 35 anos (homem) e 30 anos (mulher). Somente para os que entrarem no RGPS a partir da promulgação da lei é que a idade mínima passará a ser de 55 anos para a mulher e 60 anos para o homem.

Fato é que a luta pelo fim do fator previdenciário precisa ser encampada por todos, independentemente de pensamento partidário, uma vez que estamos diante de uma questão de justiça social, de respeito e de reconhecimento para com todos os trabalhadores que diariamente contribuem para a construção e o desenvolvimento do nosso País.

24-7-2012 – *Sul 21* e jornais do interior

Justiça aos filhos do vazio social

Quando as cotas não forem mais necessárias (o prazo é de 10 anos), a exemplo de outros países, não faremos mais uso delas. Quando os espaços forem igualmente distribuídos; quando os vestígios do preconceito forem extintos...

ERA 10 DA NOITE DA TERÇA-FEIRA, DIA 7-8, quando o Plenário do Senado Federal aprovou o projeto que prevê 50% das vagas em universidades federais e em escolas técnicas para alunos que cursaram escolas públicas. Foi uma sessão memorável, digna dos *Anais* da Casa.

A proposta aguarda a sanção da Presidenta Dilma para tornar-se lei federal. Ela estabelece critérios sociais e étnico-raciais. A cota mínima de 50% será distribuída entre brancos, negros, pardos e indígenas, proporcionalmente à composição da população em cada estado, tendo como base as estatísticas do IBGE.

Essa ação afirmativa é uma forma de reparar a exclusão histórica de gerações que durante séculos foram escravizadas, discriminadas e banidas dos capítulos da nossa cidadania: educação, emprego… Aliás, o que aprovamos não é nenhuma novidade, outros países já o fizeram: EUA, África do Sul, Índia, Canadá, México.

A realidade nos reporta a alguns dados, vejamos: 88,8% da juventude brasileira estuda em escolas públicas, 11,2% em escola privada. Está havendo uma inversão de valores no princípio da justiça social. Os alunos de escolas públicas, em sua grande maioria, acabam indo para a universidade privada. Os alunos da escola privada acabam indo para as universidades públicas e gratuitas. O cerne da questão está aí. Há, portanto, a necessidade de igualdade de condições para a plena cidadania – para negros, brancos, pardos, indígenas, pobres, enfim, para todos os filhos do vazio social.

É claro que a exclusão social pode ser solucionada por meio de investimentos maciços nas bases da educação. Estamos fazendo isso, mas é preciso fazer muito mais, pois os frutos só serão colhidos daqui a algumas décadas. Ora, nós temos pressa, a nossa gente tem pressa, o Brasil quer o horizonte.

Que perspectiva dar às pessoas que desejam entrar, hoje, em universidades e em escolas técnicas, que também desejam um lugar ao sol?

A maioria das universidades já adota alguma medida inclusiva. O próprio STF já julgou a legalidade das cotas. Se levarmos em consideração as cotas que já são aplicadas por 70% das instituições federais públicas e pelo ProUni, mais de um milhão de jovens chegaram às universidades.

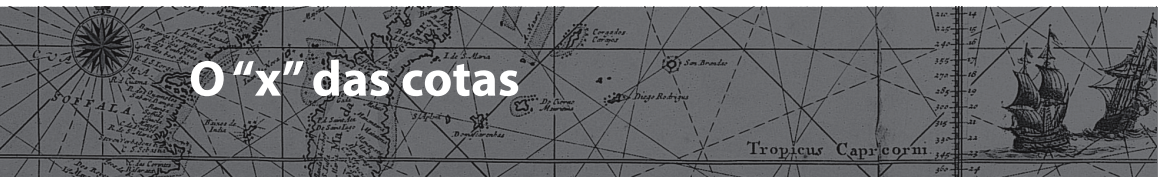
Não haverá inclusão social em nosso País, justiça na distribuição de renda ou diminuição da violência se não trabalharmos para a inclusão social. Não haverá inclusão

social em nosso País enquanto somente uma pequena parte da nossa sociedade for beneficiada, enquanto apenas uma pequena parte tiver acesso à educação e à saúde. A cidadania é para todos.

Quando as cotas não forem mais necessárias (o prazo é de 10 anos), a exemplo de outros países, não faremos mais uso delas. Quando os espaços forem igualmente distribuídos; quando os vestígios do preconceito forem extintos...

Quando os homens forem valorizados pela sua capacidade, pelos sentimentos que levam no coração e nunca pela cor da pele ou pela condição econômica, aí estaremos prontos para um novo amanhã, para uma nova era, para um novo Brasil. Assim eu creio.

16-8-2012 – *Sul 21*



O "x" das cotas

A CONSTITUINTE FOI UM MOMENTO mágico, um marco dos direitos humanos, sociais, econômicos e políticos. Nesses 24 anos, com certeza, avançamos na consolidação da democracia, mas ainda precisamos avançar mais.

A aprovação das cotas nas universidades públicas, respeitando os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da justiça distributiva, termo referendado pelo STF no julgamento da constitucionalidade das cotas, passa a valorizar alunos das escolas públicas, brancos, negros, indígenas e os alunos com renda familiar de 1,5 salário mínimo.

Afinal, metade das vagas destinadas a brancos, negros e indígenas de escolas públicas deve atender aos mais pobres. No site www.senadorpaim.gov.br, você encontrará a proposta em detalhes.

Neste momento, o Congresso Nacional cumpre o seu papel atendendo os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. Os verbos construir, garantir, erradicar e promover, descritos no artigo 3º da Constituição, denotam uma ação efetiva por parte do Estado.

Precisamos vencer dados como os do mapa da violência no Brasil, que revela números assustadores: de cada

dez jovens assassinados, nove são negros. Também não é possível compreendermos que de cada 10 médicos formados, nenhum seja negro. É hora de termos mais engenheiros, médicos, arquitetos e professores de todas as etnias e condições econômicas.

Dados do MEC demonstram que 88,8% dos alunos que se formam no Ensino Médio são oriundos de escolas públicas e 11,2% são oriundos de escolas particulares. O "x" da educação é que aluno do ensino médio da escola particular vai para a universidade pública e aluno do ensino médio da escola pública vai para a rede particular.

O debate está instituído na sociedade. Como bom gaúcho, e quilombola, não fugirei da peleia e isso já ficou bem demonstrado quando aprovamos a política do salário-mínimo acima dos US$100, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, da Igualdade Racial, a PEC da Juventude, a licença-maternidade e a PEC paralela. É certo também que continuaremos debatendo a aprovação do fim do fator previdenciário, a política dos aposentados e pensionistas, o estatuto da juventude, o estatuto dos indígenas, o estatuto da pessoa com deficiência, enfim, nos manteremos firmes na defesa dos trabalhadores e dos direitos humanos.

27-8-2012 – *Zero Hora*

Educação: buscando uma realidade inclusiva

Assegurar uma educação de qualidade é, certamente, a forma mais segura de se promover a inclusão de todos em uma sociedade mais desenvolvida e justa.

O CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE revela dados preocupantes: 61,1% da população de 15 anos ou mais, com deficiência, não têm instrução ou cursaram apenas o fundamental incompleto; esse percentual é de 38,2% para as pessoas dessa faixa etária sem deficiência. Quando todas as escolas estiverem dispostas a rever suas posturas padronizadas, quando a falta de preparo dos professores e das instituições deixarem de ser uma justificativa para a exclusão das pessoas com deficiência do sistema regular de ensino, a escola brasileira será inclusiva e o uso desse termo não será mais necessário, afinal, estará no princípio de toda educação.

Tenho refletido muito sobre esse tema e conversado com pessoas que vivem essa realidade. Luciano é um dos meus assessores e tem deficiência visual. Perguntei a ele por que a inclusão ainda não é uma realidade em nosso País? Ele respondeu que para isso é necessário uma mudança interna do ser humano que será acompanhada de uma

mudança cultural. Disse ainda que é preciso acabar com o estigma da anormalidade que a sociedade imputa às pessoas com deficiência, e isso é um processo, um longo caminho a percorrer. Nesse caminho, a escola tem um papel fundamental. Mas não basta que as escolas tenham crianças com deficiência em sala de aula, é necessário que os professores desenvolvam atividades em grupo, algo que busque a cooperação entre os colegas de classe, algo que faça com que todos se sintam participantes do aprendizado. A escola é o ambiente especial de convívio, de referências e de inclusão social, de aperfeiçoamento, de formação intelectual e moral.

Na escola as crianças não apenas ampliam seus conhecimentos, como também criam laços de amizade, de convivência, de respeito, de dignidade e de integração que ajudarão a prepará-las para os desafios futuros. Necessitamos de aperfeiçoamento permanente dos professores, de adaptações da estrutura física das escolas, da indispensável colaboração dos pais e responsáveis e de toda sociedade. A melhoria dos equipamentos e da infraestrutura física é de grande importância: salas de apoio equipadas com recursos educativos adequados, a adaptação do espaço físico, a construção de rampas, a adaptação de banheiros, entre outros diversos itens componentes de uma estrutura material de apoio.

Um dos pontos mais importantes para a inclusão de crianças com deficiência é enfrentar e vencer a barreira psicológica, que geralmente separa esses alunos dos demais. Em pleno século XXI, não podemos mais admi-

tir esse tratamento atrasado e discriminatório. O Irmão Flávio Azevedo, do Colégio La Salle (Brasília), afirma que o ambiente físico não é o mais importante em uma política inclusiva.

O ambiente afetivo é que faz a diferença. Rampas e elevadores dão acesso às instalações. Respeito, aceitação, carinho e compreensão dão acesso ao coração, e é a esse ambiente que as crianças com deficiência mais querem ter acesso. Uma educação plural, diversa, rica, contemplando a todas as pessoas, com e sem deficiência. Assegurar uma educação de qualidade é, certamente, a forma mais segura de se promover a inclusão de todos em uma sociedade mais desenvolvida e justa.

6-9-2012 – www.senadorpaim.com.br

Reflexões sobre mobilidade urbana

A QUESTÃO DA MOBILIDADE URBANA já se consolidou como uma das principais preocupações de qualquer sociedade moderna. No Brasil há uma gama de problemas e questionamentos que devem ser enfrentados, de maneira urgente e firme, por nossos gestores públicos. O fato é que a qualidade de vida de todos nós está ligada à facilidade e à agilidade com que nos locomovemos diariamente, seja por lazer, seja para o trabalho. Além disso, a cada vez mais delicada questão ambiental aponta para soluções coletivas e sustentáveis de transporte, buscando uma diminuição significativa de seus impactos ambientais e do gasto de energia fóssil ou não renovável. É verdade que o debate em nosso País sobre a mobilidade – sobretudo devido à realização dos grandes eventos esportivos nos próximos anos – cresceu e ganhou força. Entretanto, a despeito desse maior volume de discussões, estamos ainda muito, mas muito distantes de um quadro satisfatório em nossa mobilidade urbana, quer pelo aspecto prático, quer pelo coletivo, quer ainda pelo ambiental.

Os congestionamentos, a cada dia que passa, ficam maiores e piores. Enquanto isso, modalidades como o metrô, os trens urbanos e os veículos leves sobre trilhos ainda encontram dificuldades para ampliar o seu espectro e

incrementar as opções de transporte nas grandes cidades. Ao compararmos nossos números com o de metrópoles mundo afora, vemos o quanto estamos atrasados e aquém do necessário nesse campo. Enquanto São Paulo, com seus mais de 30 milhões de habitantes na região metropolitana, dispõe de um sistema de metrô com apenas 74 quilômetros de extensão, Londres e Nova York possuem, cada uma, mais de 400 quilômetros em linhas.

Em nossa vizinhança latino-americana, a capital do México tem 202 quilômetros em linhas de metrô, enquanto Santiago, com uma população bastante menor do que a metrópole paulista, ostenta 94 quilômetros em sua malha urbana. É fato que a tendência hoje, no mundo inteiro, é a substituição dos veículos individuais automotores por bicicletas, trens e metrôs, integrando os deslocamentos curtos aos de maior escala. Nesse sentido, nas grandes cidades europeias, vemos enormes bicletários em todas as estações de trem e metrô, com inúmeras bicicletas particulares ou de aluguel. Nos centros dessas metrópoles, o acesso de carros particulares costuma ser bastante restrito, com a cobrança de pedágios e multas.

17-9-2012 – jornais do interior

CLT: Não vamos nos omitir

Se tivermos que escrever novos horizontes com a ponta das estrelas, nós o faremos com a mesma fé e paixão que a vida nos deu.

UM PATRIMÔNIO DO NOSSO POVO ESTÁ prestes a completar 70 anos de existência. Refiro-me à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), criada por Getúlio Vargas por meio de decreto assinado em 1º de maio de 1943.

Os direitos assegurados nessa legislação são enormes: carteira de trabalho, previdência social, vale-transporte, férias, adicional noturno, salário mínimo, licença-paternidade, 13º salário, FGTS, PIS, entre outros.

Estas conquistas não foram alcançadas de graça. Foram forjadas a duras penas, em uma luta de anos e anos do nosso povo. Foi e continua sendo uma questão de justiça. Por isso devemos estar atentos, redobrando a nossa vigilância.

Mais uma vez se avizinha um processo para flexibilizar a CLT e os artigos que tratam dos direitos sociais na Constituição, a exemplo da tentativa feita no ano de 2001.

Tramitam no Congresso várias propostas neste sentido, como o PL nº 951/11, que cria o Simples Trabalhista; o PL nº 4.330/04, que trata da terceirização, e o PL nº 1.463/2011,

que cria um novo código do trabalho. A Associação Nacional dos Magistrados (ANAMATRA) considera esses textos "um grande retrocesso nos direitos trabalhistas no Brasil e uma afronta à Constituição Federal".

Em Brasília também está em gestação uma proposta que cria duas novas formas de contratação: a eventual e por hora trabalhada. Na prática, e eu respeito opiniões contrárias, isso vai ser um retrocesso, abrindo espaço para não se cumprir a CLT e os direitos sociais da Constituição.

Serve também de alerta para todos nós as recentes declarações do Presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), João Oreste Dalazen, que defendeu uma reforma nos direitos do trabalhador e a flexibilização da CLT.

O País atravessa o mais importante ciclo de desenvolvimento econômico e social da sua história. Agora, convenhamos, não podemos ficar flexibilizando leis toda vez que há uma crise econômica mundial. Os trabalhadores e aposentados não podem ser chamados para novamente pagar a conta.

Não vamos nos omitir. Se tivermos que escrever novos horizontes com a ponta das estrelas, nós o faremos com a mesma fé e paixão que a vida nos deu.

25-9-2012 – jornais do interior

Ganhos reais para todos

PARA MIM O ENCAMINHAMENTO, e a solução, das reivindicações dos aposentados e pensionistas brasileiros é uma questão de honra. É uma luta antiga que eu e a categoria acordamos pelo "fio do bigode". E disso eu não abro mão, basta ver nossa caminhada nos últimos anos.

Vamos refrescar um pouco a memória. O Senado Federal já aprovou o fim do fator previdenciário, a recomposição do valor das aposentadorias e pensões e o seu reajuste pelo mesmo índice de aumento do salário-mínimo. Todos esses projetos são de minha autoria.

Eles estão tramitando na Câmara desde o ano de 2008. Portanto, na mão dos deputados federais para serem aprovados e encaminhados à sanção do Poder Executivo. Paralelamente a isso, todos os anos eu apresento emendas ao Orçamento Geral da União para melhorar a qualidade de vida dos mais de 20 milhões de beneficiários do INSS.

Há umas duas semanas eu tive uma longa conversa com o Presidente da Câmara, o nosso conterrâneo e companheiro de luta partidária, Deputado Federal Marco Maia. Ele me disse que pretende colocar a questão do fator previdenciário na pauta ainda este ano, logo após o 2º turno das eleições.

E há outra notícia para os nossos aposentados e pensionistas. Aliás, isso foi discutido com o movimento organizado da categoria. Apresentei um projeto (PLS nº 361/2012) que vincula o aumento dos aposentados/pensionistas ao INPC do ano anterior, mais o crescimento real da remuneração média dos trabalhadores do mercado formal (massa salarial). A variação desse crescimento consta no GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social).

A implementação de uma política de valorização de todos os benefícios previdenciários se faz necessária e urgente. Nos últimos anos, os benefícios equivalentes a um salário mínimo têm sido objeto de ganhos reais e isso é uma vitória. No entanto, os demais benefícios, ou seja, aqueles que superam esse patamar, têm sido conduzidos a uma desvalorização constante, a um achatamento inaceitável. Isso tem que acabar. Todos merecem receber ganhos reais sobre suas rendas.

18-10-2012 – www.senadorpaim.com.br

O federalismo e o novo pacto federativo

O Senado Federal, no papel de representante dos estados brasileiros, deve estar no centro dessa discussão que envolverá, inexoravelmente, a divisão do "bolo econômico".

O SISTEMA POLÍTICO DO FEDERALISMO DEVE permitir uma maior coesão de interesses e um equilíbrio em todos os aspectos: sociais, econômicos, políticos etc. Para tal, é necessário que o Congresso Nacional rediscuta o pacto federativo.

Estamos na iminência de definirmos as novas regras de repartição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), diante de decisão do STF, que declarou, em 2010, a inconstitucionalidade da atual regra, assinando prazo até o final deste ano para que o Legislativo aprove nova lei complementar sobre a matéria.

Caso o assunto não seja definido até 22 de dezembro (início do recesso parlamentar), os repasses de recursos aos estados serão suspensos, trazendo enormes prejuízos aos estados brasileiros.

Em relação à discussão do FPE, alio-me à opinião dos economistas Fernando Rezende e Bernard Appy e outros que, no seminário "Desafios do Federalismo Brasileiro",

defenderam a ideia de que a discussão do FPE deve ocorrer em conjunto com a do ICMS na guerra fiscal e a divisão dos *royalties* do petróleo. E vou além, acredito que a divisão do Fundo de Participação dos Municípios também merece ser debatida com todas essas questões, bem como a quebra da unanimidade nas decisões do Confaz e as dívidas dos estados com a União.

São projetos da maior relevância para estados e municípios e que devem fazer parte de uma agenda única com o intuito de buscarmos soluções que visem manter o equilíbrio entre os entes federados e um desenvolvimento harmônico com respeito às diversidades inter e extrarregionais.

Apesar de a Carta de 1988 evidenciar a problemática das brutais desigualdades entre as regiões brasileiras, a impressão que tenho é de que o federalismo no Brasil nasceu desigual e continua desigual. Os esforços no sentido de equilibrarmos essas desigualdades têm esbarrado em debates maiores que precisam ser enfrentados. Os institutos jurídicos constitucionais dispostos com a finalidade de enfrentar a difícil tarefa de promover o desenvolvimento nacional de forma a reduzir tais diferenças precisam ser revistos.

Não dá para adiar mais o debate, é preciso realizar uma reforma abrangente. O Congresso Nacional precisa enfrentar a discussão do novo pacto federativo, partindo do que temos e aonde queremos chegar. O Senado Federal, no papel de representante dos estados brasilei-

ros, deve estar no centro dessa discussão que envolverá, inexoravelmente, a divisão do "bolo econômico".

29-10-2012 – *Zero Hora*

Direito de greve

A EXPERIÊNCIA QUE EU TIVE no movimento sindical (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, presidente da Central Estadual de Trabalhadores do Rio Grande do Sul e primeiro-secretário nacional da CUT), nos anos 70 e 80, me mostrou que ninguém é favorável a uma greve. Ela é o último estágio de uma negociação. E ela também é legal e está assegurada no artigo 9º da Constituição Federal.

Mesmo sendo constitucional, o direito de greve ainda carece de regulamentação. Essa é uma luta que estamos travando há mais de duas décadas. Como deputado federal, apresentei proposta neste sentido. Realizamos debates, audiências, mas, por questões conjunturais, penso eu, essas ações não foram adiante. No Senado, o processo está adiantado.

O PLS nº 84/2007 (serviço público) e o PLS nº 83/2007 (setor privado), projetos de minha autoria, estão sendo discutidos pelas centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos de base. Atualmente eles tramitam em conjunto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando indicação de relator. Ainda este ano vamos realizar uma audiência pública para debater o tema e aprimorar os projetos.

Os dois projetos preveem que as categorias é que vão decidir qual o percentual de trabalhadores que ficam nos plantões de emergência para assegurar, por exemplo, atendimentos hospitalar, policial, entre outros. A ação de servidores grevistas no sentido de obter a adesão à greve dos demais servidores, desde que de forma pacífica, é permitida, o que torna ainda nulo todo ato de repressão, coação, prejuízo ou discriminação a servidor que decidir pela adesão ou não adesão ao movimento.

Importante sempre destacar que os trabalhadores, tanto da área privada, quanto da pública, devem estar permanentemente de vigilância contra qualquer ataque que represente a retirada de direitos e conquistas. Os tambores devem rufar, as vozes nas ruas têm que chegar até os parlamentares.

A greve é um dos mais importantes instrumentos de pressão que a classe trabalhadora possui. É uma das maiores conquistas do povo brasileiro, está na Constituição. Repito que é democrático, faz parte do jogo. Nós sabemos que se numa negociação coletiva não existir o direito de greve, essa negociação ficará fragilizada. Haverá mais peso de um lado da balança e creio que nenhum trabalhador tem dúvidas quanto a isso.

Para finalizar, lembro que a partir do momento em que o movimento sindical realizou uma greve articulada, os setores conservadores da sociedade fizeram, da noite para o dia, uma tentativa de aprovar o PLS nº 710/2011, de outro senador, que no meu entendimento e do movimento sindical proíbe o direito de greve. E isso nós não vamos permitir.

7-11-2012 – *Sul 21*

Sobre trabalho infantil e consciência mundial

AO ABRAÇAR A III CONFERÊNCIA GLOBAL SOBRE Trabalho Infantil, a ser realizada em Brasília, em 2013, o Governo brasileiro evidencia preocupação e comprometimento com esse tema. E isso, no meu entendimento, foi um amadurecimento não só de decisões políticas como também de nossas políticas públicas. Os próprios dados da última década já demarcam essa situação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2000 e 2010 houve uma redução de 13,44% nos índices de trabalho infantil na faixa etária entre 10 e 17 anos. No entanto, "ao se analisar as distintas faixas etárias, observa-se um aumento no grupo mais frágil: o trabalho infantil na faixa etária entre 10 e 13 anos voltou a subir em 1,56%".

Ou seja, em 2010 foram registrados 10.946 casos de trabalho infantil a mais que em 2000. Segundo análise do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil isso é preocupante. Essa faixa etária corresponde aos anos anteriores à conclusão do ensino fundamental, e seu impacto sobre a aprendizagem, conclusão escolar ou abandono escolar ou não ingresso no ensino médio é imediato.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da qual sou presidente pela segunda vez

(2007-2008 e 2011-2012), tem colocado na pauta de suas audiências públicas todas essas questões, chamando atores envolvidos para expor pensamentos, ideias, problemas e sugestões que de uma forma ou de outra ajudem a varrer do mapa esse mal que aflige o nosso País.

Acredito que o nosso País está no caminho certo e avança nesta luta que é árdua e deve ter o comprometimento diário de toda a sociedade. Mas tenho clareza também de que estamos no começo e muitas coisas ainda precisam ser feitas. Vale lembrar que o Brasil participa ativamente no Plano de Ação Mundial que tem como meta a eliminação total do trabalho infantil até 2016.

Toda criança precisa de escola, educação e formação eficaz e eficiente, de tal forma que se prepare para ser um adulto que atuará com maior qualificação e que seja um cidadão inserido em um trabalho decente, digno e na idade propícia. Precisamos unir esforços, independente de nossas diversidades políticas, culturais e religiosas para uma solução e respeito à educação, alimentação e saúde a todas as crianças.

Esperamos que o Brasil cumpra o seu papel de anfitrião da 3ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil. E que iniciativas como essa tenham um significado muito maior do que a reunião de centenas de países. E aí, meus amigos, que pese na consciência dos governos mundiais que há atualmente no planeta terra mais de 215 milhões de crianças em situação de trabalho infantil.

3-12-2012 – *Jornal do Brasil*

Dedo na moleira

O excesso de medidas provisórias é o maior exemplo de desvirtuamento das funções legislativas e de esterilização dessas funções.

É TERRÍVEL PARA A NOSSA DEMOCRACIA, mas o Congresso Nacional está caminhando a passos largos para se tornar uma espécie de Duma, o parlamento russo dominado moralmente pelos *czares*. E isso é uma discussão da qual não podemos mais fugir e a sociedade tem que fazer esta cobrança.

A função do Legislativo é discutir os problemas do País, os anseios da população, entre outros. E, a partir dos cenários que forem surgindo e seus devidos encaminhamentos, sugestões, criar leis ou melhorar as já existentes para que estas deem respaldo jurídico necessário. Esse é papel do Legislativo!

Entre os direitos do Executivo assegurados na Constituição, está o de vetar ou não tais projetos. No entanto, o Legislativo não pode em hipótese alguma deixar de votar seus projetos em virtude da premissa de que eles serão vetados. Sinceramente, usar esse argumento é duvidar da capacidade de discernimento dos brasileiros. Algo está errado!

Recentemente, a Câmara dos Deputados postergou para 2013 a votação do fim do fator previdenciário, o principal algoz dos trabalhadores e trabalhadoras, criado no final dos anos 90. O inacreditável é que esse projeto já foi aprovado pelo Senado Federal por unanimidade há mais de quatro anos.

Mas há mais exemplos que estão engasgados na garganta de todos nós. O reajuste das aposentadorias e pensões e a recuperação da defasagem dos últimos anos também foram aprovados por unanimidade pelo Senado Federal. E hoje esses projetos dormem sono induzido na Câmara dos Deputados por solicitação do Executivo.

Outra coisa: nos últimos 25 anos, foram mais de cinco mil vetos a projetos e nenhum deles foi rejeitado. Todos receberam o aval do Legislativo. Ou seja, foram aprovados e, diga-se de passagem, por meio do voto secreto. A população deve ficar se perguntando: "Ué, o projeto não tinha sido aprovado? Como é que agora os parlamentares mudam de ideia e aprovam o veto? Tá na hora de acabar com o voto secreto no Congresso".

A medida provisória, por sua vez, criada para substituir os decretos-leis da época da ditadura, é na sua origem instrumento para ser usado de forma excepcional, em casos de urgência e relevância. Infelizmente, e com a concordância da maioria dos parlamentares, isso nunca ocorreu. O excesso de MPs é o maior exemplo de desvirtuamento das funções legislativas e de esterilização dessas funções.

Cheguei a perguntar, em uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais: que Congresso é esse que tem medo de assumir suas responsabilidades? Não podemos mais deixar de questionar a real autonomia e independência do Legislativo no cumprimento do seu dever.

10-12-2012 – *Zero Hora*

Um dia para sentir

Todas as pessoas, independentemente de sua condição física, mental, sensorial, possuem sonhos, amam e têm a necessidade e o direito de ser felizes.

DURANTE A ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, no dia 20 de novembro de 1959, representantes de centenas de países aprovaram a Declaração dos Direitos da Criança. Destacamos dois princípios que devem nortear as nossas ações:

"Todas as crianças têm direito ao amor e à compreensão dos pais e da sociedade. Todas as crianças têm o direito de crescer em ambiente de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos."

Precisamos tratar todas as pessoas com igualdade de direitos. 21 de março é o Dia Internacional da Síndrome de Down. Um dia de informação, sensibilização e, sobretudo, de atitudes. O objetivo do dia internacional da pessoa com síndrome de Down é disseminar informações sobre as principais características e estudos realizados para promover a inclusão dessas pessoas na sociedade. O que os distancia e isola não são as suas características físicas, mas principalmente as barreiras externas: arqui-

tetônicas, comunicação, meios de transporte. Quanto às barreiras de atitudes, estas são as mais fortes, e levam a todas as outras.

No Brasil, a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down elegeu "Educação e Trabalho, Direito de Todos" como tema das comemorações. O País lidera o número de eventos organizados desde que o dia internacional foi criado.

Há poucos dias assisti ao filme "Colegas", que conta a história de três adolescentes com síndrome de Down. Eles fogem de uma instituição onde foram deixados ainda crianças. Roubam um carro, partem em busca de seus sonhos, vivendo as mais divertidas aventuras. Ir em busca de sonhos e aventuras! Esta não parece a história de tantos outros filmes? De tantos outros adolescentes? E eu entendo que a ideia é exatamente essa!

Uma história comum, porque todas as pessoas, independentemente de sua condição física, mental, sensorial, possuem sonhos, amam e têm a necessidade e o direito de ser felizes.

1º-3-2013 – www.senadorpaim.com.br e jornais do interior

Democracia e intolerância

O Brasil generoso, aberto, democrático, conciliador e plural haverá de reforçar, em todo o mundo, os melhores exemplos de tolerância e de hospitalidade, primando pelas garantias inerentes à liberdade humana.

NA CONDIÇÃO DE RELATOR, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, do PLC nº 122/2006, que criminaliza a homofobia, tenho a intenção de dar amplitude ao debate pela abertura do espaço democrático às vozes da sociedade, sejam elas favoráveis ou contrárias.

Pretendo produzir um relatório equilibrado e em consenso com o debate internacional em curso, que contemple todos os interesses em jogo, ao mesmo tempo em que sirva para o combate à homofobia, ao ódio e à violência gratuita que campeia no Brasil.

A premissa com que pretendo nortear o debate é a premissa maior de que todos somos, a despeito de nossa cultura, de nossa opção religiosa ou orientação sexual, contrários à homofobia, na medida em que a liberdade humana está na base dos direitos humanos.

O Nobel de 1986, Elie Wiesel, tendo perdido, aos 15 anos, a mãe, o pai e uma irmã nos campos nazistas de extermínio, afirmou o seguinte: "Eu jurei nunca ficar em silêncio onde os seres humanos estiverem passando por sofrimento e humilhação. Devemos sempre tomar partido. Neutralidade ajuda o opressor, nunca a vítima. O silêncio encoraja o torturador, nunca o atormentado".

Ainda que profundamente marcado por sua vivência infeliz de aniquilamento e ódio, Elie Wiesel costumava relembrar que "o oposto do amor não é ódio, mas indiferença", e logrou trabalhar por um mundo melhor, mais livre e mais aberto à aceitação das diferenças.

O tempo presente nos incita à ação coletiva em defesa das liberdades. Basta ver a atitude da octogenária rainha Elizabeth II, da Inglaterra, que assinou nova Declaração de Direitos Humanos contrária à discriminação de homossexuais, apoiada por 54 estados.

O Brasil generoso, aberto, democrático, conciliador e plural haverá de reforçar, em todo o mundo, os melhores exemplos de tolerância e de hospitalidade, primando pelas garantias inerentes à liberdade humana.

Pretendemos, no Senado da República, fomentar e garantir o direito inalienável de que cada concidadão nosso busque, de maneira lícita e que mais lhe aprouver, a própria felicidade, que orienta a trajetória pessoal de cada indivíduo no mundo.

Se algum espaço houver, na prática de uma política que se queira maiúscula, em qualquer sociedade avançada,

é preciso compreender que a intolerância legalmente albergada e aceita não é compatível com a democracia. A democracia não tem como tolerar a própria intolerância.

28-3-2013 – *Zero Hora*

Sobre a alienação parental (1ª parte)

HÁ UM TEMA ESPECIAL que não está tendo espaço necessário de discussão na sociedade brasileira: a alienação parental.

Quando casais se separam, muitas vezes de forma litigiosa, as consequências comumente recaem também sobre os filhos, a começar pelos interesses em relação à guarda paterna.

É por isso que associações de Portugal, da Espanha, dos Estados Unidos e do Brasil envolvidas na luta por direitos de pais separados se esforçaram por estabelecer uma data para reflexão e outras ações sobre o tema.

O dia 25 de abril passou a ser o Dia Internacional de Conscientização sobre a Alienação Parental.

A alienação parental se caracteriza pela implantação de falsas memórias e abuso do poder parental e está se tornando mais comum a cada dia que passa.

Certamente já temos tomado conhecimento de fatos que ocorrem em nosso meio de convivência – no trabalho, entre amigos, na vizinhança, e em outros grupos.

Trata-se da influência ou pressão injustificadas que uma criança ou adolescente recebe, fazendo com que passe a ter restrições em relação a um dos genitores.

Acaba por gerar o afastamento entre pais e filhos e o desenvolvimento de sentimentos negativos, como ódio e indiferença.

A alienação pode ser promovida pelo pai, pela mãe, pelos avós, ou qualquer pessoa que conviva de maneira próxima e possa influenciar a criança ou o adolescente.

Isso leva à conclusão de que são necessários pelo menos três participantes para a ocorrência da alienação parental: o alienador, o alienado e o filho ou filha.

O alienador é a pessoa que pretende que o filho apresente restrições em relação a um dos genitores; o alienado é aquele dos genitores que não convive permanentemente com o filho.

O termo alienação parental só se aplica quando a mãe ou o pai alienado não der motivo, isto é, não apresenta comportamentos que possam resultar na construção de uma imagem negativa.

Aliás, a alienação é a violação de um direito do genitor e da criança, que pode trazer sérias consequências emocionais e psicológicas.

Ocorre cada vez com maior frequência na atualidade, pois os casamentos são muito menos estáveis e duradouros.

Antigamente, quando as separações não eram comuns, as crianças e os adolescentes acompanhavam de perto o comportamento dos genitores, estando menos sujeitos às influências que provocam a alienação.

A alienação parental não é um tema exclusivo do meio jurídico. A própria denominação tem origem na área da medicina.

Foi o médico psiquiatra americano Richard Gardner que propôs, ainda em 1985, a denominação Parental Alienation Syndrome (PAS), que, no Brasil, se tornou conhecida como Síndrome da Alienação Parental (SAP).

No meio médico, a síndrome se apresenta como um processo que consiste em programar uma criança para que odeie ou recuse um de seus genitores sem justificativa.

Instalada a síndrome, a própria criança dá sua contribuição na campanha para desmoralizar o genitor alienado, geralmente recusando sua companhia, o que acaba por resultar na quebra dos vínculos paternos.

Para inibir a disseminação dessa síndrome, o Congresso Nacional aprovou, em 2010, uma lei específica sobre o tema. E isso será o assunto da segunda parte deste artigo.

26-4-2013 – *Sul 21*

Guerra fiscal, até quando?

A GUERRA FISCAL, PRÁTICA COMPETITIVA entre os entes da Federação, tem servido de instrumento para que os estados atraiam investimentos de novas empresas, gerando emprego e renda. Porém, a tão malfalada disputa tem provocado distorções na arrecadação do ICMS. O projeto de resolução do Senado (PRS nº 1/2013), cuja finalidade é pôr fim a essas distorções, tem por objetivo primordial unificar gradualmente as alíquotas interestaduais do tributo e, assim, reduzir a competição. A ideia do projeto também abarca a migração do imposto para o destino, ou seja, para o estado onde as mercadorias ou bens serão consumidos, reduzindo as chances de o estado produtor conceder incentivos. Mas a discussão não para por aí, ela avança sobre a obrigatoriedade da aprovação pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) dos novos incentivos, dando segurança jurídica para as empresas, bem como o tratamento específico para convalidação dos benefícios já existentes, muitos deles ilegais ou inconstitucionais, concedendo prazo para o fim da fruição.

Ocorre que o substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) não atende aos interesses do nosso Estado, pois prevê redução das alíquotas de ICMS de 12% e 7% para 4% até 2021, e cria exceções para

o gás natural, para a Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio e para as saídas da indústria e de produtos agropecuários do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, destinados ao Sul e ao Sudeste.

Tal medida mantém, para esses estados, um poder de continuar realizando a "guerra fiscal", com alíquotas mais elevadas e diferenciadas em relação aos demais. Por isso, apoiamos as duas emendas apresentadas pelo Senador Suplicy que corrigem tais distorções, pois, no caso do gás natural, reduz a alíquota aplicável a estas operações a 7%, deixando ao menos 5% para o estado consumidor, além de, ainda, garantir aos estados o ressarcimento de suas eventuais perdas.

Penso que as alterações propostas pelo Senador paulista combinadas com o estabelecimento dos fundos de ressarcimento das perdas e com o fundo de desenvolvimento regional previstos na Medida Provisória nº 599, de 2012, estabelecerão um mecanismo de segurança, preservando, ao mesmo tempo, uma capacidade de atração de investimentos produtivos nas regiões menos desenvolvidas e será melhor para o nosso Rio Grande do Sul. Nesse horizonte, creio que surge o esboço de uma pequena e tímida reforma tributária, que pretende inibir a guerra fiscal e implementar a redução das desigualdades regionais.

3-5-2013 – *Zero Hora*

Um grande passo ao encontro da juventude

Na histórica noite de 16 de abril, o Plenário do Senado Federal aprovou o Estatuto da Juventude (PLC 98/2011), que consolida e amplia significativamente os direitos dos brasileiros e das brasileiras de 15 a 29 anos.

NOVE ANOS PASSADOS DESDE que o projeto nasceu na Câmara dos Deputados, a matéria agora retorna àquela Casa para seus trâmites finais, e a expectativa é de que a Presidenta Dilma Rousseff possa sancionar o Estatuto da Juventude até julho deste ano.

Os últimos dez anos, de fato, foram um período rico em conquistas e avanços para a juventude brasileira. A iminente aprovação do Estatuto da Juventude representará um marco importantíssimo nesse processo, uma vez que ele pavimentará o caminho para todas as iniciativas dos anos vindouros.

O exame da trajetória do Estatuto na Câmara e no Senado, paralelamente ao registro de outras iniciativas voltadas para os direitos da juventude na última década, dará a noção dos esforços que vêm sendo feitos para que os jovens brasileiros tenham seus direitos garantidos e consolidados de uma forma que faça jus à importância

da juventude para a história e para o desenvolvimento presente e futuro do nosso Brasil.

O embrião do Estatuto da Juventude surgiu em maio de 2003, há exatos dez anos, quando foi instalada, na Câmara dos Deputados, a Comissão Especial da Juventude, encarregada de elaborar propostas de políticas públicas para os jovens brasileiros. Em novembro do ano seguinte, a comissão apresentou, como conclusão de seus trabalhos – que incluíram diversas audiências públicas, viagens de estudo ao exterior e encontros regionais na maioria dos estados brasileiros, importantes propostas, dentre as quais se destacam: a criação, pelo Poder Executivo, do Conselho Nacional da Juventude, da Secretaria Especial de Políticas de Juventude e do Instituto Brasileiro de Juventude; a realização, a cada dois anos, de Conferências Nacionais da Juventude; e, no âmbito das proposições legislativas, o projeto de lei que dispõe sobre o Estatuto da Juventude e a proposta de emenda à Constituição que inclui a expressão "jovem" na denominação do Capítulo VII e no artigo 227 da Carta Magna, reconhecendo o jovem como sujeito de direitos em nível constitucional.

As sugestões da Comissão Especial, no que se refere às providências de competência do Poder Executivo, coincidiram plenamente com as conclusões do Grupo Interministerial, composto por representantes de 19 ministérios, que se reuniu em 2004 para elaborar um programa de governo voltado para os jovens. Resultou dessa movimentação a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que

criou a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).

A SNJ, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, tem a responsabilidade de integrar e coordenar as políticas públicas e os programas de cooperação voltados para os jovens.

O Conjuve, por sua vez, propõe diretrizes para essas políticas e programas, realiza estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica do jovem brasileiro e promove intercâmbio entre as entidades juvenis nacionais e internacionais. É importante frisar que 40 dos 60 membros do Conselho são representantes da sociedade civil.

O Projovem, finalmente, tem como meta a reintegração dos jovens de 15 a 24 anos que não concluíram o ensino fundamental. Em 2007, o Projovem cresceu e se tornou o Projovem Integrado, que unificou o Projovem original a outros cinco programas. Atualmente, o Projovem Integrado se desdobra em quatro modalidades (Urbano, Campo, Trabalhador e Adolescente), que são executadas pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Também se realizaram, a partir das sugestões da Comissão, duas Conferências Nacionais da Juventude – a primeira em 2008 e a segunda em 2011 –, cujas recomendações conseguiram se materializar nas modificações que o Estatuto sofreu no Senado Federal, baseadas que são nos anseios de dezenas de entidades representativas da juventude que participaram de ambas as conferências.

As sugestões da Comissão Especial da Juventude, portanto, foram bem-sucedidas no âmbito do Poder Executivo. Felizmente, o mesmo também pode ser dito em relação às proposições legislativas que emanaram do relatório final da Comissão.

A sugestão de incluir o jovem como sujeito de direitos no art. 227 da Constituição veio ao encontro da PEC nº 138, de 2003 (no Senado Federal, PEC nº 42, de 2008), mais conhecida como PEC da Juventude. A proposta foi aprovada e gerou a Emenda Constitucional nº 65, de 2010, que renomeou o Capítulo VII da nossa Constituição para "Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso", incluindo o jovem como sujeito prioritário dos direitos elencados no art. 227 e estabelecendo, ainda, no parágrafo 8º do referido artigo, que uma lei futura estabeleceria o Estatuto da Juventude, destinado a regular o direito dos jovens.

O Estatuto da Juventude talvez seja a recomendação mais importante dentre as que foram feitas pela Comissão Especial da Juventude. O Estatuto é o marco fundamental dos direitos da juventude, a ferramenta a ser mais intensamente empregada, daqui em diante, tanto pelos jovens, na luta permanente por seus direitos, quanto pela SNJ, o Conjuve e os demais órgãos e entidades de Estado envolvidos na execução da Política Nacional de Juventude.

Sua trajetória até aqui foi fruto de muita discussão, com ampla participação da própria juventude e de todos os atores envolvidos nessa luta. Na Câmara, onde tramitou

por sete anos, o projeto do Estatuto foi objeto de vários seminários e audiências públicas e foi aprovado sob a relatoria da Deputada Manuela D'Ávila.

No Senado Federal, o projeto tramitou em duas comissões antes de ser aprovado no plenário: na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com relatoria do Senador Randolfe Rodrigues, e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com nossa relatoria.

A forma que o projeto tomou na CAS é fruto de uma ampla discussão com a juventude brasileira. Realizamos audiências públicas em que discutimos exaustivamente o projeto com representantes de cerca de 80 entidades de jovens de todo o País. Todos os líderes partidários da Casa acompanharam de perto o desenrolar das negociações.

Dessa forma, construímos na CAS um substitutivo de 48 artigos, que, ao mesmo tempo em que resguardava as conquistas obtidas nas fases anteriores da tramitação do Estatuto, ampliava ainda mais os direitos da juventude, aproximando ainda mais o projeto das expectativas dos jovens brasileiros. Destacamos a garantia de duas passagens gratuitas e duas com 50% de desconto para jovens de baixa renda, no transporte interestadual.

A legitimidade de que o projeto se revestiu foi confirmada quando ele foi a plenário, após a aprovação de um requerimento de urgência. O substitutivo da CAS, de nossa autoria, foi aprovado praticamente na íntegra, com apenas uma emenda aditiva, que reinseriu a limitação para meia-entrada que nós havíamos suprimido na Comissão. Aliás, o nosso posicionamento desde o iní-

cio das discussões foi pela meia-entrada para todos, sem estipular percentual.

O Estatuto da Juventude que se apresenta agora à análise da Câmara dos Deputados, portanto, em muito se aproxima das expectativas e dos desejos da juventude brasileira. Ele é o resultado de uma construção coletiva e conta com o respaldo das principais entidades representativas da juventude, que, aliás, foram exemplares em sua intensa participação ao longo de toda a tramitação do projeto.

Portanto, parabéns aos jovens brasileiros, que passarão em breve a contar com um marco jurídico que encara a juventude como uma questão de Estado, e não deste ou daquele governo; que amplia o conceito de juventude – não mais uma fase de incertezas entre a infância e o mundo adulto, mas uma categoria geracional sujeita de direitos específicos; que, por meio do Sistema Nacional da Juventude, integra as políticas de municípios, estados e União em um todo coeso e coordenado; que garante benefícios imediatos, como a meia-entrada e a meia-passagem, aos nossos jovens, sobretudo os carentes; e que, pela primeira vez no ordenamento jurídico brasileiro, aponta para um Brasil mais tolerante às diferentes orientações sexuais, ao garantir que os jovens usufruam essa liberdade em relação a suas opções em termos de sexualidade.

Nossa luta ainda não acabou. Agora, é preciso garantir que, na Câmara dos Deputados, o projeto não perca a legitimidade e o respaldo construídos no Senado Federal.

Nossos jovens são incansáveis na defesa dos seus direitos e continuarão lutando para garantir que o Estatuto da Juventude sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff dentro em breve corresponda aos anseios de todos os jovens do Brasil.

1º-5-2013 – Revista *Teoria e Debate*

Sobre a alienação parental (final)

TIVE A SATISFAÇÃO DE ATUAR como relator do projeto que deu origem à Lei Federal nº 12.318/10, da alienação parental, que considero importantíssima para o benefício das crianças e dos adolescentes no mundo atual.

Foi uma iniciativa louvável do Deputado Régis de Oliveira, autor do PLC nº 20/2010 (PL nº 4.053, de 2008, na origem). Sua ementa deixava bem nítido o propósito da futura norma, e vinha assim redigida: "Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069/1990". Considera-se alienação parental a interferência promovida por um dos genitores na formação psicológica da criança para que repudie o outro, bem como atos que causem prejuízos ao estabelecimento ou manutenção de vínculo com este.

Esse projeto veio para o Senado em março de 2010 e foi distribuído para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O relatório de minha responsabilidade foi aprovado na CDH em junho de 2010 e o de responsabilidade do Senador Pedro Simon foi aprovado na CCJ em julho. Foi uma tramitação bastante rápida no Senado Federal, com decisão terminativa nas comissões.

Como afirmei no meu relatório, a Lei "busca interferir no âmbito privado para proteger crianças e adolescentes de práticas autoritárias e tirânicas que, na tentativa indevida de enfraquecer laços afetivos, causam sérios prejuízos psicológicos", visto que "crianças e adolescentes compõem o segmento mais vulnerável no caso de conflitos familiares relacionados ao exercício parental".

Julgo importante trazer à tona, ainda, uma das conclusões de audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, que também consta do relatório por mim apresentado na oportunidade da votação na CDH: "A alienação parental, também chamada de implantação de falsas memórias, é forma de abuso emocional, que pode causar à criança ou ao adolescente sérios distúrbios psicológicos".

O afastamento das crianças ou as restrições desenvolvidas em relação à convivência a que têm direito os genitores certamente não deixa de causar danos emocionais e psicológicos aos filhos, muitas vezes de difícil solução.

A Lei nº 12.318/10 constituiu, sem dúvida, um grande avanço na adequação das regras de convivência para a sociedade atual.

Os filhos não têm culpa de os pais se verem incapazes de conviver por mais tempo, ou nos casos em que sequer chegaram a uma convivência mais estreita. Eles merecem usufruir do amor e da proximidade dos genitores, um amor que a própria natureza se encarrega de tornar presente reciprocamente em filhos e pais.

Todos os esforços para evitar a alienação parental são bem-vindos, em benefício de uma convivência mais saudável entre as pessoas, para que tenhamos um Brasil e um mundo melhores.

7-5-2013 – *Sul 21*

Desenvolvimento sustentável na ótica dos direitos humanos

Estou convencido que o Governo Federal, os governos estaduais, o Congresso Nacional e a sociedade civil devem articular, em parceria, o desenvolvimento do nosso País num sentido mais amplo e com base nos direitos humanos.

ENTENDO QUE O DESENVOLVIMENTO HUMANO DEVE ir além dos aspectos econômicos, pois ele está incorporado ao discurso humanista, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas. Essa noção de sustentabilidade tem que ser o centro do desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável tem a ver com o uso dos recursos materiais de que o ser humano dispõe. Por exemplo: a exploração do petróleo, que é um recurso limitado, tem que estar vinculada à preocupação com as desigualdades e com as gerações futuras. Esse é o cerne da questão.

O desenvolvimento precisa se aliar com o ambiente saudável, com a justiça, com a solidariedade, com políticas de inclusão e com o combate à pobreza. O desenvolvimento correto precisa ser construído social e politica-

mente. Sei que é uma tarefa difícil, mas creio que não é impossível.

É inadmissível, em pleno século XXI, que o nosso País ainda pense e atue na formatação e no gerenciamento de políticas governamentais baseadas em um modelo de desenvolvimento que degrada o meio ambiente. E, todos nós sabemos que, em muitos casos, cedendo ao *lobby* do poder econômico.

Do ponto de vista social e econômico, promover o desenvolvimento quer dizer combater a pobreza, que é um dos fatores limitantes mais decisivos para a atualização de nossas potencialidades e, portanto, é um dos obstáculos mais importantes para o exercício pleno dos direitos humanos.

A pobreza não é uma fatalidade imposta pela natureza, é algo que se constrói e se destrói. O objetivo, então, é o de buscar o desenvolvimento que elimine a pobreza e, portanto, ajude a atualizar os direitos humanos.

O desenvolvimento não sustentável não apenas deixa a pobreza intocada, mas agrava sua situação. São os mais pobres os que mais sofrem com a degradação ambiental. São eles que estão mais expostos aos perigos da poluição, vulneráveis às doenças causadas pelos danos ambientais.

Quando o crescimento econômico se dá sem a garantia dos direitos humanos, o que ocorre é que, muitas vezes, os mais pobres são ainda mais empurrados para as margens da vida social, fora do alcance de meios essenciais de subsistência e de bem-estar. Isso é uma realidade.

Quando pedimos um desenvolvimento sustentável na ótica dos direitos humanos não estamos exigindo apenas respeito ao meio ambiente, ingrediente definidor da sustentabilidade, mas estamos querendo também um desenvolvimento que implique maior justiça, mais igualdade e mais oportunidade.

Coloco também no debate um ponto fundamental: o democrático, da participação livre das pessoas, tanto como parte integrante do exercício pleno dos direitos humanos, quanto como ingrediente indispensável do desenvolvimento sustentável.

Liberdade de expressão, de associação, acesso à informação, participação cívica, tudo isso, para além da preservação ambiental, também tem a ver com desenvolvimento sustentável, na medida em que esse desenvolvimento incorpora o imperativo de que as pessoas devem participar ativamente das decisões que afetam diretamente suas vidas.

6-6-2013 – *Sul 21*

Escolas especiais: direito à escolha

EM TODAS AS OPORTUNIDADES QUE TENHO, FAÇO questão de reconhecer o trabalho que diversas entidades e organizações não governamentais realizam em favor da educação das pessoas com deficiência.

Sou daqueles que acreditam que, brevemente, todos os alunos com deficiência terão espaço e acesso em escolas regulares. Entretanto, obrigá-los a ter como única opção esse tipo de escola é algo que não condiz com a democracia e a escola cidadã que queremos. É preciso respeitar o direito das pessoas com deficiência de escolher "onde" estudar e com "quem" estudar.

As escolas especiais fazem parte da vida de muitas pessoas que por um longo tempo não encontraram acolhimento na escola regular, quando as únicas instituições que recebiam essas pessoas eram as filantrópicas ou especializadas. Atualmente, são mais de 2,5 mil Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) espalhadas pelo País e elas atendem mais de 250 mil alunos. Há também as Pestalozzi, Apada, Feneis.

É de parabenizar o ato realizado no início de agosto na capital gaúcha que reuniu pais, alunos, professores de escolas especiais e simpatizantes da causa que foram às ruas para mostrar toda a sua indignação, exigindo a manutenção das Apaes. Esse movimento já está se espa-

lhando pelo Brasil todo. A Comissão de Direitos Humanos do Senado recentemente realizou uma audiência pública sobre o assunto.

Pesquisas demonstram que a sociedade não deseja a extinção dessas escolas. Se as escolas especiais ainda são desejadas é, provavelmente, em razão de que lá as pessoas com deficiência encontram seus pares, são acolhidas, encontram equipe multidisciplinar, acessibilidade e professores qualificados.

Exclusão, para mim, é o que está acontecendo ao retirar a palavra "preferencialmente" da Meta Quatro do Plano Nacional de Educação. Isso significa que as pessoas com deficiência e seus responsáveis não terão mais o direito de escolher o tipo de escola e deverão "unicamente" ingressar no ensino regular, que, atualmente, não está preparado para receber esses alunos.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, proposta de nossa autoria, está prestes a ser aprovado pelo Congresso Nacional. A nossa intenção é assegurar a expressão "preferencialmente" no texto do art. 40, dando opção quanto ao tipo de escola que a pessoa com deficiência deseja frequentar.

Antes de se pretender que as escolas especiais sejam excluídas, é preciso ter clareza quanto ao lugar para onde será deslocado o público que hoje é atendido por elas. Defendo a possibilidade de uma inclusão real, que ultrapasse o plano da utopia.

20-8-2013 – *Zero Hora*

Eternamente Getúlio

Quando se quiser escrever a História do Brasil, queiram ou não, tem-se de molhar a pena no sangue do Rio Grande do Sul, e ainda hoje, quem quiser escrever e descrever o futuro do Brasil terá de molhar a pena no sangue do teu coração.

HÁ 59 ANOS SAÍA DA VIDA PARA adentrar os portais da eternidade o principal presidente de toda a nossa história republicana: Getúlio Dornelles Vargas. O estampido de um Colt calibre 32 desferido contra o próprio coração ecoou em todos os lares da Pátria brasileira.

Lembro que no dia 24 de agosto, em Caxias do Sul, por volta do meio-dia, eu e meus irmãos presenciamos uma cena que nos marcaria para sempre. O nosso velho pai chorava em cachoeira de lágrimas a perda do grande líder popular.

Getúlio foi deputado estadual, deputado federal, líder da bancada gaúcha na Câmara, ministro da Fazenda, governador do Rio Grande do Sul, chefe vitorioso da Revolução de 1930, senador da República e presidente eleito pelo voto direto em 1950.

Todos nós, que sonhamos e acreditamos que é possível termos um país com direitos e oportunidades iguais para todos, temos a obrigação de reavivar diariamente o legado deixado por Getúlio Vargas. Por sua decisão, foram criados a Petrobras, a Eletrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES), a CSN, a Companhia Vale do Rio Doce, o Ministério do Trabalho.

Com Vargas no poder, o País conheceu a Justiça do Trabalho, a Previdência Social, a Carteira de Trabalho, a CLT, o salário mínimo, as férias anuais, o descanso semanal remunerado e tantos outros benefícios. O crescimento econômico do País exigia trabalhadores capacitados, e Getúlio negociou com os empresários a criação do Senai e do Senac, destinados a formar mão de obra para a indústria e para o comércio. Nascia, assim, o ensino técnico profissionalizante.

Também são dessa época as primeiras universidades brasileiras dignas desse nome. Foi Vargas quem criou a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Porto Alegre (em 1934), a Universidade do Brasil (1937) e a PUC (1940).

Vargas lutou para que o Brasil se tornasse uma grande nação. Ele queria que o povo brasileiro fosse protagonista da sua própria história. Ele deu a sua vida em defesa da sua gente. Quem hoje daria o seu sangue pela pátria? Não há como negar que a célebre frase de Osvaldo Aranha continua mais viva do que nunca: "Getúlio. Quando se quiser escrever a História do Brasil, queiram ou não, tem-se de

molhar a pena no sangue do Rio Grande do Sul, e ainda hoje, quem quiser escrever e descrever o futuro do Brasil terá de molhar a pena no sangue do teu coração".

20-8-2013 – jornais do interior

Orçamento impositivo evita negociatas

ESTOU ANIMADO COM a ideia do Orçamento Impositivo (PEC nº 565/2006) aprovado pela Câmara. O texto, que precisa ser votado no Senado, obriga o Governo a executar os recursos do Orçamento Geral da União, de acordo com o que foi votado pelo Congresso. Atualmente, o Executivo detém a "tinta e a caneta" para liberar ou não o orçamento. E aí está um sério problema que há décadas colabora para deixar o Legislativo a reboque do Executivo, bem como também serve de barganha para os próprios parlamentares junto ao Governo Federal. Com o Orçamento Impositivo, estaremos fortalecendo o princípio constitucional de independência entre os poderes da República. O que é aprovado tem que ser cumprido, como é na maioria dos países. Isso está errado? Creio que não. Aliás, quero frisar que o orçamento não pode ser uma negociata entre compadres.

Cada senador e cada deputado tem direito a indicar até R$15 milhões em emendas individuais anualmente. Particularmente, eu divido esse valor entre todos os municípios gaúchos, independentemente de greis partidárias e ideologias. É uma forma de respeito ao meu Estado e à minha gente. Defendo que 50% do montante sejam aplicados na saúde. Importante destacar que o Impositivo vai garantir o que foi aprovado, fortalecendo os muni-

cípios que hoje sobrevivem com parcos recursos, com orçamentos apertadíssimos, quase no fundo do poço. É claro que não é a salvação da lavoura, mas ajuda muito. Já estou percebendo que há vontade dos senadores e das lideranças para que o texto seja aprovado o quanto antes no Senado. Em sendo aprovado e transformado em lei, não vamos aceitar manobras como vetos ou coisas parecidas para o seu não cumprimento. Para finalizar, lembro que o Impositivo vai ao encontro de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 23/2005) de minha autoria, que institui o Orçamento Participativo. O Participativo dá oportunidade para a população escolher quais as suas prioridades: saúde, educação, segurança, habitação...

3-9-2013 – *Jornal do Comércio*

25 anos da Constituição

NOS PRIMEIROS MESES DA Assembleia Nacional Constituinte, o Luiz Inácio Lula da Silva, o Olívio Dutra e eu dividíamos um apartamento funcional da Câmara dos Deputados na chamada Asa Norte do Plano Piloto de Brasília.

Em nossas longas conversas, muitas vezes colocávamos na roda o que disse o Dr. Ulysses Guimarães ao abrir os trabalhos da nova assembleia: "Essa será a Constituição cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social. O povo nos mandou fazer a Constituição, não ter medo. Viva a vida que ela vai defender e semear".

Foi assim que o Dr. Ulysses, no dia 2 de fevereiro de 1987, anteviu o que seria a nova Constituição brasileira. No meu entendimento, uma verdadeira aquarela social que daria um novo horizonte para o País. Mesmo que ainda hoje falte a regulamentação de vários artigos, ela continua sendo a mais avançada de todas.

Lembro que a primeira vez que subi à tribuna foi para pedir o fim do voto secreto em todas as instâncias do Congresso Nacional, por considerá-lo característico dos regimes antidemocráticos. Vinte e cinco anos depois, continuo com a mesma posição, sendo autor da PEC nº

20/2013, que acaba com o voto secreto na Câmara e no Senado.

Estávamos tão sedentos por mudanças que muitas vezes deixamos de lado questões partidárias e fomos a fundo buscar os melhores encaminhamentos. Exemplo é a posição tomada pelo Deputado Jarbas Passarinho, que, a meu pedido, votou e defendeu da tribuna o direito de greve.

O Deputado Alceni Guerra foi incansável na defesa da licença-paternidade. Certa vez ele foi ridicularizado enquanto discursava e, no final da explanação, o plenário veio abaixo com assobios e aplausos. A concessão desse benefício foi uma inovação, já que antes nenhuma Constituição brasileira tratou do assunto.

Tive uma participação direta no Capítulo dos Direitos Sociais (arts. 6 a 11), no qual foram discutidos o salário mínimo e os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade; no Capítulo da Previdência Social (arts. 201 e 202); dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41); e no Capítulo da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso (arts. 226 a 230)

Antes da promulgação do texto constitucional, fiz uma avaliação dos avanços e retrocessos dos trabalhos desenvolvidos. Os compromissos assumidos em praça pública foram parcialmente resgatados.

Pela primeira vez na história republicana do País, tivemos uma autêntica representação de trabalhadores numa Assembleia Constituinte. Graças a essa participação,

tivemos alguns avanços, principalmente no que diz respeito aos direitos sociais: jornada de trabalho semanal de 44 horas; direito a greve; estabilidade dos dirigentes sindicais; aviso prévio acrescido e proporcional; adicional de férias; a não prescrição dos direitos trabalhistas para o trabalhador rural e urbano; turno de seis horas; licença-gestante; licença-paternidade; igualdade de direitos entre os trabalhadores rurais e urbanos; remuneração integral da aposentadoria.

É claro que tivemos algumas proposições que não foram alcançadas, como a reforma agrária, a jornada de trabalho de 40 horas semanais e a aposentadoria integral aos 30 anos de serviço.

Muitas pessoas acreditam que o PT não assinou a Constituição. Isso não é verdadeiro. O partido reconheceu, votou e assinou a Carta de 1988. Creio que poderíamos ter avançado mais, mas isso faz parte dos embates políticos e do fortalecimento da nossa democracia.

No dia em que assinei, o fiz ao lado de meu filho Jean Cristian. Hoje ele está com 37 anos de idade e se orgulha ao abrir a Constituição brasileira e ler o meu nome lá. A foto que tiramos até hoje continua na cabeceira de sua cama.

4-10-2013 – *PT no Senado*

Libertem Ana Paula Maciel

HÁ TRÊS SEMANAS, TENHO ASSISTIDO, COM aflição, uma notícia que vem se repetindo nas TVs e nos jornais. Ana Paula Maciel, uma jovem, bióloga, brasileira e gaúcha de 31 anos está presa a milhares de quilômetros daqui, na cidade de Murmansk, no noroeste da Rússia.

Ana Paula foi para a cadeia com outros 29 colegas – de diferentes países – depois de um protesto pacífico que fizeram contra a exploração de petróleo no Ártico. Eles tentaram escalar e abrir uma mensagem numa plataforma de petróleo da empresa russa Gazprom, para chamar atenção sobre os altos riscos que essa operação significa não só para a região, mas para o Planeta.

Eles acabaram atrás das grades, indiciados por pirataria, e desde então estão sem contato com seus familiares. Se condenados, estão destinados a ficar até 15 anos sem liberdade, sob uma acusação que foi desmentida até pelo Presidente da Rússia, Vladimir Putin. Num Fórum sobre o Ártico, no dia 25 de setembro, ele comentou publicamente sobre a ação: "É absolutamente evidente que eles não são piratas", ele disse.

Isso fica ainda mais evidente quando se pesquisa um pouco sobre o histórico da brasileira Ana Paula. Formada em Biologia pela Universidade Luterana do Brasil

(ULBRA), em Canoas, no Rio Grande do Sul, a gaúcha tem, desde criança, uma preocupação fora do comum com os animais e com a natureza em geral.

Há anos, ela abriu mão de sua rotina em Porto Alegre para ganhar o mundo em ousadas missões ambientais. Entre uma viagem e outra, se reveza em projetos de defesa do meio ambiente de diferentes organizações. No Greenpeace, já fez inúmeras viagens com cientistas e já participou de outros protestos pacíficos como este que a botou na cadeia.

Em uma carta, a mãe de Ana, Dona Rosangela Maciel, vem lembrar porque sua filha está atrás das grades: "Se hoje ela está injustamente presa a milhares de quilômetros de casa, o motivo é um só: ela dá a cara a tapa por uma causa que é de todos nós".

Ana Paula não é a única, e o que ela fez tampouco é novidade. Em todas as épocas de nossa história, houve brasileiros que fizeram sua cota de sacrifício pela coletividade. Invariavelmente, acabaram criticados, presos e, em alguns casos, até torturados.

Hoje, temos à frente do nosso País uma dessas pessoas. Nossa Presidenta, Dilma Rousseff, também lutou pelo que acreditava ser um bem comum. Também acabou presa. E também manteve de pé seus sonhos, seus ideais.

O jornal *Brasil Econômico* publicou uma foto de Ana Paula na cadeia e a comparou com a famosa foto de Dilma em sua época de prisioneira política. Ambas ostentavam uma postura altiva, destemida, aparentemente inaba-

lável. Ambas lutavam por um mundo melhor. Ambas lutavam pela liberdade de poder lutar por um mundo melhor. Porque é isso que está em jogo.

Recentemente, assistimos mobilizações populares em vários cantos do mundo, inclusive no Brasil, numa mostra de que ideais não morrem. Pelo contrário, continuam muito vivos.

A prisão de Ana Paula e dos outros jovens ativistas é mais uma tentativa de calar esse ímpeto – saudável e necessário – de mudar para melhor o mundo em que vivemos.

Precisamos de mais Anas Paulas, não de menos. É responsabilidade do Estado brasileiro garantir que essas vozes não serão abafadas.

Tenho certeza que um governo liderado por uma guerreira que sentiu na pele o que Ana Paula está sentindo não vai se calar diante dos fatos.

Portanto, deixo aqui meu apelo à Presidenta Dilma Rousseff, minha conterrânea e conterrânea de Ana Paula, que interceda junto ao governo russo para que devolva ao Brasil, ao Rio Grande do Sul e à Dona Rosangela essa filha de quem devemos nos orgulhar.

Porque lutar pacificamente por um meio ambiente saudável não é de se condenar. É de se aplaudir.

10-10-2013 – *Sul 21*

Palavras aos jovens

VAI, LEVANTA A TUA MÃO PARA defender o teu País, a nossa gente. Pisa firme neste solo e caminha em direção aos teus sonhos. Acompanha o som dos ventos e luta por justiça e pão… Este é o teu destino.

Não importam os meios… a velha bandeira desbotada, o panfleto na mão, ou as palavras na boca, soltas, ou unidas, qual um coletivo de pássaros batendo asas e ajuntando cantos pelas redes sociais.

O que fizeres hoje será luz no futuro. Os caminhos que caminhas, as setas que apontas, as tuas inquietações, as tuas insônias, podes crer: estão incomodando muita gente que detém o poder em nosso País.

Um dia eu também fui jovem. E hoje, com os meus cabelos brancos, continuo mais jovem do que nunca, pois é o espírito que determina tal condição e demarca a vida que queremos.

Sou jovem porque acredito no Brasil. Sou jovem porque acredito nas diferentes cores das nossas mãos, porque respeito nossas diferenças. Sou jovem porque quero mudanças e não aceito o que está errado.

Enfim, no final das contas, somos todos jovens. Por quê? Porque a liga que nos une, que mexe com os nossos senti-

mentos é a fonte de uma riqueza maior, raiz de uma força superior que nos chama para a luta: a indignação.

Jamais deixes adormecer a indignação que guardas no teu peito. Pois é assim que as pedras são cortadas e lapidadas. É assim que as vitórias são alcançadas. E é assim que nós escolhemos o sol que irá nos acordar.

13-10-2013 – www.senadorpaim.com.br

Dívida dos estados: buscando uma solução

A CÂMARA APROVOU PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE trata de questões tributárias e dos critérios da indexação dos contratos da dívida dos estados e municípios com a União. Agora, o projeto vai ser apreciado pelo Senado Federal. As dívidas contraídas pelos entes federados serão corrigidas pelo IPCA acrescido de uma taxa de 4% nominal ou pela taxa Selic, o que for menor. Essa fórmula não é a melhor proposta, mas traz mudanças significativas para o nosso querido Rio Grande do Sul. Especialmente porque o contrato da dívida limita o valor da parcela em 13% da receita, gerando um resíduo que se acumulava periodicamente. Se a medida for confirmada pelos senadores, o Rio Grande do Sul passará, a longo prazo, a não acumular mais esses resíduos, reduzindo assim o saldo devedor. Além do que, sobre esse resíduo já acumulado, passará a incidir o novo índice, e não o IGP-DI mais 6%, que transformava a dívida gaúcha numa trajetória ascendente e impagável.

Segundo projeções realizadas por especialistas, em 2028, os resíduos cairão ao montante de 50%, o que corresponderá a uma economia para o Rio Grande do Sul de R$16,7 bilhões, ou seja, caindo pela metade. Apesar de não ter passado a proposta que previa a redução do índice de comprometimento da receita de 13% para 11%, podemos

dizer, sem sombra de dúvidas, que a proposta é boa e tira do sufoco muitos estados e municípios.

Com a redução desse índice, diminuiríamos também o montante comprometido com as prestações da dívida, podendo ampliar a capacidade de investimentos no Estado. Em relação ao valor principal, chamado estoque, nada muda, a expectativa é de que seja quitado em 15 anos. Hoje, o valor que o Rio Grande do Sul deve de principal é R$21,5 bi, acrescido de R$20,5 bi em relação aos resíduos. O projeto se torna relevante à medida que renegocia dívidas dos estados que ultrapassam os R$400 bi e dos municípios que superam os R$68 bi. A proposta que os senadores têm a responsabilidade de votar nos próximos dias não é a "salvação da lavoura", mas é um grande passo em direção ao resgate do espírito republicano que tanto sonhamos.

1º-11-2013 – *Jornal do Comércio*

Fator previdenciário: um ponto final

Essa fórmula retira, no ato da aposentadoria, 50% do salário da mulher e 45% do salário do homem. Uma crueldade, uma maldade, uma afronta a quem trabalhou e ajudou no desenvolvimento do nosso País.

COMO SERIA bom ouvir os presidenciáveis comprometendo-se com o fim do fator previdenciário e com o reajuste real das aposentadorias e pensões. E, mais do que isso, depois de eleitos, cumprindo a palavra. Ou, quem sabe, a Presidenta Dilma Rousseff anunciando ainda em 2013 que não há mais o fator no País.

No ano de 2008, após longa discussão que se iniciou em 2003, aprovamos no Senado, por unanimidade, o fim do fator previdenciário. É claro que fizemos, junto com os movimentos sociais, uma enorme pressão. Quem não se lembra das vigílias que adentraram as madrugadas com transmissão ao vivo pela TV Senado?

O projeto, desde então, está na Câmara esperando votação dos deputados. Infelizmente, lá se vão quase cinco anos. Seria fundamental que a sociedade, que cada cidadão, fizesse pressão junto ao seu deputado para que se vote de uma vez essa fórmula que eu considero a maior

inimiga dos trabalhadores brasileiros. O cidadão tem toda a legitimidade para fazer isso, as redes sociais estão aí.

O fator previdenciário, criado no ano de 1999, no Governo Fernando Henrique Cardoso, atinge o trabalhador celetista da ativa, ou seja, aquele que contribui para o INSS. Essa fórmula retira, no ato da aposentadoria, 50% do salário da mulher e 45% do salário do homem. Uma crueldade, uma maldade, uma afronta a quem trabalhou e ajudou no desenvolvimento do nosso País.

Outra coisa: nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o teto é de R$30 mil, a aposentadoria é integral e não existe fator previdenciário. Por que, então, no Regime Geral da Previdência (RGPS), no qual o teto é de R$4.159,00, o fator é aplicado? Como se explica uma coisa dessas?

Já a alegação de que não existem recursos para promover o fim do fator não procede, pois a cada ano milhões de reais saem oficialmente dos cofres da Seguridade Social para serem aplicados em outros fins. Vários estudos comprovam isso. Um deles é o da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Nos últimos 15 anos, foram mais de R$100 bilhões.

As centrais sindicais realizaram manifestações dia 12 de outubro. "O Brasil contra o fator previdenciário" mobilizou as principais capitais. Também entraram na pauta: valorização das aposentadorias e pensões, redução da jornada sem redução salarial, combate à terceirização, correção da tabela de Imposto de Renda, entre outros.

Decididamente, essa história precisa de um ponto final. Já passou da hora de a Câmara e o Governo Federal pararem com essa lenga-lenga, esse empurra pra lá, empurra pra cá. Se for preciso, o "Brasil contra o fator previdenciário" chegará às urnas.

18-11-2013 – *O Globo*

Congresso, mostra tua cara!

A PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 76/2013, QUE acaba com as votações secretas para apreciação de vetos presidenciais e cassação de mandatos, foi uma grande vitória que vai contribuir para o aprimoramento da democracia brasileira. É claro que a nossa luta não terminou. Buscamos o voto aberto em todas as situações.

Há que se destacar, em todo esse processo, que as manifestações de junho deste ano foram fundamentais para o "cerco" aos parlamentares. Das ruas ecoaram gritos exigindo tal medida: urgente, necessária, legítima e democrática. Nós sempre dissemos que só com muita pressão é que as coisas acontecem no Brasil.

Com total certeza, estamos decretando o fim da prática do avestruz, que enfia a cabeça no buraco. Acabou a malandragem dos parlamentares que dizem uma coisa perante a opinião pública e seus eleitores e depois fazem outra, valendo-se de estarem resguardados pelo voto secreto. Exemplo disso é a apreciação de vetos presidenciais.

Aliás, não podemos esquecer que o parlamentar recebe uma procuração, lavrada nas urnas, da população para ser seu legítimo representante. Há uma cumplicidade, entre eleitos e eleitores, que fundamentalmente não deve,

de jeito algum, contemplar a ocultação de opiniões e decisões.

Em nosso livro de memórias *O Rufar dos Tambores,* contamos como foi o nosso primeiro discurso de Constituinte. No dia 22 de fevereiro de 1987, subimos à tribuna para pedir o fim do voto secreto em todas as instâncias do Congresso Nacional e, logo em seguida, apresentamos proposta de emenda à Constituição com esse teor.

Em toda essa caminhada, tivemos boas lutas, e outras, nem tanto. Mas a certeza que temos é a do dever cumprido. Pior do que errar é permanecer de braços cruzados. Deitamos à noite e dormimos tranquilos, pois sabemos que estamos ajudando a aprimorar a jovem democracia brasileira.

Se o que nos move é a luta contra o vazio, a carência, a ausência, é a firmeza contra as más políticas, temos o dever de ficar alertas e vigilantes no voto aberto dos parlamentares. Por isso é fundamental que a população cobre a aprovação de projetos de seu interesse.

O reajuste real das aposentadorias e o fim do fator previdenciário foram aprovados em 2008, no Senado. Esses projetos estão, até hoje, na Câmara, esperando votação. Por que não são votados? Quais são as razões? Façamos pressão. Que cada deputado assuma o seu voto, no discurso e na prática. E isso vale também para os senadores.

Como disse o Poeta Cazuza: "Brasil, mostra tua cara!". E nós acrescentamos: Congresso, mostra tua cara e assume tuas responsabilidades!

2-12-2013 – *Jornal do Brasil e Zero Hora*

Meu coração chora

Nós não podemos mais vê-lo, mas de certa forma ele está entre nós. No ar que respiramos, no sol que queima nossa pele, na chuva, nas estrelas, no vento que agita a copa das árvores.

PERDEMOS MANDELA. O mundo silencia. Procuramos respostas e não encontramos. As perguntas, dúvidas, angústias, os porquês estão por todos os lados, em cada gesto, em cada olhar. Tentamos, de todas as formas, encontrar uma explicação para algo que não está em nossas mãos... Não compete a nós o sim ou o não.

O homem não aceita perder o convívio com seus entes queridos, com seus amados e amadas: ele se rebela. Mostra todo o seu egoísmo. Talvez porque não entenda que a vida aqui na terra é uma passagem e que cada um de nós tem uma missão.

A missão de Nelson Mandela foi a de cultivar um grande jardim, com flores, plantas e árvores cheinhas de frutos... regá-lo diariamente, sem desejar algo em troca. Podá-lo o necessário para abrir novos caminhos. Sua missão foi de cuidar, acarinhar, fazer o despertar das consciências.

Um jardim em que os homens sejam iguais entre os seus iguais. Em que a liberdade cante suas cantigas de ninar. Em que o beijo resgate a essência das relações humanas. Em que o abraço conviva lado a lado com as pessoas, com suas diferenças, etnias, levando fé, respeito e esperança para o Planeta que nos acolhe.

Esse foi Nelson Mandela – um africano de todas as cores e sabedoria. Um homem que teve a feliz missão de cultivar um grande jardim. Um líder na concepção da palavra.

Em todas as épocas da História, no seio de todos os grupamentos humanos, a figura dos líderes é cultuada e reverenciada.

O papel do líder é objeto de reconhecimento e admiração coletivos, quando aponta os melhores caminhos para alcançar os objetivos pretendidos, quando inspira os companheiros nos momentos mais difíceis, mostrando, com seu exemplo, que apenas com desprendimento, persistência e muito esforço se consegue superar os obstáculos no percurso.

Desde os tempos das narrativas bíblicas, contudo, os líderes que chegam a alcançar dimensão mítica, convertendo-se em referência para seus povos, tendo seus nomes gravados de forma na História, são aqueles que conduzem seus liderados ao longo das mais perigosas travessias, aqueles que demonstram visão, capacidade e força suficientes para encontrar o caminho que leva da escravidão à liberdade, da opressão a uma vida digna.

Mandela. Nós não podemos mais vê-lo, mas de certa forma ele está entre nós. No ar que respiramos, no sol que queima nossa pele, na chuva, nas estrelas, no vento que agita a copa das árvores.

Ele está no choro das crianças que passam fome. Está no grito dos discriminados, dos excluídos, dos injustiçados. Mandela é água para quem tem sede de liberdade.

Viva, Nelson Mandela! Sua vida, sua conduta... exemplos para a humanidade.

9-12-2013 – *Jornal do Brasil e Sul 21*

Vidas perdidas e racismo

MAIS QUE OPORTUNA A CRIAÇÃO DE uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a irrefreável violência contra os jovens negros no Brasil. As razões que a justificam se sustentam nas graves e sucessivas denúncias encerradas em pesquisas nacionalmente divulgadas. Trata-se da constatação de que a violência praticada neste País envolve e vitimiza de maneira devastadora a população negra quando comparada com brasileiros de outras raças.

Tal iniciativa, no âmbito do Senado Federal, expõe o compromisso inalienável da Casa com problemas que assolam nosso País desde sempre. A divulgação do *Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil* reforça, uma vez mais, a certeza de que algo institucionalmente transformador deve ser urgentemente implementado. Daí a apropriada decisão de se formalizar finalmente a criação da CPI sobre a matéria.

Vale recordar que, em recente audiência pública realizada no Senado, declarações contundentes relatavam como jovens negros desprovidos de documentos tornam-se costumeiramente alvo mais fácil para policiais direcionados pelos estereótipos. Estatísticas confirmam tais condutas. Não por acaso, de acordo com o *Mapa da*

Violência 2013, de cada dez jovens assassinados, oito são afrodescendentes.

O fato de fazer parte dessa específica população implica pertencer a um grupo de risco em termos de violência, inclusive de assassinatos derivados de abordagens policiais. Em que pesem os efeitos animadores contidos nas ações afirmativas e nas políticas sociais racialmente compensatórias, houve significativa desconsideração com o fator violência sobre a juventude negra.

Em verdade, o relatório evidencia que, dos 467,7 mil homicídios contabilizados entre 2002 e 2010, 307,6 mil, ou seja, aproximadamente 70% foram de pessoas negras. No balanço geral, enquanto houve uma tendência de redução de homicídios de brancos em 26,4%, houve o aumento de homicídios de pessoas negras de 30,6%. Isso se observa na população em geral, mas principalmente nos jovens. Segundo o mesmo *Mapa*, no ano de 2010, morreram, vítimas de disparo de arma de fogo, 10.428 brancos e 26.049 negros. Utilizando os dados do Censo de 2010, podemos verificar que as taxas resultantes foram 11,5 óbitos para cada 100 mil brancos e 26,8 óbitos para cada 100 mil negros.

Portanto, fica patente que, proporcionalmente, morrem vítimas de arma de fogo 133% mais negros que brancos. Por um lado, Alagoas, Paraíba, Espírito Santo e Pernambuco são as unidades que lideram as maiores taxas de óbito negro do País decorrente de armas de fogo. Aliás, com relação aos níveis de vitimização de negros por armas de fogo, existem unidades da Federação, como

Alagoas e Paraíba, nas quais essa relação chega a ser de 1.700%.

Em outras palavras, para cada branco vítima de arma de fogo, nesses Estados, morrem mais de 18 negros. Na mesma linha de avaliação, o relatório da Anistia Internacional intitulado *O Estado dos Direitos Humanos no Mundo* atesta que, apesar da melhora na situação socioeconômica do Brasil, a incidência de crimes violentos continua alta entre nós. De acordo com o documento, os jovens negros são, de forma desproporcional, as principais vítimas, principalmente nas regiões Nordeste e Norte.

Segundo o diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, Átila Roque, o País vive uma situação de quase extermínio de uma parcela da população. Na visão do pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz – responsável pela elaboração do *Mapa da Violência 2013* –, no Brasil ainda vigora um mecanismo de "culpabilização" da vítima, o que incentiva a tolerância à violência contra grupos mais vulneráveis, fazendo com que o Estado não tome medidas para solucionar muitos desses casos.

Por isso mesmo, para reverter tal situação, temos que efetivar, enfim, determinadas medidas institucionais urgentes, no meio das quais a realização desta CPI se destaca como irrevogável. Faz-se mister, então, analisar os fatores que tornam os jovens afrodescendentes mais vulneráveis à violência, considerando aqui a necessidade de aprofundar políticas de inclusão e ações afirmativas para uma melhor distribuição de oportunidades.

12-1-2014 – *PT no Senado*

Mais pressão popular...

O Estatuto do Idoso, lei federal originária de projeto de nossa autoria, completou no final de 2013 uma década em vigor.

A LEI OBRIGA a família, a sociedade e o Poder Público a assegurar ao idoso o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade e à dignidade. A legislação prevê o acesso à Justiça, criminaliza o abandono, a discriminação e outras formas de violência e maus tratos contra as pessoas acima de 60 anos.

Entre as principais conquistas, destacam-se: transporte público gratuito, atendimento preferencial em bancos, hospitais e órgãos públicos, meia-entrada em atividades culturais e de lazer, estacionamento especial para idosos e o benefício da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): concessão de um salário mínimo mensal para os idosos acima de 65 anos que não possuam meios para prover sua subsistência, e tampouco de tê-la provida por sua família.

Muitos especialistas consideram o Estatuto uma das mais importantes peças da legislação brasileira. O nosso País possui cerca de 25 milhões de pessoas com mais de

60 anos, ou 12,6% da população. Em 2011 essa taxa era de 12,1% e, em 2002, 9,3%. As mulheres somam quase 14 milhões. Portanto, o Estatuto vai ao encontro dessa faixa de cidadãos que estão cada vez mais presentes na sociedade brasileira.

Embora as políticas públicas para essa faixa da população tenham avançado, precisamos de maior pressão popular para que a aplicação do Estatuto aconteça em sua totalidade e para que novos direitos sejam alcançados: política de valorização dos benefícios das aposentadorias e pensões, recuperação das perdas salariais, desaposentadoria e o fim do fator previdenciário.

Sobre violência, há um dado estarrecedor: 90% das agressões contra o idoso vêm de dentro da própria família. O agressor, que se aproveita da renda do idoso, da sua aposentadoria, muitas vezes é o neto, o genro, o filho. E isso é muito difícil de enfrentar. Até porque depende de uma reeducação familiar, para que a atual população de jovens entenda que será a população idosa de amanhã. Daí a importância de as escolas estudarem o Estatuto do Idoso.

A Advogada e Professora Anna Toledo afirma, em seus textos, que "envelhecer é uma conquista e se o Estado e a sociedade investem na pessoa idosa, estará sedimentando o seu próprio futuro, pois envelhecer sem qualidade de vida e sem saúde é semear a ausência do cidadão com mais de 60 anos".

6-3-2014 – jornais do interior

Aerus: questão de justiça

RECENTEMENTE, O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que a União tem que indenizar a Varig pelas perdas financeiras provocadas pelo congelamento de passagens aéreas entre os anos 1985 e 1992.

A conta estimada pela AGU (Advocacia-Geral da União) é de R$3 bilhões. Mas, segundo os credores, a dívida ultrapassa R$6 bilhões. Parte do dinheiro será usada para quitar dívidas trabalhistas e pendências com aposentados e pensionistas do fundo de previdência Aerus.

Acompanho o caso desde o início – 1993. Espero que não ocorra protelação no pagamento. É uma questão de justiça. Os aposentados e pensionistas, com idade média de 75 anos, não podem mais esperar. Foram anos de sofrimento, sacrifício, lágrimas, vigílias, protestos, caminhadas e reuniões com o governo.

A grande maioria da família Aerus (15 mil diretos; 40 mil indiretos) recebe somente 8% do que deveria receber. Muitos já morreram: segundo o Sindicato Nacional dos Aeronautas, mais de 850.

Já dizia o Poeta Fernando Pessoa que "Tudo vale a pena, se a alma não é pequena". Eu acrescento: Toda causa é justa quando nasce do coração, quando é verdadeira.

A causa do Aerus é justíssima, não pelo valor financeiro, mas pelo valor da alma, dos cabelos brancos, das mãos calejadas, dos olhos tristes que insistem em não se fechar, do caminhar lento, mas sempre buscando no protesto, na indignação, a verdade, a justiça, os direitos sonegados.

Os heróis do Aerus não se rendem. São exemplos para todos nós. Essa luta será contada de geração em geração. Vocês sabem fazer o bom combate, com a paciência e a sabedoria dos mestres e a fúria dos tigres.

13-3-2014 – www.senadorpaim.com.br

Pessoas com deficiência: sim à Lei de Cotas

O BRASIL PRECISA ACORDAR PARA uma realidade: a exclusão das pessoas com deficiência do mercado de trabalho. Desde que a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91, art. 93) foi criada, há mais de 20 anos, determinando a contratação de 2% a 5% de pessoas com deficiência pelas empresas com mais de 100 empregados, sua aplicação enfrenta fortes resistências, devido ao preconceito vigente em nossos dias. Parte do setor empresarial coloca uma série de dificuldades para contratar. Alegam, entre outras coisas, que é difícil encontrar profissionais qualificados. Com essa justificativa, avaliam, de modo precipitado, que a saída é "flexibilizar" a chamada Lei de Cotas. Nós entendemos que essa não é a solução. Entendemos, por exemplo, que a questão não será resolvida oferecendo às empresas a possibilidade de patrocínio ao atletismo paraolímpico como substitutivo à contratação desse segmento da população.

Por outro lado, há empresas que, com boa vontade, criatividade e senso de responsabilidade social, estão enfrentando esse desafio. É o caso de algumas metalúrgicas de Osasco que, segundo o *blog* i.Social, ultrapassam a porcentagem exigida na lei. Em 2012, de cada cinco empresas que cumpriam a lei, uma resistia ao seu cumprimento. Já em 2013, essa resistência é de uma para cada 13 empresas.

Na cidade gaúcha de Caxias do Sul, temos exemplos de metalúrgicas que, além de cumprirem a lei, oferecem cursos de qualificação dentro das próprias empresas e se preocupam com a acessibilidade em seus espaços. Há programas que incluem a conscientização dos funcionários para o acolhimento dos profissionais com deficiência.

O Legislativo também está dando sua contribuição. Fui relator do PLS nº 621/2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata (PSB – BA), que visa a destinar 10% de vagas para pessoas com deficiência em cursos de qualificação financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O projeto foi aprovado no Senado e, atualmente, tramita na Câmara dos Deputados.

A nossa lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho é reconhecida internacionalmente como uma das peças jurídicas mais avançadas do mundo, o que nos leva a pensar: é a lei que precisa ser modificada... ou seriam as consciências?

18-3-2014 – *Jornal do Brasil* e *Jornal do Comércio*

Ensino técnico no Brasil: uma revolução silenciosa

As coisas boas que são feitas em nosso País, salvo raras exceções, não recebem o reconhecimento necessário. No máximo lhes são dados pequenos espaços nos veículos de comunicação. Porém, estamos aos poucos rompendo esse "muro" por meio das redes sociais e da internet.

VEJAMOS O CASO DO ensino técnico. Até 2003, contava-se praticamente nos dedos o número de escolas profissionalizantes. Os recursos disponibilizados pelo governo eram escassos e, na sua grande maioria, muito mal utilizados. Para um país que se dizia em vias de desenvolvimento, era um fiasco total.

A situação muda a partir da entrada do PT no Governo Federal. Uns podem até discordar desta minha afirmação, mas a realidade e os números mostram que houve, sim, e continua ocorrendo, uma verdadeira revolução silenciosa nesta parte da educação.

Num período de 90 anos nós tivemos apenas 100 escolas técnicas. Nos últimos 11 anos, esse número passa a crescer visivelmente e alcançamos o total de mais de 400 escolas federais de educação profissional, *campi* dos ins-

titutos federais de educação, ciência e tecnologia. Só na rede federal o Governo já investiu mais de R$1 bilhão.

Foram repassados também R$1,5 bilhão a 23 estados pelo programa Brasil Profissionalizado. Os recursos estão sendo usados na construção de 176 escolas técnicas estaduais e na reforma ou ampliação de outras 543.

Outra ação em andamento foi o acordo de gratuidade com as entidades que compõem o Sistema S – Senai, Senac, Sesi e Sesc. Já foram geradas mais de 350 mil matrículas gratuitas nas escolas do Senac e do Senai nos últimos anos.

Importante destacar que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) tem como meta atender oito milhões de brasileiros até 2014 mediante cursos técnicos e de qualificação profissional, além de bolsas e financiamento estudantil.

No campo Legislativo dedico atenção especial para o ensino técnico. A minha experiência teve início nos anos 60, quando fiz o curso de ferramenteiro no Senai. Logo depois, atuando no sindicalismo como presidente dos Metalúrgicos (Canoas), incorporei essa luta em minhas ações.

Na Constituinte de 1988, levei o debate para as comissões temáticas. À época, dizia eu: Se queremos colocar o nosso País nos trilhos do desenvolvimento, não podemos abrir mão do ensino técnico profissionalizante. Essa minha fala é atualíssima.

Temos uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 24/2005) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (FUNDEP). A ideia é que o Fundep receba 2% da arrecadação dos impostos sobre a renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além de 3% da arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

O Fundep é uma proposta ousada, cuja intenção é triplicar o número de matrículas em cursos profissionais de nível médio e expandir significativamente os cursos de menor duração, destinados à formação continuada de trabalhadores.

É claro que precisamos fazer muito mais. Cada um de nós tem um pouquinho de responsabilidade em manter essa "revolução" viva e comprometida com a nossa gente e o nosso País, pois, como me disse um cidadão, "o fácil fizemos ontem, o difícil realizamos hoje, e o impossível alcançaremos amanhã".

3-4-2014 – *Brasil 247*

Gritos que pedem respostas

A democracia acontece não somente na hora do voto. Ela precisa ser uma relação reinventada entre o eleitor e os eleitos todos os dias.

O SENADO POSSUI UM importante instrumento para a melhoria dos mandatos parlamentares: o Alô Senado, uma espécie de ouvidoria, para a qual as pessoas enviam as suas críticas e sugestões. No entanto ainda estamos muito longe de utilizar todo o seu potencial. Refiro-me tanto aos cidadãos, quanto aos próprios senadores.

Recebo cerca de mil mensagens, pelo Alô Senado, mensalmente. Um número, segundo a coordenadoria do serviço, extraordinário. Isso sem contar as mensagens enviadas diretamente via correio eletrônico (paulopaim@senador.leg.br), Twitter (@paulopaim) e Facebook (senadorpaulo.paim.5), que totalizam cerca de quatro mil mensagens por mês.

Os principais temas abordados são as marcas do meu mandato: aposentadorias e pensões, fator previdenciário, salário mínimo, previdência social, redução da jornada de trabalho, discriminações, questões referentes aos direitos dos trabalhadores, idosos, juventude, negros, pessoas com deficiência, entre outros.

Respeitar o cidadão e responder aos seus questionamentos, inclusive suas críticas, foi um fator decisivo para que outras pautas, que não estavam diretamente ligadas ao mandato, fossem incluídas. O cidadão se sentiu confiante para trazer outras questões, como, por exemplo, pesquisas científicas e tecnológicas.

Dezenas dessas mensagens transformaram-se em projetos de lei, audiências públicas, artigos de opinião, notas à imprensa, mensagens nas redes sociais, pronunciamentos, audiências em ministérios, enfim, em reflexões importantes para a construção da relação entre eleito e eleitores.

Sou de origem simples e vim do movimento estudantil dos anos 1960 e do sindical dos anos 1970 e início dos anos 1980. Foi uma bela experiência, mas os anos me ensinaram que precisamos renovar todos os dias nossa sensibilidade. Esse amadurecimento nos leva a novas leituras da política e da realidade.

As questões que envolvem a vida das pessoas foram mudando. As pessoas choram, riem, passam fome, têm dificuldades, e isso traz a convicção de que a política precisa ser humana, solidária. Cada projeto ou iniciativa influencia diretamente a vida dessas pessoas, os seus sentimentos e a forma como escrevem suas histórias.

Os agentes políticos ainda não entenderam a importância desse canal de comunicação. Não compreenderam que as ouvidorias, como o Alô Senado, são canais de ligação, pontes, elos entre o cidadão e os seus eleitos. Os

cidadãos querem participar do processo, não querem ser meros coadjuvantes.

Se bem utilizadas, as demandas recebidas pelas ouvidorias são fundamentais para a elaboração de políticas públicas. É aí que está o "x" da questão: precisamos assumir essas demandas, analisá-las com muita atenção, discutindo sua viabilidade e todas as possibilidades que elas nos trazem, para que sejam utilizadas em planos de governos, em mandatos parlamentares, na própria agenda do Congresso Nacional.

Os gritos das caminhadas de junho do ano passado ainda estão ecoando. Será que nós entendemos os recados das ruas? Estamos dando o efetivo retorno? A democracia acontece não somente na hora do voto. Ela precisa ser uma relação reinventada entre o eleitor e os eleitos todos os dias.

28-4-2914 – *Brasil 247*

Seguridade Social é superavitária

HÁ MAIS DE VINTE ANOS, VENHO batendo na mesma tecla: a Seguridade Social é superavitária. Todos os anos, ela arrecada mais do que gasta. Mas há, obviamente, interesses que insistem em exalar pelos quatro ventos que ela está quebrada. Se o trem andasse nos trilhos, com certeza os aposentados e pensionistas teriam reajustes justos e o famigerado fator previdenciário já teria sido aniquilado.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP) lançará em breve um estudo, relativo a 2013, que trata das contas da Seguridade. Ele é baseado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e é certeiro em relação ao assunto: não há *deficit*. Pelo contrário, o *superavit* será de R$80 bilhões. Desde 2009, o *superavit* tem ficado em torno de R$50 bi. Em 2012, foi de R$78 bi; em 2011, de R$77 bi; em 2010, de R$56 bi.

Sempre digo que ainda estamos pagando a conta do "gosto de levar vantagem em tudo". Malandramente, os operadores do "*deficit*" levam em conta apenas a arrecadação do Regime Geral da Previdência (RGPS) e as despesas com benefícios. Esquecem, intencionalmente, que a Previdência integra a Seguridade, juntamente com Saúde e Assistência Social.

Para esse conjunto da Seguridade, há financiamento próprio, conforme a Constituição de 1988, por meio de impostos e taxas, como a Cofins e a CSLL, entre outros, tendo como base o Orçamento da União.

Ainda conforme a Anfip, os resultados da Seguridade poderiam ser ainda bem melhores, se não fosse a sonegação e a inadimplência. A sonegação foi de R$15 bi no ano de 2013, R$13,6 bi em 2012 e R$13,1 bi em 2011. Ainda segundo a Anfip, esses números podem ser até dez vezes maiores. Há ainda a inadimplência: R$34,9 bilhões.

A quem interessa a mentira do "rombo" nas contas da Seguridade? A quem interessa o desgaste da imagem da Previdência? Interesses? Por que o Congresso fica postergando a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC nº 24/2003) que determina que o dinheiro da Seguridade não pode ser desviado para outros fins? Diante de tudo isso, acredito em um caminho: a mobilização das ruas.

28-4-2014 – *Zero Hora*

Carga tributária e sonegação fiscal (1ª parte)

PARA ALCANÇAR O LOUVÁVEL OBJETIVO DE diminuir a carga tributária e combater a sonegação fiscal, precisamos intensificar os mecanismos de monitoramento e identificar os ralos pelos quais fluem imensas somas de dinheiro público.

Recente estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que o somatório de impostos e tributos pagos pelos brasileiros é o segundo da América Latina: 36,3% do PIB, somente superado pela Argentina.

Trata-se de uma problemática difícil de ser debelada, pois se encontra fortemente enraizada, inclusive por garantias constitucionais para a prestação de serviços pelo Estado na área social.

Poucos países com economias de porte similar, realizam gastos sociais tão volumosos e diversificados como o Brasil – basta trazer à memória a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), a universalização da educação básica e os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Porém, resta a certeza de que as empresas pagam muito, e o cidadão, mais ainda.

Além de pagarmos muito, a estrutura tributária é complexa, confusa e mediada por uma intrincada rede de interesses da União e dos entes federados, o que contribui para engessar a capacidade produtiva e reduzir a competitividade nacional.

Por outro lado, convivemos com níveis de sonegação fiscal alarmantes.

Parte do problema tributário brasileiro poderia encontrar sua solução no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle da sonegação fiscal, o que evitaria muitos casos de corrupção.

O "Sonegômetro", a exemplo do "Impostômetro", é uma ferramenta virtual criada para mostrar os prejuízos que o Brasil tem com a sonegação.

Segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ), criador da ferramenta, a sonegação no Brasil é vinte vezes maior do que o valor gasto com o Programa Bolsa Família, o maior programa de distribuição de renda do mundo.

Uma avaliação do *site* Congresso em Foco, a partir de dados do Sinprofaz, indica que a sonegação de impostos "rouba 1/4 de tudo aquilo que o brasileiro paga todos os anos para os governos". É uma cifra que ultrapassa a casa dos 415 bilhões de reais.

Os economistas recomendam maior critério no gasto público, com objetivo de conter e reduzir, gradativamente, a carga tributária.

Ora, eis uma tarefa que, sendo necessária, é extremamente difícil de realizar, pois o Brasil destina cerca de 20% do PIB para a área social, o que atinge cerca de 60% da carga tributária do País.

Nesse contexto, há pouco espaço para manobras – e não há dúvida de que devemos lutar pela melhoria do aparato arrecadatório e também por um sistema tributário mais justo, de desenho progressivo e transparente.

De acordo com o Sinprofaz, a sonegação atrapalha de forma considerável a redução de impostos. Caso ela fosse eliminada, ou fortemente diminuída, poderíamos reduzir em até 28,4% os impostos pagos pelos cidadãos.

Para alcançar o louvável objetivo de diminuir a carga tributária e combater a sonegação fiscal, precisamos intensificar os mecanismos de monitoramento e identificar os ralos pelos quais fluem imensas somas de dinheiro público.

O presidente do Sinprofaz, Heráclio Camargo, diz não entender, por exemplo, o porquê de se permitir a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de empresas localizadas nos chamados "paraísos fiscais".

Com isso, tais empresas podem ser donas de hotéis, restaurantes ou outros negócios de fachada aparentemente lícitos, mas que servem, ao cabo, para lavar dinheiro.

Camargo assinala a necessidade de haver maior rigidez e celeridade na cobrança dos valores inscritos na dívida ativa da União, que hoje está no patamar de 1,4 trilhão de reais.

Ainda segundo Camargo, a elevada tributação indireta possui um viés cruel: "Quem não consegue fugir desse imposto alto são os mais pobres e a classe média, que pagam alta tributação no consumo, nos serviços e nos produtos, no supermercado, na papelaria".

2-6-2014 – *Brasil 247*

Sim, um outro sistema prisional é possível (1ª parte)

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO É hoje claramente inadequado e não atende aos objetivos de punir e de ressocializar.

Segundo relatório de 2009 da ONG Human Rights Watch (HRW), as prisões no Brasil estão em condições desumanas. São locais de tortura física e psicológica, violência, superlotação, péssimas condições sanitárias e de ventilação, má alimentação, abandono material e intelectual, proliferação de doenças nas celas, maus-tratos, ociosidade, assistência médica precária, pouca oferta de trabalho e analfabetismo.

Como se não bastasse, há situações esdrúxulas, como mulheres presas junto com homens ou homens presos em contêineres, bem como desproporcionalidade na aplicação de penas e prisões cautelares sem motivação adequada e por mais tempo que o previsto.

O quadro desenhado pela HRW em 2009 é o mesmo que foi pintado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, que visitou, entre os dias 18 e 28 de março deste ano, várias instalações prisionais no Brasil, incluindo-se, aí, prisões, delegacias, centros de detenção e instituições psiquiátricas, em Campo Grande, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

A prisão é uma das várias formas que o direito penal estabelece como punição a condutas consideradas incompatíveis com a vida em sociedade. A prisão é destinada para aqueles indivíduos que agiram mais gravemente, causando danos consideráveis aos seus semelhantes, tornando necessário que sejam isolados do convívio social.

A perda de liberdade é pena terrível, seja por um dia, seja por um mês, seja por um ano, seja, quem sabe, por 30 anos. Mas a prisão foi criada como instituição modernizadora em razão dos ideais iluministas dos séculos XVIII e XIX. Basta lembrar que, antes do conceito moderno de prisão, vigoravam, por exemplo, penas como banimento, degredo, submissão a suplícios corporais, mutilações, bem como a possibilidade de penas serem passadas de pai para filhos e outros elementos claramente desumanos.

A obra literária *Os miseráveis,* do escritor francês Victor Hugo, é representativa dessa realidade e mostra os horrores da pena de galés, ou seja, trabalho forçado.

A pena de prisão, pois, veio como um progresso, uma forma de concretizar as ideias do Iluminismo, como a crença no progresso, na razão e na possibilidade de recuperação e melhora do indivíduo.

A pena de prisão, portanto, não representava apenas a punição, mas a sugestão da possibilidade de que os infratores poderiam ser reeducados e recuperados para o convívio social sadio.

É inegável que em determinadas situações não existem alternativas: é preciso punir com a pena de prisão. A

questão é que justiça é outra coisa, pois, lembrando o título de um livro de autoria de Simon Wiesenthal, "Justiça não é vingança".

Justiça exige que o Estado saiba se comportar e saiba tratar de maneira adequada os cidadãos que se encontram sob sua custódia. Essa, aliás, é a base do Estado constitucional, o qual estabelece limites claros para as ações estatais. O Estado não pode tudo.

O Estado deve se restringir aos limites que lhe são impostos por uma sociedade democrática e que estão estabelecidos em um texto constitucional.

Em nosso caso, o Estado deve, sobretudo, se ater àquilo que está na Carta de 1988, cujo tijolo fundamental, sobre o qual se estruturam todos os outros, é o princípio da dignidade da pessoa humana. Desrespeitado esse princípio, a democracia se desfaz no ar.

O jurista brasileiro George Marmelstein, em seu *Curso de direitos fundamentais,* estabelece que a dignidade da pessoa humana se manifesta pelo respeito à autonomia da vontade, pelo respeito à integridade física e moral, pela não "coisificação" do ser humano e pela garantia do chamado "mínimo existencial".

Infelizmente, a dignidade da pessoa humana é algo escasso nas prisões brasileiras, a despeito das garantias prescritas tanto na Constituição, quanto na legislação penal.

Como observa o jurista Walter Maierovitch, "na nossa lei de execução penal está escrito, entre tantos dispositivos,

(…) ter o preso direito às assistências material, educacional, social, à saúde, jurídica e religiosa, além do apoio ao egresso do sistema, até para evitar a recidiva (…) quanto às celas, está estabelecido que sejam individuais, com seis metros quadrados de área mínima, salubridade do ambiente por meio de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana".

Além disso, o próprio texto constitucional, no art. 5º, assegura aos presos o respeito à integridade física e moral, além de vedar a prisão perpétua e as penas de trabalhos forçados, de banimento ou que sejam cruéis.

A realidade não condiz com o disposto em nossas leis. Os números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram a existência de 514 mil presos e de apenas 306 mil vagas, ou seja, um sistema carcerário superlotado e com presos vivendo em condições degradantes.

Por outro lado, esse número superior a 500 mil encarcerados não significa que a polícia seja eficiente. Pelo contrário.

O professor Neemias Moretti Prudente, em artigo publicado na *Revista do Ministério Público Militar* de novembro de 2011, aponta que "o índice de punição de crimes é inferior a 10%" e, "se a polícia fosse mais eficiente, o Poder Público não teria onde colocar tantos presos, e a superlotação seria maior".

Neemias informa que quase 60 mil pessoas se encontram encarceradas em delegacias, pois as peniteciárias e os

cadeiões não comportam e não dispõem de infraestrutura adequada.

Ele acrescenta, ainda, uma interessante informação a respeito do perfil do preso brasileiro: "a população carcerária brasileira compõem-se de 93,4% de homens e 6,6% de mulheres".

Em geral, são jovens com idade entre 18 e 29 anos, afrodescendentes, com baixa escolaridade, sem profissão definida, baixa renda, muitos filhos e mães solteiras (no caso das mulheres). Em geral, praticam mais crimes contra o patrimônio (70%) e tráfico de entorpecentes (22%). A média das penas é de quatro anos.

Essas condições, é claro, não são exclusividade de uma ou duas unidades da Federação. As más condições prisionais se repetem em praticamente todos os estados e no Distrito Federal.

15-6-2014 – *Sul 21*

Carga tributária e sonegação fiscal (final)

UM PROCEDIMENTO EFICAZ PARA combater a sonegação fiscal é fortalecer as carreiras da Procuradoria da Fazenda Nacional. Na atualidade, há nada mais, nada menos do que 300 vagas em aberto somente para o cargo de procurador.

A esse respeito, como membro da Frente Parlamentar Mista de Combate à Pirataria, à Sonegação Fiscal e Proteção à Propriedade Intelectual, tenho me posicionado no sentido de valorizar as carreiras de controle interno e externo, os auditores e os procuradores.

Ao longo de minha vida política, sempre defendi um Estado mais eficiente quanto à fiscalização, com uma carga tributária menor e menos complexa, a fim de potencializar nossos setores produtivos e, ao mesmo tempo, expandir as conquistas sociais.

O nível de fiscalização é inversamente proporcional ao grau de corrupção enfrentado por determinado país. Segundo dados da Transparência Internacional, o Brasil auferiu 43 pontos no Índice de Percepção da Corrupção 2012, atingindo a 69ª posição em um *ranking* composto por 176 países.

A Dinamarca, um dos líderes do levantamento, possui 100 auditores por 100.000 habitantes, ao passo que o Bra-

sil tem apenas oito profissionais para o mesmo contingente populacional.

É preciso tomar consciência de que precisamos de um grande número de auditores e procuradores, profissionais selecionados por concurso público e de grande competência técnica.

Rogo ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e à Advocacia-Geral da União para que, em seu âmbito próprio de atuação, não poupem esforços para viabilizar o preenchimento dos 300 cargos em aberto na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Tive a oportunidade de mencionar os elos entre sonegação fiscal e corrupção.

Penso que a aprovação da Lei nº 12.846, chamada Lei Anticorrupção Empresarial, representa um avanço para o País, e responde a clamor popular por mais lisura no mundo empresarial e em suas relações com o setor público.

A lei entrou em vigor em janeiro e prevê sanções que podem ser aplicadas tanto na esfera administrativa quanto na judicial, seja por autoridades do Poder Executivo, seja por autoridades do Judiciário.

A nova legislação estipula multas de até 60 milhões de reais a empresas corruptoras, dentre outras medidas, incluindo a possível suspensão de atividades.

Para o Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção, uma das Secretarias da Controladoria-Geral da

União, Sérgio Seabra, a lei é importante por permitir a responsabilização de quem corrompe, em um país em que, historicamente, a punição sempre recaiu sobre servidores públicos cooptados.

Com a chamada responsabilização objetiva, as empresas se veem na contingência de contratar melhor e manter um código de conduta rígido e em consonância com o sistema legal vigente.

A Lei nº 12.846, denominada Anticorrupção Empresarial, é uma inovação que pode resultar em um cenário benigno.

Nas palavras do Secretário Sérgio Seabra, "as empresas que ainda não tratam do assunto com a devida atenção vão perceber que é muito melhor investir em ética e integridade do que apostar na impunidade, em um modelo de negócio arcaico".

Espero que muitas modificações estejam por vir, e que tenhamos uma rápida e firme melhoria no ambiente de negócios em nosso País, motivada por códigos de conduta interna e externa das organizações privadas, em sua relação com o setor público.

Tais mudanças podem minorar o *quantum* de corrupção existente, apoiadas em um necessário aparato de fiscalização governamental.

Com isso, é possível sonhar com a tão ansiada redução da carga tributária.

18-6-2014 – *Brasil 247*

Sim, um outro sistema prisional é possível (final)

SEGUNDO ARTIGO DE autoria de Fábio Duarte Fernandes, os dados coletados no Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, demonstram que a população carcerária, em sua grande maioria, é composta de presos pobres, com poucos recursos pessoais, suscetíveis às influências do momento e vulneráveis às ações arbitrárias e violentas.

Embora sejam pouco agressivos, acabam sendo cooptados pelas lideranças do crime organizado. Essas circunstâncias demonstram que o método de concentração de apenados em grandes complexos penitenciários e unidades prisionais como o Carandiru (já desativado em São Paulo), Frei Caneca, Central de Porto Alegre e Bangu no Rio de Janeiro é obsoleto e oneroso para os parcos recursos disponíveis para manutenção, custeio e investimentos no setor.

Enfim, o sistema prisional brasileiro é caótico, ultrapassado, ineficiente. É, sobretudo, injusto e comprovadamente incapaz de recuperar o apenado, haja vista que a taxa de reincidência é de aproximadamente 70%, segundo dados do CNJ.

É possível um outro sistema prisional? Sim, porque o atual sistema carcerário no Brasil está completamente

falido. Eu acredito, ou melhor, tenho a mais firme convicção de que um outro sistema prisional é possível.

ALGUMAS SUGESTÕES

Uma solução é evitar que as pessoas precisem ir para a cadeia. Isso é o que aponta o texto do professor Neemias. Segundo ele, "uma solução adotada em alguns países, como o Reino Unido, é reservar as prisões somente para os criminosos considerados perigosos, que oferecem risco à sociedade, como o homicida ou quem comete crime sexual. Amplia-se, assim, a utilização de penas e medidas alternativas (à prisão), com acompanhamento (e fiscalização) dos condenados pelo Estado e pela sociedade. Com certeza, as possibilidades de recuperação de quem cometeu um delito considerado leve ou médio são comprovadamente muito maiores quando o condenado não cumpre sua pena em regime fechado. Além disso, as chances de a pessoa reincidir são menores – em torno de 12%".

Então, a primeira estratégia é diminuir o número de pessoas enviadas para os presídios. Isso, aliás, é o que foi apontado pela CPI do Sistema Carcerário, conduzida pela Câmara dos Deputados em 2009.

Em seu relatório final, a CPI apontou que a concretização das penas alternativas ainda está emperrada porque "o Poder Judiciário não tem uma cultura de confiança nas penas alternativas. Seja pela inexistência de sistemas adequados de fiscalização, ou de casas de albergados,

ou mesmo de acompanhamento dos resultados dessas penas, muito poucos juízes as utilizam".

A CPI ainda apontou a necessidade de criação de núcleos ou centrais destinados ao monitoramento e à fiscalização da execução das penas e medidas alternativas, com uma estrutura mínima, interdisciplinar, com a participação de psicólogos e assistentes sociais, ainda que, segundo informações apuradas, somente 10% das comarcas mantenham um controle do cumprimento de penas alternativas. Nos outros 90% dos casos, a aplicação das penas alternativas foge ao controle do Estado.

A segunda estratégia passa pelo incremento da Justiça Reparativa, que consiste em reparar os danos eventualmente causados a uma pessoa em vez de punir o responsável pelo dano.

Isso não estigmatizaria o autor do delito, mas garantiria que a vítima fosse devidamente reparada no dano que sofreu.

A terceira estratégia consiste em responsabilizar o Poder Público pelo não cumprimento daquilo que for determinado pelas regras de execução penal.

A quarta estratégia passa por mudanças no sistema penal, de modo a, por exemplo, reduzir o número de tipos penais, buscando racionalizar o sistema penal.

A quinta estratégia visa a racionalizar e modernizar o sistema processual penal, garantindo, por exemplo, a aplicação mais consistente do princípio da insignificância, o que permitiria ao Estado se concentrar na punição

dos crimes mais graves ou, ainda, buscar mais consistentemente os meios de assegurar a transação penal e a suspensão condicional do processo em razão do cumprimento de penas alternativas.

A sexta estratégia é melhorar a assistência jurídica aos mais pobres, ampliando a possibilidade de o preso ter efetivamente fiscalizado o cumprimento da pena, o que evitaria a situação tão comum de encontrarmos pessoas que remanescem nos presídios por mais tempo do que o determinado em sentença condenatória.

A sétima estratégia diz respeito ao investimento em meios tecnológicos, caso das tornozeleiras eletrônicas, cujo uso deve se tornar ainda mais frequente.

A oitava estratégia, por fim, trata do investimento em parcerias público-privadas. Parece bastante razoável imaginar que os presos por infrações leves cumpram pena em presídios administrados pela iniciativa privada.

Há algumas experiências em andamento no Brasil, caso de Estados como Ceará, Minas Gerais e Santa Catarina. Aí, é possível imaginar um sistema que não se reduza ao mero encarceramento, mas que proporcione ao preso que cometeu crimes mais leves a possibilidade de receber educação formal ou treinamento profissional que o habilite a levar uma vida digna quando estiver de volta ao pleno convívio social.

Enfim, a situação dos presídios brasileiros é gravíssima. É um ambiente nocivo, na medida em que não recu-

pera o preso, mas o transforma em um criminoso mais perigoso.

A segurança pública, ensina o jurista Walter Maierovich, é um tripé que compreende: polícia, Justiça e sistema prisional. Se não atentarmos para esse último, a segurança pública se transforma em uma miragem.

Por fim, lembro-me de uma reflexão do grande líder sul-africano Nelson Mandela. Segundo ele, "se quiseres conhecer a situação socioeconômica do país, visite os porões de seus presídios".

Tal pensamento diz muito a respeito de nós brasileiros e do quanto falta para que o Brasil se torne, enfim, um país justo e igualitário.

24-6-2014 – *Sul 21*

Planeta Terra: a nossa casa

A CADA DIA MAIS E mais pessoas se mostram interessadas nos temas ecologia e meio ambiente. Aos poucos estamos criando uma consciência de discussão sobre os rumos de nosso planeta, e o que estamos fazendo e podemos fazer para a preservação de suas condições vitais.

A preocupação com o meio ambiente é algo recente na história humana. Até meados do século passado, muito pouco se falava ou estudava sobre os impactos da ação humana – principalmente de sua atividade produtiva – no meio natural que nos cerca.

Foi apenas no final do século XIX que surgiu a disciplina denominada "Ecologia", termo originado das palavras gregas *oêkos,* que quer dizer casa, e *logos,* que significa estudo.

A nossa casa é onde vivemos e exercitamos essa experiência monumental chamada vida. É justamente a partir desse sentimento – de que o planeta Terra é realmente a nossa casa – que devemos fortalecer a absoluta necessidade de cuidar dela, protegê-la e respeitá-la.

Quem aqui gostaria de chegar em seu domicílio e encontrá-lo sujo, com manchas escuras nas paredes, com o ar-condicionado quebrado e apresentando graves problemas de manutenção?

É com esse espírito – com a preocupação de quem está reformando e cuidando de sua própria casa – que devemos avaliar todas as graves questões ecológicas contemporâneas, cujas consequências catastróficas podem ser maiores do que imaginamos.

Constatados os danos ambientais que produzimos ao longo dos tempos, notadamente desde a revolução industrial, finalmente a humanidade acordou para os desatinos que eram cometidos em nome da atividade econômica e em detrimento das condições de nossa casa.

A grande catástrofe ambiental que envolveu um petroleiro inglês na década de 1960, deixando na costa britânica uma grande mancha de mais de 300 quilômetros, foi o grande alerta de que o mundo precisava de freios, de uma reflexão sobre como estávamos tratando os meios naturais de que dispomos.

Em 1972, foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, na Suécia. Começavam ali os esforços internacionais para uma governança global sobre o meio ambiente e o clima, tendo inclusive criado a efeméride que hoje celebramos e debatemos.

Foram necessárias mais duas décadas para que esse debate crescesse e ganhasse força na agenda mundial, culminando com a realização da Eco 92, no Rio de Janeiro, cujos resultados e discussões pavimentaram o caminho para os acordos ambientais que viriam a surgir.

Não foi por acaso que naquele momento sediamos a mais importante conferência mundial sobre o meio ambiente.

Afirmávamos, ali, a condição de protagonista e potência ambiental global, assumindo um papel de relevo que iria se consolidar, ainda mais, nas décadas vindouras.

As esperanças de uma grande concertação mundial sobre o meio ambiente e seus impactos, então, alcançaram expressão máxima com o Protocolo de Kyoto, em 1997. Naquele momento, mesmo com os Estados Unidos sem assiná-lo, o mundo desenvolvido reconhecia, por meio do tratado, a necessidade imperiosa de monitorar e diminuir significativamente suas emissões de gases poluentes.

Ao mesmo tempo, reconhecia-se também o direito das nações emergentes ao desenvolvimento sustentável, estabelecendo uma política de compensação e troca dos compromissos de controle ambiental.

Desde então, o debate se consolidou nos grandes fóruns internacionais, embora os inquestionáveis avanços tenham sido acompanhados de alguns fracassos e retrocessos.

O fato é que, mesmo com o ceticismo de uma minoria de cientistas e pesquisadores – que apregoam a incapacidade humana de alterar o rumo das chamadas mudanças climáticas –, a humanidade não pode correr o risco de pagar para ver e apostar em um fatalismo que esconde as nossas responsabilidades.

Recentemente um grupo de cientistas que monitora o derretimento das geleiras da Antártida sinalizou, por meio de projeções, que a situação pode ser pior do que

imaginávamos, talvez sem possibilidade de retorno futuro. Isso significa que centenas de trilhões de toneladas de gelo desaparecerão nos oceanos, causando uma elevação de até um metro no nível dos mares. Trata-se de um alerta da mais alta gravidade.

É necessário que o mundo inteiro tome consciência dessa situação absolutamente alarmante, e que possamos agir com mais força e de maneira decisiva na questão climática, conjugando esforços para o seu enfrentamento.

Nosso País nunca se furtou ao debate franco e direto sobre o tema, assim como ao compromisso de levar adiante, sem qualquer tergiversação, as metas estabelecidas pelos acordos internacionais. Nossa principal fonte de emissão, o desmatamento, já apresenta uma queda de mais de 80% em relação aos índices coletados em 2004.

No que tange aos gases de efeito estufa, já atingimos 62% da meta estabelecida para redução, tendo como referência os níveis apresentados em 1990. Dessa maneira, o Brasil não somente reafirma a sua adesão ao ambientalismo, mas mostra ao mundo um modelo possível e autônomo de desenvolvimento, cuja matriz se baseia na sustentabilidade e na consciência ambiental.

O Brasil está mostrando que é plenamente possível aliar crescimento, distribuição de renda e proteção ao meio ambiente, combinando inovação, competitividade e redução da desigualdade.

O fato é que de pouco vale o crescimento econômico bruto de um país se esse não for para todos e em condi-

ções sustentáveis, sob pena desses recursos gerados não serem aproveitados como deveriam.

É claro que ainda temos de avançar muito na questão ambiental em nosso País, mas a sua força e o seu resultado já se mostram de maneira inequívoca.

25-6-2014 – *Brasil 247*

Sim ao voto facultativo

Dar ao cidadão brasileiro a liberdade plena de escolha é fundamental.

O VOTO, NO BRASIL, SEMPRE FOI obrigatório, desde a sua instituição pela Constituição outorgada de 1824. A obrigatoriedade foi confirmada, posteriormente, pelo Código Eleitoral de 1932 e pela Constituição de 1934.

A Constituição atual consagra a obrigatoriedade do alistamento eleitoral e do comparecimento às urnas para os maiores de 18 anos e os torna facultativos para os analfabetos e aqueles entre 16 e 18 anos e acima de 70 anos. Mas essa já não é mais uma situação pacífica entre nós e, por isso mesmo, mudanças talvez sejam necessárias na lei.

O assunto foi trazido às ruas pelos manifestantes de junho de 2013 – refiro-me, é claro, aos legítimos! – e, com isso, ganhou, de novo, espaço na agenda nacional. Pesquisas realizadas desde 2010 mostram que vem aumentando a parcela da população que deseja que o voto não seja mais obrigatório.

Em dezembro de 2012, o DataSenado e a Agência Senado realizaram enquete no *site* do Senado para saber a opinião de internautas sobre uma das 23 proposições que tramitam no Congresso para instituir o voto facultativo

a partir dos 16 anos, a PEC nº 55, de 2012. Dos 2.542 internautas que participaram, 85% foram favoráveis à mudança da Constituição.

A população brasileira vem se convencendo ao longo do tempo de que o voto facultativo é melhor que o obrigatório. Começamos a perceber o que a grande maioria dos países já entendeu.

Segundo a Agência Central de Inteligência dos EUA, dos 236 lugares do mundo onde há eleições, em apenas 24 o voto é obrigatório. Desses 24, só quatro – Áustria, Bélgica, Chile e Cingapura – estão incluídos entre os chamados países desenvolvidos, de acordo com o critério do Índice de Desenvolvimento Humano.

Os argumentos a favor do voto facultativo são muitos. O primeiro deles é que o voto é um direito do cidadão, não um dever.

A verdadeira democracia somente se constrói a partir do desejo sincero de participação dos cidadãos, como ensina Alexis de Tocqueville, em seu clássico *Democracia na América*. Desse modo, o processo eleitoral se tornará mais qualificado. Só votarão os eleitores que estiverem conscientes de sua escolha, de acordo com David Fleischer, professor emérito de Ciência Política da Universidade de Brasília.

O Ministro Marco Aurélio Mello, que deixou recentemente a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, disse, ao sair daquela Corte, que é hora de avançarmos e pensarmos no voto facultativo, deixando de tratar os cida-

dãos brasileiros como tutelados. A mudança também mudará o comportamento da classe política, estimulando-a a ter um desempenho à altura, para que o eleitor se sinta motivado a votar.

Além disso, a busca de votos seria diferente, o esforço dos candidatos se daria no atacado, e não no varejo, reduzindo-se a chance da compra de votos ou do voto de "cabresto".

Penso que está na hora de acabarmos com a ilusão de que o voto obrigatório pode gerar cidadãos politicamente evoluídos. Esta é uma grande falácia. Não há outro caminho pelo qual isso possa ser buscado que não a educação formal de qualidade.

A questão da legitimidade que o voto obrigatório conferiria às eleições é outra falácia. Uma massa de eleitores desinformados, que vende seu voto porque é obrigado a votar, também diminui a legitimidade do sistema, e de uma forma muito mais nefasta. Isso sem contar com o fato de que não comparecer às urnas também é uma forma de se expressar.

A decisão de votar deve ser do eleitor. E tanto mais ele se engajará quanto mais acirrada for a disputa e quanto mais ele perceber que o resultado das eleições influenciará sua vida negativa ou positivamente.

Se precisamos de uma reforma política urgente, este pode e deve ser um primeiro passo importantíssimo. A democracia é regime que se aperfeiçoa a cada dia. Dar

ao cidadão brasileiro a liberdade plena de escolha é fundamental.

Deve ser dele, e somente dele, a decisão sobre o que fazer com o seu direito de escolha e de manifestação política.

29-7-2014 – *O Globo, Brasil 247 e Sul 21*

Aposentadoria especial para pescadores: reparando uma injustiça

Assim são esses homens e mulheres, pescadores e pescadoras do nosso País, que com afinco vêm, há anos, lutando por melhores condições de vida.

O SENADO APROVOU PROPOSTA DE nossa autoria que concede aposentadoria especial e salário defeso a pescadores e trabalhadores de atividades afins a partir dos 25 anos de contribuição previdenciária. O relator foi o Senador Benedito Lira. O projeto assegura a contagem como tempo de contribuição do período de defeso, em que a pesca fica suspensa para garantia da reprodução das espécies. O projeto será encaminhado à Câmara dos Deputados.

É muito importante que toda a categoria se mantenha mobilizada e atue fortemente junto aos seus deputados, aos partidos, para que a proposta seja encaminhada logo, de uma vez, para votação. Somente com pressão, e elas são legítimas, o benefício será alcançado.

A sociedade brasileira também tem a sua pontinha de responsabilidade em todo esse processo de reparar uma injustiça a esses milhares de profissionais. Aliás, o peixe

já é um dos pratos mais consumidos pelos brasileiros, mas é como diz o dito popular: peixe não cai do céu.

O Brasil possui um extraordinário potencial para a produção de pescado. Temos a maior reserva de água doce do planeta, com mais de oito mil km³, e um litoral com 7,4 mil km de extensão. O mundo tem os seus olhos voltados para a Amazônia, por essa e outras razões.

A nossa indústria deu um salto nos últimos dez anos. Passamos de 850 mil toneladas para 2,5 milhões de toneladas. Estamos muito distantes dos grandes produtores mundiais, mas o fato, por si só, merece ser relatado, pois estamos no caminho certo, com políticas de incentivo sendo aprimoradas ano a ano. Também, estamos dando um fabuloso passo no reconhecimento dos direitos dos trabalhadores do setor da pesca.

Como o pescador Santiago, personagem de *O Velho e o Mar,* de Hemingway, que sempre cumpriu suas tarefas com gosto, alma e paixão, e fez dessas suas escolhas de vida a certeza do amanhã, para alcançar os seus objetivos, assim são esses homens e mulheres, pescadores e pescadoras do nosso País, que com afinco vem, há anos, lutando por melhores condições de vida.

11-8-2014 – www.senadorpaim.com.br

Artigo dedicado ao Sr. Manoel Xavier de Maria – Presidente do Sitrapesca/SC.

Pelo fim do fator previdenciário

INDEPENDENTEMENTE DE GREIS partidárias, se governo ou oposição, é necessário que os presidenciáveis se manifestem e assumam publicamente o fim do fator previdenciário. Essa maldita fórmula retira, no ato da aposentadoria, até 50% do salário da mulher e até 45% do salário do homem. Uma crueldade, uma maldade, uma afronta a quem trabalhou e ajudou no desenvolvimento do País.

Em 2008, após longa discussão iniciada em 2003, aprovamos no Senado Federal, por unanimidade, o fim do fator previdenciário. É claro que fizemos, com os movimentos sociais, enorme pressão. Quem não se lembra das vigílias que adentraram as madrugadas com transmissão ao vivo pela TV Senado?

O projeto, desde então, está na Câmara, esperando votação dos deputados. Infelizmente, lá se vão quase seis anos. Seria fundamental que a sociedade, que cada cidadão fizesse pressão junto ao seu deputado para que se vote de uma vez o fim dessa fórmula, que considero a maior inimiga dos trabalhadores brasileiros. O cidadão tem toda a legitimidade para fazer isso. As redes sociais estão aí.

Outra coisa: nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o teto é de R$30 mil, a aposentadoria é integral e não

existe fator previdenciário. Por que, então, no Regime Geral da Previdência (RGPS), no qual o teto é de R$4.159, o fator é aplicado? Como se explica uma coisa dessas?

Já a alegação de que não existem recursos para promover o fim do fator não procede, pois a cada ano milhões de reais saem oficialmente dos cofres da Seguridade Social para serem aplicados em outros fins. Vários estudos comprovam isso. Um deles é o da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP). Ele é baseado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e é certeiro em relação ao assunto: não há *deficit*. Pelo contrário. Desde 2009, o *superavit* tem ficado em torno de R$50 bilhões. Em 2013, foi de R$80 bilhões; 2012, R$78 bilhões; 2011, R$77 bilhões; 2010, R$56 bilhões.

Sempre digo que alguns setores da sociedade ainda estão na onda do "gosto de levar vantagem em tudo". Os operadores do *deficit* levam em conta apenas a arrecadação do Regime Geral da Previdência (RGPS) e as despesas com benefícios. Esquecem, intencionalmente, que a Seguridade Social é integrada pela Previdência, com saúde e assistência social.

Para esse conjunto da seguridade, há financiamento próprio, conforme a Constituição de 1988, por meio de impostos e taxas, como a Cofins, a CSLL, percentual de receitas de jogos e loterias, entre outros, tendo como base o Orçamento da União. Ainda conforme a Anfip, os resultados da seguridade poderiam ser ainda melhores se não fosse a sonegação e a inadimplência. A sonega-

ção foi de R$15 bilhões em 2013; R$13,6 bilhões em 2012 e R$13,1 bilhões em 2011. Ainda segundo a Anfip, esses números podem ser até dez vezes maiores. Isso, sem contar a inadimplência: R$34,9 bilhões.

A quem interessa a mentira do "rombo" nas contas da seguridade? A quem interessa o desgaste da imagem da Previdência? Interesses? E por que o Congresso posterga a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24/2003, que determina que o dinheiro da seguridade não pode ser desviado para outros fins? Diante de tudo isso, acredito em um caminho: a mobilização das ruas.

Além do fim do fator previdenciário, os presidenciáveis deveriam colocar outras pautas em discussão, como a valorização das aposentadorias e pensões, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, a desaposentadoria, entre outras. Decididamente, essa história precisa de um ponto final. Passou da hora de a Câmara e o Governo Federal pararem com essa lenga-lenga, esse empurra pra lá, empurra pra cá. Todos reconhecem que ele é perverso e desonesto, mas nada fazem para mudá-lo.

Para terminar, lembro que o famigerado fator previdenciário foi criado em 1999, com forte resistência no Congresso Nacional. Então, o que causa espanto é que ele continua sendo mantido até hoje. Durma-se com um barulho desses. O eleitor brasileiro está cansado e já está dando seu recado nas ruas: "Querem o meu voto? Acabem com o fator previdenciário".

19-8-2014 – *Correio Braziliense*

ORDEM E PROGRESSO

Publicações

LIVROS

- Para Além do Que os Olhos Veem. Volume 2 (2013)
- Para Além do Que os Olhos Veem (2012)
- O Rufar dos Tambores. 2ª edição (2011)
- O Poder que Emana do Povo (2009)
- O Canto dos Pássaros nas Manhãs do Brasil (2008)
- Pátria Somos Todos (2007)
- O Rufar dos Tambores (2006)
- Salário Mínimo – Uma História de Luta (2005)
- Cumplicidade – Política em Poesia (2004)
- Vida – Sonhos e Poesia 2ª edição (2003)
- Vida – Sonhos e Poesia (2001)

REVISTA

- Caminhos (2005)

CARTILHAS

- 59 Anos: Minha Vida – Nossas Lutas

- Gibi do Paim – Uma Nova História para Contar
- Lei Maria da Penha
- Atuação Parlamentar (2006)
- Meio Ambiente: Cidadania e Qualidade de Vida
- FUNDEP – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador
- Cantando as Diferenças – É Coisa Nossa
- Relatório Final da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo
- Desemprego e Redução da Jornada de Trabalho
- Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 2003
- Estatuto do Idoso – Cidadania, Mesmo que Tardia
- Estatuto da Pessoa com Deficiência
- Estatuto da Igualdade Racial
- Emprego e Renda
- Previdência Pública na Visão dos Trabalhadores e dos Aposentados
- Discussão e Busca de Caminhos para Eliminar o Racismo
- Quilombo Silva – Porto Alegre
- A Vitória contra o Preconceito
- Manual do Vereador
- Reformas: Raça, Gênero e Política de Inclusão Social

- Estatuto da Criança e do Adolescente
- Código de Proteção e Defesa do Consumidor
- Sabatina do Dr. Joaquim Benedito Barbosa Gomes
- Videoaudiência – Previdência Pública na Visão dos Trabalhadores e dos Aposentados

SENADOR PAULO PAIM NA INTERNET

Site: www.senadorpaim.com.br

Facebook: www.facebook.com/paulopaim

Twitter: www.twitter.com/paulopaim

Youtube: https://www.youtube.com/user/senadorpaulopaim

E-mail: paulopaim@senador.leg.br